



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
COLEGIADO DE HISTÓRIA

LUIZ FERREIRA JORGE JÚNIOR

**A UTILIZAÇÃO DO CRISTIANISMO NA POLÍTICA: RAIZES, TRAJETÓRIA E  
OBSERVÂNCIA NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL**

SANTO ANTONIO DE JESUS  
2022

LUIZ FERREIRA JORGE JÚNIOR

**A UTILIZAÇÃO DO CRISTIANISMO NA POLÍTICA: RAIZES, TRAJETÓRIA E  
OBSERVÂNCIA NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, como requisito obrigatório para conclusão do componente curricular TCC IV: Orientação de Pesquisa II.

Professora orientadora: Dra. Angela Cristina Guimarães Santos.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS  
2022

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

F383

Jorge Junior, Luiz Ferreira

A utilização do cristianismo na política: raízes, trajetória e observância nos golpes de 1964 e 2016 no Brasil / Luiz Ferreira Jorge Junior. - Santo Antônio de Jesus, 2022.

100 fls : il.

Orientador(a): Angela Cristina Guimarães Santos. Inclui Referências

TCC (Graduação - História) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus V. 2022.

1.História. 2.Cristianismo. 3.Política. 4.Religião.  
5.Neopentecostalismo.

CDD: 901

LUIZ FERREIRA JORGE JÚNIOR

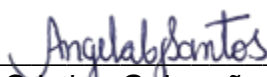
**A UTILIZAÇÃO DO CRISTIANISMO NA POLÍTICA: RAÍZES, TRAJETÓRIA E  
OBSERVÂNCIA NOS GOLPES DE 1964 E 2016 NO BRASIL**

Monografia apresentada como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas – Campus V.

A Comissão Examinadora abaixo assinada aprova a monografia, apresentada em sessão pública, no dia 14 de julho de 2022.

Data da defesa: 14/07/2022

**BANCA EXAMINADORA:**



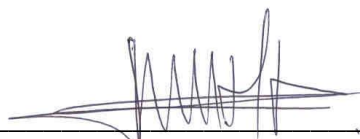
---

Profa. Dra. Angela Cristina Guimarães Santos – Orientadora  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



---

Prof. Dr. Everton Nery Carneiro – Convidado  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)



---

Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos – Convidado  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Este Trabalho é dedicado à minha avó materna Enondina Carneiro Andrade, *in memoriam*, à minha avó paterna Amélia Zeni Shafransky Jorge, *in memoriam*, à minha tia avó Ambrosina Borba Carneiro, à minha mãe Jane Marli Andrade, ao meu pai Luiz Ferreira Jorge, *in memoriam*, à minha esposa Marisol Fedra Heredia Velarde de Ferreira, à minha filha Valentina Marisol Heredia Velarde, e à Maria da Conceição Rodrigues da Costa.

## AGRADECIMENTOS

A *ELOHIM* o DEUS ALTÍSSIMO, supremo Senhor do universo, de quem sou adorador e servo. Agradeço a Ele por ter me dado vida e bom ânimo para realizar este trabalho. Além disso, por Ele ter possibilitado que o destino me agraciasse colocando na minha trajetória as seguintes pessoas, a quem tributo a minha mais profunda gratidão:

Especialmente à Professora Doutora Angela Cristina Guimarães Santos, sob cuja orientação este trabalho foi realizado. A ela o meu muito obrigado pela disposição em prestar toda a colaboração que lhe foi requisitada e pelos conhecimentos que me transmitiu. Mas principalmente por sua sabedoria, paciência, gentileza e, pela confiança ao aceitar o desafio de orientar esta pesquisa, desde a sua proposta e planejamento, até a sua finalização.

Aos meus antepassados bisavós maternos, Deocleciano e Anacília Carneiro e, José Pedro e Ana de Andrade; e paternos, Izidoro e Ana Shafransky, e Felipe e Eutália Jorge; e toda a descendência deles, que se fizeram meus avós, Oldemar e Enondina Andrade e Miguel e Amélia Zeni Jorge; meus pais, Luiz Ferreira Jorge e Jane Marli Andrade; meus tios Roseni, José Augusto, Denise Andrade e Jurema Jorge; meus primos e primas, minhas irmãs Thelma e Ana Paula Andrade; e meus sobrinhos Rafael, Amanda, Ana Clara e Ana Luiza. Aos meus sogros, Rev. Cornélio Heredia e Gloria Velarde de Heredia; às minhas cunhadas, Carla Roxana e Letícia Jeovana; ao meu sobrinho Dylan e, ao meu padrasto Altevir Calixto dos Santos.

Aos amigos e colegas Enivanildo Costa Duarte e Kauan Silva Wilmsen, pela solidariedade, cooperação e companheirismo. Ao Professores: Rev. Jonathan Ferreira dos Santos, Rev. Derval Carneiro, Rev. Décio de Azevedo, e Rev. Jaime Goytia. Aos Doutores Luiz Antônio Alcântra de Oliveira e Robert Bánvölgyi, consultores para as linguas estrangeiras presentes neste trabalho e ao Pastor Nelson Braido e sua família. A todos os meus professores: da pré-escola Brincar de Aprender e do Colégio Estadual Professor Júlio Teodorico, em Ponta Grossa – Paraná; do Seminário Teológico e Escola de Missões Antioquia em, Araçariguama – São Paulo; do Seminário Teológico Batista, em Cochabamba – Bolívia; e do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia, em Santo Antônio de Jesus – Bahia.

Aos autores que consultei para fundamentar esta pesquisa.

Sem essas pessoas nada do que aqui foi feito se faria.

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. [...] O presente e o passado se interpretam. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício do historiador, são de sentido duplo.

Marc Bloch

O passado tem uma capacidade inata de tirar todo tipo de esqueleto do armário para atormentar o presente.

Desmond Tutu

## RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é promover uma compreensão Histórica, Filosófica, Teológica e Sociológica da utilização do Cristianismo enquanto instrumento de manobra das massas e legitimador de sistemas opressores e hegemônicos, engendrados por parte de uma minoria, para satisfazer, em benefício próprio, a sua insaciável sede de consumo, lucro e egoísmo. Além disso, este trabalho tem a finalidade de visibilizar a existência de uma batalha política entre o liberalismo e o socialismo, travada decisivamente dentro da cristandade no Brasil durante o Golpe Militar de 1964 e o Golpe Parlamentar de 2016. No que concerne à metodologia, é uma pesquisa qualitativa, fundamentada por meio de uma revisão bibliográfica. O referencial teórico está alicerçado na apresentação do conceito do Cristianismo Original, como um modelo religioso, social e político. Este conceito surge aqui como um paradigma para contrastar com o Cristianismo oficial, e com o neopentecostalismo, que deu respaldo religioso ao neoliberalismo, ocupante do poder político no Brasil, principalmente a partir de 2016. Portanto, este estudo trouxe como resultado central a constatação das razões históricas pelas quais o Cristianismo redentor (Original) proposto por Jesus vem sendo literalmente usado (utilizado) para abonar projetos de grupos políticos, voltados unicamente para a obtenção de poder e vantagens a qualquer custo, favorecendo assim uma minoria inescrupulosa, em detrimento de uma imensa maioria que, por desconhecer o Cristianismo Original, inconsequentemente aceita, se submete, e até mesmo defende essa utilização. Por fim, este é um estudo inicial, que propõe uma ampliação de novas reflexões com vistas a promover um melhor entendimento da relação entre a história, a religião e a política.

**Palavras-chave:** Cristianismo; Política; Religião; Neopentecostalismo

## ABSTRACT

The objective of this research is to promote a Historical, Philosophical, Theological and Sociological understanding of the use of Christianity as an instrument for maneuvering masses and legitimizing oppressive and hegemonizing systems, engendered by a minority, to satisfy, for their own benefit, their insatiable thirst for consumption, profit, and selfishness. Besides, this work aims to reveal that there was an ongoing political battle between liberalism and socialism, decisively fought within Christianity in Brazil during the 1964 Military Coup and the 2016 Parliamentary Coup. In terms of methodology, this is a qualitative research, based on a bibliographical review. The theoretical framework is based on the presentation of the concept of Original Christianity as a religious, social, and political model. This concept appears here as a paradigm, to contrast with official Christianity and with neo-Pentecostalism, which gave religious support to neoliberalism occupying political power in Brazil from 2016 onwards. Therefore, this study brought as a central result the realization of the historical reasons why the redeemer Christianity (Original) proposed by Jesus has been literally used to support projects of political groups, aimed solely at obtaining power and advantages at any cost, thus favoring an unscrupulous minority, to the detriment of an immense majority who, by not knowing Original Christianity, inconsequentially accepts, submit themselves and even advocates such use. Finally, this is an initial study, which proposes a broadening of new reflections with a view to promoting a better understanding of the relationship between history, religion, and politics.

**Keywords:** Christianity; Politics; Religion; Neo-Pentecostalism.

## LISTA DE SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
At	Atos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Ex	Êxodo
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
Ga	Gálatas
Gn	Gênesis
Hb	Hebreus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
Jo	João
Lc	Lucas
MEC- Usaid	Ministério da Educação- <i>United States Agency for International Development</i>
Mc	Marcos
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Mt	Mateus
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TFP	Tradição Família e Propriedade
TRF	Tribunal Regional Federal
Vs.	Versículos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA E FONTES</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>RAÍZES HISTÓRICAS DO CRISTIANISMO ORIGINAL</b>	<b>27</b>
<b>4.1</b>	<b>As Raízes Hebraicas do Cristianismo Original</b>	<b>28</b>
<b>4.2</b>	<b>O Cristianismo Original nas palavras e nas atitudes de Jesus</b>	<b>33</b>
<b>5</b>	<b>A TRAJETÓRIA DO CRISTIANISMO OFICIAL</b>	<b>45</b>
<b>5.1</b>	<b>A construção dos dogmas do cristianismo oficial</b>	<b>46</b>
<b>5.2</b>	<b>Reforma Protestante, a usura e a autoridade da tradição Católica</b>	<b>50</b>
<b>6</b>	<b>A UTILIZAÇÃO DO CRISTIANISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA NOS GOLPES DE 1964 E 2016</b>	<b>61</b>
<b>6.1</b>	<b>Surgimento do Pentecostalismo</b>	<b>63</b>
<b>6.2</b>	<b>Relação entre o Cristianismo e a Política no Golpe Militar de 1964</b>	<b>69</b>
<b>6.3</b>	<b>O Neopentecostalismo, o Golpe de 2016 e as Eleições de 2018</b>	<b>80</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>96</b>
	<b>FONTES</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura Plena em História, localizado no Campus V da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tem produzido, por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), um importante conhecimento em diversas áreas de pesquisa, objetivando a formação acadêmica e intelectual dos graduandos. Isso lhes permite contribuir significativamente com o meio acadêmico e com a sociedade em geral, através da explanação e defesa dos temas escolhidos. Esses TCCs revelam, *sine qua non*, as inquietudes, as preferências, as identificações, as experiências e as expectativas dos diferentes autores graduandos na sua relação com o seu objeto de pesquisa.

Aqui, dentro dos aspectos supra elencados, opta-se por pesquisar a relação do Cristianismo com a política, para colaborar com a produção científica da Universidade do Estado da Bahia, apresentando um trabalho sobre um tema de grande envergadura, para além da sua importância histórica. Então, esta pesquisa busca enfocar este objeto multifacetário, desde uma ótica histórica, política e social, enquanto à sua influência, sobretudo quando ele foi usado por forças políticas nas transformações ocorridas no Brasil, especialmente durante o Golpe Militar de 1964 e o Golpe Parlamentar<sup>1</sup> de 2016. Ademais, a relevância é justificada, fundamentalmente, pela escassez de temas de pesquisa correlatos, nos últimos anos, sendo produzidos como TCCs em História no Campus V da UNEB.

Para tanto, o problema central aqui planteado é: por que um grupo religioso e social, que se autoproclama como sendo Cristão, constituiu uma representatividade social e política que possibilitou, após os finados governos autoritários, oriundos do “golpe civil militar de 1964 no Brasil”, colocar novamente o conservadorismo liberal no poder pela via do golpe parlamentar de 2016 e das eleições presidenciais de 2018?

Assim sendo, este estudo busca lançar luz e oferecer respostas às seguintes perguntas de pesquisa: como é possível, e por quais eventuais causas religiosas, prevalece historicamente o sucesso político hegemônico de um discurso de apelo popular, que leva o capitalismo entrelaçado ao neoliberalismo a adentrar com êxito no

---

<sup>1</sup> No caso do impeachment Dilma Rousseff, os direitos políticos dela foram preservados, apesar do alegado crime de responsabilidade, configurando-se uma manobra institucional (Golpe de Estado) política e jurídica para destituí-la da Presidência da República.

espectro da democracia brasileira? Como e por que as classes hegemônicas, por questões religiosas, respaldam e referendam políticas que vão contra os seus próprios interesses? De que maneira a luta pelo poder político é travada dentro da cristandade?

A hipótese primeira a ser trabalhada é a de que algumas interpretações alegóricas intencionais dos ensinamentos de Jesus estabeleceram fatos sociais que coagiram segmentos da sociedade a abonarem projetos políticos voltados unicamente para a obtenção de poder e lucro a qualquer custo, favorecendo uma minoria inescrupulosa, em detrimento de uma maioria que a aceita, a ela se submete, e até mesmo em muitos casos a defende. Já a segunda hipótese é que o culto ao egoísmo, surgido na pós-modernidade, com o advento da tecnologização do mundo, serviu de terreno fértil para a propagação de doutrinas sobre a sede de acumulação que o cristianismo neopentecostal (principalmente por meio da Teologia da Prosperidade) advoga.

Assim, o objetivo geral é compreender a utilização do Cristianismo como instrumento de manobra das massas e legitimador de sistemas opressores e hegemônicos, engendrados por parte de uma pequena minoria que se beneficia às custas da injustiça social, da exploração dos menos favorecidos e dos pobres, da violação dos direitos humanos e da devastação da natureza.

De forma complementar, os objetivos específicos são: a) contrastar as contradições entre as reais intenções de Jesus, quando estabeleceu o seu Reino Revolucionário e desencadeou o que doravante se nominará como “Cristianismo Original”<sup>2</sup>, com as perversões e as deturpações interpretativas do cristianismo oficial eclesial; b) examinar como essas perversões foram causadas pelo surgimento dos dogmas e do sistema sacramental religioso, sobretudo a partir do momento em que o Estado opressor e controlador decide capitanear e capitalizar o Cristianismo em causa própria; c) revisar historicamente, como o Estado, atuando associado ao Clero na defesa da imposição de um sistema injusto, nefasto e explorador, toma para si a bandeira do Cristo ressuscitado, que é por excelência o emblema dos excluídos, dos injustiçados, dos menos favorecidos, dos esquecidos, dos pobres, dos enfermos e das minorias; e d) revelar, a partir dos contrastes entre o Cristianismo Original e o cristianismo oficial, dogmático e eclesial, que a batalha política entre o liberalismo e o

---

<sup>2</sup> Conceito criado pelo autor deste trabalho (não foi encontrado outro autor que trabalhe este conceito). Ele foi desenvolvido para estabelecer um paradigma que contraste a vida e os ensinamentos de Jesus com a utilização dos dogmas do cristianismo oficial na política, em diferentes períodos históricos.

socialismo no Brasil, sobretudo durante o período do Golpe Militar de 1964, e do Golpe Parlamentar de 2016, se travou decisivamente dentro da cristandade.

Nesse sentido, com a finalidade de trazer uma discussão singular, o conceito do “Cristianismo Original” foi criado e deverá ser aplicado como exemplo de modelo religioso, social e político vivido e propagado por Jesus e seus primeiros seguidores. O Cristianismo Original, surge principalmente para estabelecer um paradigma que vai possibilitar historicamente algumas confrontações teológicas. Por essa perspectiva, ele será especialmente tomado como referência, para ser contrastado com o cristianismo oficial<sup>3</sup> dogmático, que serviu de argumento religioso para respaldar alguns grupos políticos que assaltam o Brasil desde que as primeiras naus portuguesas chegaram a Porto Seguro. Ademais, esse conceito será primordial para estabelecer uma comparação com a utilização do tipo de cristianismo neopentecostal que respalda o neoliberalismo, e demonstra permear o poder político no cenário brasileiro das últimas décadas.

---

<sup>3</sup> O termo Cristianismo Oficial é utilizado neste trabalho para contrastar com o Cristianismo Original e se refere aos ramos do cristianismo de todas as confissões que professam o Credo de Atânasio, e são convencionados pelo Credo dos Apóstolos ou Credo Apostólico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A História, por princípio hermenêutico, é capaz de interpretar a si mesma. Nesse sentido, o romancista português Eça de Queiroz, que fazia no século XIX, através da sua obra, muitas críticas à sociedade portuguesa da sua época, registrou em seu romance, “A Cidade e as Serras”, parafraseando o Eclesiastes do sábio rei Salomão, que: “Não há nada novo sob o sol, e a eterna repetição das coisas é a eterna repetição dos males” (QUEIROZ, 1991, p. 116). Sendo assim, considerando ciclicamente que na história os males se repetem, torna-se imperativo para poder iniciar a trajetória deste trabalho, trazer um referencial teórico robusto, que forme um embasamento firme na proposição das possíveis respostas ao problema levantado.

Para tal, como o Cristianismo Original tem sua inegável origem hebraica, é justo trazer como referencial, em primeiro lugar, a obra inacabada do historiador judeu Marc Bloch, em seu livro “Apologia da História ou O Ofício de Historiador”, que carrega no bojo do processo de defesa da sua tese, um argumento defendido no capítulo intitulado “Passado e Presente”. Ali, ele traz uma questão fundamental para uma prática historiográfica mais compreensível e abrangente, que é: sempre relacionar o passado ao presente e o presente ao passado, sem nunca definitivamente separá-los, ou seja, porque segundo Bloch (2001, p. 65):

A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente. [...] O presente e o passado se interpretam. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício do historiador, são de sentido duplo.

Então, principalmente referendado pelo pensamento de Marc Bloch, é que este trabalho buscará se pautar. Esse autor também defende, no capítulo nominado “História e os Homens”, a correlação entre a História e outras ciências, e a importância dessa parceria para uma melhor compreensão tanto de uma como das outras (BLOCH, 2001). Desse modo, ele define o fato histórico como sendo a remodelação do solo onde vive uma sociedade, segundo as suas necessidades. Por isso, a fundamentação nas teorias desse autor permitirá, adiante, percorrer com segurança um trajeto histórico, estabelecendo constantes correlações entre passado e presente e presente e passado, sem o risco de cometer anacronismos. Isso possibilitará uma ampliação do horizonte histórico principal, iluminando-o sob a égide de outras ciências

interdisciplinarmente correlacionadas, como neste caso: a História com a Filosofia, com a Sociologia e com a Teologia.

Outro pilar basilar para referenciar teoricamente este trabalho é o autor, filósofo e sociólogo Walter Benjamin, em seu livro “O anjo da História”. Esse autor é israelita, e nesse livro, ele se ocupa em trazer pequenas teses que interpretam o sentido e o significado da própria História. Devido também à sua origem judaica, Benjamin consegue estabelecer intersecções entre a Historiografia e a Teologia, a Filosofia e as Artes. No entanto, aqui, o principal foco é apoiar-se em alguns elementos defendidos por esse autor, para caracterizar um embasamento teórico para a sequência deste trabalho. Em especial, quando ele interpreta a autoridade do Materialismo Histórico<sup>4</sup> como sendo praticamente um elemento redentor divino e libertador, em conflito contra o Anticristo simbolizado pelo sistema-mundo consumista, injusto e explorador. Neste quesito, Benjamin demonstra amplo conhecimento do conceito teológico do significado e do emprego da Redenção. O termo Redenção, será fundamental na construção da lógica deste trabalho. Exegeticamente, a redenção é originalmente traduzida da palavra grega ἀπολύτρωσις, transliterada *apolutrosis*, e da palavra hebraica, מִצְדָּה, transliterada *pidyon* (redenção no sentido espiritual), bem como מִצְדָּה, transliterada *pedut* (redenção no sentido material). As duas últimas são derivadas da raiz (ou radical) צָדָה, indicando que ambas provêm da mesma palavra. A Redenção é, por excelência, um elemento de significado libertador na tradição judaica.

Para Benjamin, o Materialismo Histórico é a Redenção que liberta as consciências históricas do domínio opressor dos vencedores. Assim, ele afirma que: “[...] É verdade que só à humanidade redimida será dada a plenitude do seu passado. E isso quer dizer que só para a humanidade redimida o passado se tornará citável em cada um dos seus momentos.” (BENJAMIN, 2021, p.10). Então, para ele: “A luta de classes, que um historiador formado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas duras e materiais, sem as quais não podem existir as requintadas e espirituais”. (BENJAMIN, 2021, p.11). Ademais, ele justifica este posicionamento mencionado que:

[...] o Messias não vem apenas como redentor, mas como aquele que superará o Anticristo. Só terá o dom de atizar no passado a centelha de esperança aquele historiador que tiver aprendido isto: nem os

---

<sup>4</sup> O Materialismo Histórico é uma abordagem metodológica de estudo da História, elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, que busca as causas das transformações sociopolíticas por meio de um relato Histórico, que contempla principalmente as relações econômicas presentes na luta de classes sociais e nas estruturas políticas.

mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixa de vencer. (BENJAMIN, 2021, p. 12).

De tal modo, ao sobrenaturalizar e espiritualizar o material, Benjamin vai na contramão do que defende o Neopentecostalismo, que prega a materialização do espiritual, quando sustenta a prosperidade das conquistas e aquisições materiais como forma de demonstrar fé e espiritualidade.

Pois bem, este trabalho é inspirado naqueles mortos vencidos, esquecidos e que formam um exército de pessoas jogadas no entulho da História, que por meio da Redenção trazida pelo Materialismo Histórico, ressuscitam e adquirem folego de vida e voz; semelhante ao relato da *Tanakh* hebraica descrito pelo Profeta Ezequiel no capítulo 37 (que supostamente Walter Benjamin conhecia e trazia em mente, pois, “[...] Benjamin tinha uma relação muito estreita com o mundo do judaísmo”<sup>5</sup>), onde no seu diálogo com *Yahweh* enquanto atravessava o Vale dos Ossos Secos, se surpreende quando *Yahweh* lhe pergunta: Ezequiel, o que você vê aqui? Resposta de Ezequiel: Vejo muitos ossos secos Senhor. Todavia, enquanto Ezequiel via somente ossos, *Yahweh* vislumbrava um Exército.

Metaforicamente, fazem parte deste exército de ressuscitados, todos aqueles revolucionários vencidos e tombados em combate na História: a começar pelos próprios profetas de Israel, perseguidos e mortos por denunciarem os malfeitos dos monarcas de plantão; passando por Judas Macabeu, que liderou o povo Hebreu na revolução e resistência contra o Império Selêucida, agregando-se àqueles Essênios que foram genocidados pelos Romanos no cerco de Massada no ano 70 d.C.; e continuando com todos aqueles que vagaram por mais de 1800 anos sem pátria, sendo escorraçados e/ou vivendo como estrangeiros nos países onde nasceram, e enfrentaram inquisições e holocaustos. A estes, se somam muitos outros ao longo da História, como Luther King, Gandhi, e vários que entregaram as suas vidas na luta por justiça, igualdade, liberdade e resistência contra as opressões dos exploradores déspotas e tiranos, que por sua vez, se tornaram historicamente os vencedores a serviço de grupos nefastos e espoliadores. Inserimos ainda nesse grupo de vencidos ressuscitados, conforme Frei Betto, outros mais próximos de nós, como Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro, Tiradentes, os que tombaram durante a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada, os Malês, Prestes, Frei Tito... (BETTO, 2006)<sup>6</sup>. Estes são

<sup>5</sup> Subtraído da seção de comentários do livro “O Anjo da História” de Walter Benjamin”, na página 193.

<sup>6</sup> Ideia subtraída da página 22 do livro A “Mosca Azul: Reflexão Sobre o Poder” do autor Frei Betto.

somente alguns dos combatentes do exército dos ressuscitados vencidos na História “cuja imortalidade foi certamente construída pelos seus algozes.” (HERMANN, 1997, p. 17).

Entre esse grupo dos vencidos, o maior e principal de todos eles. O vencido, que ambigualmente na sua derrota, se tornou o maior vencedor de todos. O maior ressuscitado de todos. Aquele que não coadunou nunca com a opressão e a perseguição religiosa e combateu com veemência o ódio, a discriminação, o preconceito, a desigualdade e a injustiça. E por isso sofreu e enfrentou todas essas mesmas coisas, e por fim suportou o escárnio e a morte de cruz. Trata-se de Jesus Cristo de Nazaré, o homem. Ele é a pessoa principal deste trabalho.

Deste modo, nos assenhoraremos teoricamente do pensamento de dois importantes teólogos contemporâneos: Frei Leonardo Boff e Frei Beto. Esses dois autores defendem os conceitos da Teologia da Libertação, onde os pobres e os desvalidos ocupam o foco central da obra e do ministério de Jesus. A Teologia da Libertação, surgida na década de 1960, foi rejeitada pela cúpula da Igreja Romana, por agregar no seu corpo alguns aspectos do Marxismo. No Brasil daquela época, essa rejeição levou a fundamentar a base político-religiosa católica conservadora, que apoiou o Golpe Militar de 1964 e foi decisiva para a derrubada do governo de João Goulart. Aqui, alguns aspectos da Teologia da Libertação formam um alicerce para o entendimento mais recente do conceito do Cristianismo Original, em contraposição à Teologia da Prosperidade<sup>7</sup>, que embasa o Neopentecostalismo associado ao capitalismo neoliberal.

No livro “Fidel e a Religião: Conversas com Frei Beto”, publicado em 1985, o então líder da Revolução Cubana, expôs seu pensamento afirmando que: “[...] há dez mil vezes mais coincidências do cristianismo com o comunismo do que as que pode haver com o capitalismo” (BETTO, 1985, p. 14). Fidel segue seu raciocínio, indagando:

[...] por que as ideias de justiça social têm que se chocar com as convicções religiosas? Por que tem que se chocar com o cristianismo? Conheço bastante os princípios cristãos e as pregações de Cristo. Tenho a minha convicção de que Cristo foi um grande revolucionário. Esta é a minha convicção! Era um homem cuja doutrina está toda consagrada aos humildes, aos pobres, a combater os abusos, a combater a injustiça, a combater a humilhação do ser humano. Eu diria que há muito de comum entre o espírito e a essência de sua pregação

---

<sup>7</sup> Doutrina que propaga e defende a conquista de riquezas materiais como demonstração da benção de Deus, embasada por uma interpretação bíblica própria do neopentecostalismo.

e o socialismo. [...] não existem contradições entre os propósitos da religião e os propósitos do socialismo.” (BETTO, 1985, p. 17).

Então, um exemplo profícuo da aplicação prática da Teologia da Libertação foi quando, na Nicarágua, os seus defensores se aliaram aos revolucionários Marxistas, possibilitando que os Sandinistas chegassem ao poder. Por isso, na sequência deste trabalho, as citações dos Freis Betto e Leonardo Boff se tornarão imprescindíveis para alcançar os objetivos propostos. Neste tomo inicial, é importante mencionar, como referencial teórico, a impressão de Leonardo Boff sobre a Redenção desde a perspectiva da História. Em seu livro “Teologia do Cativo e da Libertação”, Boff expressa que:

Redenção é a arrancada libertadora de uma situação de escravos para outra de livres. A redenção está ligada a categorias especiais, locais – passagem de um lugar ao outro. [...] Redenção é um peregrinar através da história num permanente processo de libertação dos mecanismos de opressão que sempre acompanham a vida. Cristo é apresentado como aquele que já chegou ao termo e por isso se libertou de todo o peso do passado alienador da história. Como ponto ômega, atrai todas as linhas ascendentes a si. Destarte é o Redentor do mundo (BOFF, 1980, p.146).

Assim, o pensamento de Boff sobre a *pedut* (redenção no sentido material do termo) coincide conceitualmente com o pensamento de Walter Benjamin. Então, será uma das faces do Cristo Ressuscitado a personificação do Materialismo Histórico Redentor da humanidade na História?

Adentrando outro aspecto, ainda que este ocupe um papel adjacente dentro do referencial teórico, a Sociologia, por meio dos expoentes Max Weber e Émile Durkheim (não levando em conta a tendência do segundo pela vertente historiográfica positivista), também terá o seu lugar para apoiar os devidos esclarecimentos necessários dentro do trabalho, principalmente devido à importância de alguns conceitos presentes nas obras: “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (2013), de Weber; “As Regras do Método Sociológico” (2019) e “As Formas Elementares da Vida Religiosa” (2008), de Durkheim.

Na primeira obra de Durkheim supracitada, ele se ocupa em criar e defender o conceito do “fato social”. De tal modo, para esse autor, o coletivo exerce coerção sobre o indivíduo. Neste caso, a utilização degenerada e transfigurada do Cristianismo, por parte dos engendradores do Neopentecostalismo, exerce uma força coercitiva sobre os fiéis, gerando o fato social, a tal ponto de levá-los a se posicionarem politicamente contra os seus próprios interesses. Para tanto, Durkheim revela que: “Se todos os

corações vibram em uníssono, não é em consequência de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque uma força os move no mesmo sentido. Cada um é arrastado por todos.” (DURKHEIM, 2019, p. 44). Já na obra “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, Durkheim defende que:

Os ritos mais bárbaros ou mais extravagantes, os mitos mais estranhos traduzem alguma necessidade humana, algum aspecto da vida, quer individual, quer social. [...] Não há, pois no fundo, religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras à sua maneira: todas respondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinadas condições da vida humana” (DURKHEIM, 2008, p. 30-31).

Isso é mencionado, pois esclarece por que o Neopentecostalismo se estabeleceu e cresceu em resposta às demandas das transformações sociais da pós-modernidade. Além da menção a um fator primordial neste estudo, onde Durkheim, referindo-se à importância do conhecimento da trajetória histórica das religiões, demonstra que:

Em primeiro lugar, não podemos chegar a compreender as religiões mais recentes senão seguindo na história a maneira pela qual se constituíram progressivamente. A história com efeito, é o único método de análise explicativa que a elas se pode aplicar. Apenas ela nos permite decompor uma instituição em seus elementos constitutivos, pois que nô-los mostra surgindo no tempo, uns após os outros. (DURKHEIM, 2008, p. 31).

É importante ainda, posicionar dentro do referencial teórico deste trabalho, as obras “Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional” (1998), do autor inglês Edward Palmer Thompson; “A Bolsa e a Vida: Economia e religião na Idade Média” (1986), de Jaques Le Goff; “A Era das Revoluções: o breve século XX” (1995), de Eric Hobsbawm; e “Modernidade Líquida” (2021), de Zygmunt Bauman. Isso porque, em outras épocas, diante de possibilidades de transformações sociais, estes autores registraram em seu tempo, as percepções pertinentes às novas possibilidades que se apresentavam.

No século XVIII, quando a revolução industrial inglesa se estabelecia, a exploração do tempo se tornou uma das principais preocupações dos estudos do historiador inglês Edward Palmer Thompson. Naquele período, sabemos que as elites beneficiadas por essa exploração, encontravam no catolicismo anglicano e no calvinismo puritano, um respaldo que catalisava para a religião a justificativa para o aumento dos lucros, através do aumento da produção e da mais-valia, revelada a seu tempo na obra de Karl Marx. Assim, por sua vez, sobre isso, o historiador Thompson,

na obra “Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional”, no capítulo seis, intitulado “Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial”, cita o teólogo inglês do século XVII, Richard Baxter onde, na obra “*Christian Directory* [Guia Cristão]”, afirma que: “o tempo deve ser empregado para o dever”, dizendo: “Lembra-vos de que Redimir o Tempo é lucrativo. [...] um homem que ficou rico com o seu trabalho, fez um bom uso do seu tempo” (BAXTER *apud* THOMPSON, 1998, p. 295)<sup>8</sup>. Essa utilização interpretativa da *pedut* (redenção no sentido material) carrega em si, quando empregada no sistema capitalista, uma grande característica sofista, pois embasada nesse conceito, fundamenta argumentativamente todo um sistema nefasto de exploração do tempo nas camadas menos favorecidas e mais pobres da população.

Outro ingrediente que vai eclodir nesses aspectos de exploração histórica das classes dominadas, é a questão da usura. Nesse assunto, o Cristianismo medieval levantou vozes uníssonas contra essa prática, talvez por considerá-la uma ferramenta que poderia ameaçar a dominação da Igreja sobre a plebe. Tanto que o historiador francês Jacques Le Goff, no livro “A Bolsa e a Vida: Economia e religião na Idade Média”, no capítulo “A bolsa e a usura” registra que: “[...] em matéria de usura, parece quase não existir contradição nem falha na sua condenação” (LE GOFF, 1989, p. 20). Desse modo, a usura, que se estabeleceu globalmente, ainda que amaldiçoada por parte do Clero durante a época medieval, se alicerçou durante a Reforma Protestante e se estabeleceu definitivamente na economia mundial, principalmente depois da Revolução Industrial inglesa.

A partir daí, a exploração do tempo, tão bem decifrada por Thomson, e a usura, historicamente revelada por Le Goff, começaram a caminhar juntas na sua trilha perversa de subjugação dos menos favorecidos e desoportunizados. Tanto Thompson quanto Le Goff são consonantes em demonstrar essa perversidade nas entrelinhas dos seus escritos: seja da exploração do tempo no caso de Thompson, como da usura no caso de Le Goff. No que concerne ao costume de se orientar no tempo pelo trabalho executado, Thompson (1998, p. 272), afirma que: “[...] *nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, dinheiro do empregador*”. Le Goff, por sua vez, ao se referir ao dinheiro como mercadoria, menciona um Código de Direito Canônico do século XII, onde está escrito que: “De todos os mercadores, o mais

---

<sup>8</sup> A citação de citação, neste caso, se dá pelo fato de que a obra original é de difícil acesso por ser muito antiga e pela sua tradução para o português estar indisponível.

maldito é o usurário, pois este vende uma coisa dada por Deus, não adquirida pelos homens (ao contrário do mercador) e, após a usura, retoma a coisa, juntamente com o bem alheio, o que não faz o mercador”. (LE GOFF, 1989 p. 25).

O Protestantismo clássico Calvinista no século XVI, por seu turno, começou a incentivar o lucro e a acumulação de dinheiro e bens resultantes do fruto do trabalho como forma soteriológica de demonstrar a eleição de Deus para tornar o seu povo próspero. A prosperidade econômica passou então a ser perseguida como mostra de que a benção de Deus estava presente. Neste aspecto, Max Weber, em seu livro “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (2013), publicado em 1904, diz que: “Por outro lado, podemos esperar chegar à conclusão de que a influência do calvinismo foi exercida mais na direção da libertação de energia no sentido da aquisição privada.” (WEBER, 2013, p. 173). Weber desenvolveu detalhadamente nessa obra, uma trajetória de como as relações de trabalho concebidas pelo protestantismo iriam estabelecer mais tarde os fundamentos essenciais para a construção ideológica do capitalismo industrial; pois quando o dinheiro na forma de mercadoria se estabeleceu como maneira de auferir ainda mais e mais lucros, o protestantismo absorveu e até estimulou esta prática. Isso se estabeleceu definitivamente no seio da Cristandade, a ponto de mais tarde a própria instituição Católica Romana, que tanto satanizou a usura na Idade Média, incorporar essa prática, e fundar em 1942 o *Istituto per le Opera di Religione*, conhecido como Banco do Vaticano. Por isso, Le Goff, citando o teólogo do século XII Alain de Lille, explica que essas contradições eclesásticas são porque: “as autoridades têm um nariz de cera, maleável ao gosto dos exegetas e dos utilizadores” (LILLE *apud* LE GOFF, 1989, p. 16)<sup>9</sup>.

Por último, na parte referente à compreensão do neopentecostalismo e da utilização do cristianismo na política brasileira, este trabalho se apoiará referencialmente nos aportes dos estudos sociológicos dos Doutores: Ricardo Mariano, graduado em ciências Sociais pela Universidade de São Paulo USP, Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo, Professor do Departamento de Sociologia da USP, vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP e editor da *Plural: revista de Ciências Sociais (USP)*; e Paul Freston, graduado em História e Antropologia Social em 1975 pela *University of Cambridge*, mestrado

---

<sup>9</sup> A citação de citação, neste caso, se dá pelo fato de que a obra original é de difícil acesso por ser muito antiga e pela sua tradução para o português estar indisponível.

em *Latin American Studies* - *University of Liverpool* em 1981, mestrado em *Christian Studies* - *Regent College, Vancouver, Canadá* em 1983 e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP em 1993.

### 3 METODOLOGIA E FONTES

Muitos exegetas e teólogos seguem tendo narizes de cera e sendo utilizadores de uma interpretação deturpada e pervertida do propósito do Cristianismo, principalmente quando respaldam, por meio do Neopentecostalismo, a associação da Religião Cristã com o Estado capitalista burguês. Por isso, de toda maneira, se constata que o pensamento de Eça de Queiroz anteriormente aqui levantado, segue vigente (os males se repetem). Então, a proposta é evidenciar esses problemas exegéticos, trazendo-os à tona por meio das fontes e da metodologia utilizada para o enfoque do objeto desta pesquisa.

Todavia, como Jesus Cristo é a pessoa mais importante neste trabalho, torna-se para tanto fundamental primeiramente defender a sua existência física por meio de uma fonte que a comprove. Disto depende o sentido deste trabalho, uma vez que tudo o que é aqui mencionado gravita em torno deste personagem, ao redor do qual toda a tese aqui apresentada se constrói. Assim, na escassez de evidências arqueológicas diretas para atestar que Jesus foi um personagem Histórico existente e real, e partindo do princípio trazido anteriormente de que a História pode interpretar a própria História, o trabalho se vale aqui do historiador romano Flávio Josefo como fonte secundária inequívoca da veracidade indelével da existência física do Jesus Histórico. Josefo nasceu em Jerusalém, tinha cidadania Romana e viveu entre os anos 37 a 100 d.C. Ele registra, na sua clássica obra “História dos Hebreus”, a seguinte afirmação:

[...] Pilatos, tentou retirar dinheiro do tesouro sagrado para fazer vir a Jerusalém, pelos aquedutos, a água cujas nascentes distavam uns duzentos estádios. O povo ficou de tal modo revoltado que veio em grupos numerosos queixar-se e rogar-lhe que não continuasse aquele projeto. [...] Nesse mesmo tempo, apareceu Jesus, que era um homem sábio, se é que podemos considerá-lo simplesmente um homem, tão admiráveis eram as suas obras. Ele ensinava os que tinham prazer em ser instruídos na verdade e foi seguido não somente por muitos judeus, mas também por muitos gentios. Ele era o Cristo. Os mais ilustres dentre os da nossa nação acusaram-no perante Pilatos, e este ordenou que o crucificassem. Os que o haviam amado durante a sua vida não o abandonaram depois da sua morte. Ele lhes apareceu ressuscitado e vivo no terceiro dia, como os santos profetas haviam predito, dizendo que ele faria muitos outros milagres. É dele que os cristãos, os quais vemos ainda hoje, tiraram o seu nome” (JOSEFO, 2018, p. 832).

É relevante registrar que Flavio Josefo não era cristão, e este é o único parágrafo, na obra densa de 1568 páginas do seu testemunho, onde aparece o nome de Jesus Cristo. Por esse simples fato, esse parágrafo se tornou um dos mais importantes e reveladores de toda a História escrita conhecida da humanidade.

Outra fonte secundária de valor histórico unanimemente inquestionável que alicerçou a base argumentativa do desenvolvimento dessa pesquisa é a Bíblia Sagrada, sendo utilizada a versão King James – BKJ – de 1611, embora as menções dos livros, capítulos e versículos possibilitem a consulta das citações em qualquer das versões bíblicas disponíveis ao leitor<sup>10</sup>. A versão BKJ, traduzida para o português, por princípios exegéticos, é considerada uma das mais fiéis aos textos originais, além da sua inestimável importância histórica. A Bíblia, portanto, como fonte, municiará com argumentos históricos inofismáveis, a defesa de que o Cristianismo Original, desde a sua raiz no surgimento da nação de Israel, preza e se rege por valores que não coadunam com princípios presentes no cristianismo oficial, na Teologia da Prosperidade neopentecostalista e no neoliberalismo.

Aqui, se faz importante dedicar este parágrafo para mencionar o valor da Bíblia Sagrada, enquanto tratado histórico e sociológico. Ela é um dos mais importantes documentos patrimoniais da humanidade, que trata da questão da luta pela posse da terra, da resistência à tirania e das questões socioculturais, religiosas e políticas do mundo antigo.

Alguns dados levantados pelo sociólogo Ricardo Mariano, presentes no seu livro “Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil” (2014), foram também utilizados como fonte secundária, pois eles são importantes para o desenvolvimento da argumentação presente neste trabalho. Por meio da pesquisa deste autor, é possível auferir ao neopentecostalismo, desde o seu surgimento no Brasil, uma crescente influência política nas últimas décadas, e concatenar-la com a influência política dos Católicos Romanos. O autor justifica a importância da sua pesquisa, afirmando que:

Apesar do rápido avanço e da progressiva influência dessa grande minoria religiosa no alardeado “maior país católico do mundo”, até recentemente o pentecostalismo constava entre os grupos religiosos menos estudados. Somente a partir da segunda metade dos anos 80, com a irrupção dos pentecostais na política partidária, a expansão do

---

<sup>10</sup> Para contemplar mais amplamente as citações bíblicas, será sempre inserido no corpo da citação ou dentro do parágrafo que a menciona, o livro, o capítulo e o versículo bíblico onde se encontra; possibilitando ao leitor o acesso em qualquer das versões bíblicas disponíveis.

televangelismo, a compra da Rede Record pela Igreja Universal e os escândalos fiscais, policiais e políticos amplamente divulgados pela imprensa, envolvendo pastores e parlamentares, cresceu consideravelmente o número de pesquisadores empenhados em investigar tal fenômeno religioso. Até o momento, porém, muito pouco se conhece sobre o novo pentecostalismo que emergiu nos últimos 20 anos. (MARIANO, 2014, p. 15).

Nesse sentido, Mariano complementa a sua justificativa da seguinte forma:

A escassez de estudos e informações ocorre a despeito da presença e visibilidade – sem precedentes na história desse país de colonização e tradição católicas – cada vez maiores dos evangélicos na sociedade. Algo que sem dúvida, é difícil de justificar. Pois, por mais esforços que se faça, não há como não notá-los, mesmo na política partidária, terreno do qual até há pouco, por sectarismo, mantinham-se deliberadamente afastados. [...] entraram de “corpo e alma” no jogo político. Avidamente cortejados e assediados por partidos e candidatos, vários desses “irmãos” passaram a trocar voto e apoio eleitoral por cargos, recursos, favores e concessões – sempre públicos de toda espécie (MARIANO, 2014, p. 15-16).

Outras fontes secundárias, como entrevistas de personalidades publicadas em periódicos de grande circulação e veiculados na grande mídia foram utilizadas. Além disso, documentos oficiais da Igreja Católica Romana foram consultados, pois se constituem acervo relevante para a proposta da presente pesquisa. Desse modo, a metodologia utilizada está alicerçada numa revisão bibliográfica e, portanto, se trata de uma pesquisa qualitativa.

Por essa via, a adoção da revisão bibliográfica, através da utilização das fontes secundárias ora relacionadas, permite a edificação da proposta do trabalho sobre uma base já fundamentada por meio das proposições de outros autores, conferindo robustez e confiabilidade na sua construção. Sobre isso, Alexandre do Espírito Santo, em seu livro “Delineamentos da Metodologia Científica”, destaca que:

A revisão de literatura é uma fase necessária no processo de pesquisa. Está implícita no próprio caráter cumulativo do conhecimento científico [...]. Cada nova pesquisa só pode ter significado universal como uma pequena adição aos trabalhos anteriores de outros pesquisadores. [...] se cada pesquisador tivesse que começar seu trabalho a partir de zero conhecimento ou quase, não seria possível nenhum progresso científico (ESPIRITO SANTO, 1992, p. 81-82).

Ainda em matéria de fontes, a própria memória deste autor, decorrentes de seus anos muitos anos de estudos, leituras e vivências anteriores, poderá produzir alguma ou outra inferência esporádica, sempre no sentido de buscar elucidar e esclarecer pontos que darão sentido mais lógico ao trabalho aqui proposto. Afinal,

segundo Eric Hobsawm: “[...] o historiador também pode recorrer à própria memória [...].” (HOBSBAWM, 1995, p.154).

## 4 RAÍZES HISTÓRICAS DO CRISTIANISMO ORIGINAL

Para tratar do conceito do Cristianismo Original como paradigma, é primordial, antes de estabelecer qualquer possível comparação dele com as múltiplas vertentes do cristianismo atual, verificar a raiz histórica que influenciou Jesus e o levou a exercer o seu ministério voltado essencialmente para a redenção dos pobres, dos injustiçados e dos menos favorecidos, humilhados pelo sistema social e político opressor. Assim, por este princípio, é válido e legítimo traçar uma transversalização histórica, inclusive porque, de acordo com Marc Bloch:

O cristianismo é uma religião de historiador. Outros sistemas religiosos fundaram suas crenças e seus ritos sobre uma mitologia praticamente exterior ao tempo humano; como Livros sagrados, os cristãos têm livros de história [...]. Histórico, o cristianismo o é ainda de outra maneira, talvez mais profunda: [...] é nessa duração, portanto dentro da história, que se desenrola, o eixo central de toda meditação cristã, o drama do Pecado e da Redenção. (BLOCH, 2021, p. 42).

Agregando ainda mais valor ao pensamento de Marc Bloch, e valorizando a importância de compreender um fenômeno recente desde a sua raiz histórica, o teólogo Frei Betto percebe o caráter redentor e libertador da historicidade do tempo como pano de fundo para a formação da consciência histórica. No livro, *A Mosca Azul*, ele relata que:

Foram os persas os primeiros a perceber o tempo como história. E os hebreus nos transmitiram através do Antigo Testamento. Entre os grandes pilares da cultura contemporânea, abraçaram o tempo como a história de três judeus: Jesus, Marx e Freud. Jesus via o tempo histórico como construção do Reino de Deus, e traçou um arco entre o princípio, o Paraíso, e o fim, a escatologia, o Apocalipse. Graças a essa herança judaica, a visão cristã imprime historicidade ao tempo. Marx ensina a compreender melhor os vários modos de produção ao resgatar suas histórias. E Freud, ao mapear os desequilíbrios de uma pessoa, recupera a trajetória dela, inclusive garimpando-lhe os porões do inconsciente. Quando se percebe o tempo como história, tem-se o varal onde dependurar valores. A vida ganha sentido. E este é o bem maior que todos procuram: um sentido que dê razão à existência e, assim, os faça felizes. (Frei Betto, 2006).

Na mitologia hebraica, a criação de Adão ocorreu (de acordo com as pesquisas de genealogia bíblica da obra: “Cronologia Bíblica Comentada com datas exatas Desde a Criação do Mundo”, do autor Indaléssio Costa Rodrigues) a cerca de 4.000 anos a.C. aproximadamente, embora o mesmo autor mencione nessa mesma obra que: “Antes de Abraão é nos impossível fixar uma data para os acontecimentos

mencionados nas Escrituras” (RODRIGUES, 2001, p. 12). Assim, tomamos como referência Abraão, que nasceu provavelmente por volta de 2.000 anos a.C.

Em relação à cronologia Bíblica, esse autor diz o seguinte:

A opinião de homens de bem pode variar em diversos assuntos, e o mesmo vale para o campo da cronologia bíblica. Entre os especialistas no assunto estão James Ussher, Martin Anstey, sir Robert Anderson, Clarence Larkin, Henry Halley, Charles Fred Lincoln, Merrill Unger, Edwin Thiele, John Whitcomb, Donald A. Waite e outros. Não há dois estudiosos que concordem em todas as datas, como por exemplo o nascimento de Abraão: Whitcomb, 2165 a.C.; Unger, 2161 a.C.; Lincoln, 2128 a.C.; Larkin, 2111 a.C.; Ussher, 1996 a.C.; Klassen, 1967 a.C. (RODRIGUES, 2001, p. 22).

Em termos de cronologia bíblica, portanto, é impossível precisar datas exatas para tomá-las como referência. De fato, o mais importante aqui é mencionar datas aproximadas no afã de apenas possibilitar uma localização temporal histórica referencial.

#### 4.1 As Raízes Hebraicas do Cristianismo Original

Possivelmente, Abraão tenha migrado para a Palestina no período em que o rei Hamurabi comandava a Caldéia. O clã de Abraão quando deixou Ur dos Caldeus rumo à Terra Prometida peregrinou habitando em tendas como beduínos nômades. Durante essa peregrinação, Abraão teve um encontro com o Rei Melquisedeque de Salém, que era também sacerdote de *אלוהים* ou *Elohim* (que significa Deus Altíssimo). Desde este episódio, Abraão passou a ser adorador e servo de *Elohim*. O encontro entre eles está relatado em Genesis 14: 17-18. Isso vai desencadear o que se conhece teologicamente como a fonte *Elohista*, onde o nome de Deus aparece como *Elohim*. Esta foi a primeira fase da religião de Israel. Segundo a estimativa cronológica calculada por Rodrigues (2001), este período durou aproximadamente 640 anos, entre 1780 a.C. até a libertação e saída do povo de Israel do Egito com Moisés, por volta do ano 1140 a.C.

Entretanto, quando Deus se encontra com Moisés no deserto após a saída do Egito, Ele lhe ordenou que dali em diante fosse conhecido e chamado de *יהוה* ou *Yahweh*, que significa Eu Sou. Surgiu então a segunda fase na religião de Israel que teologicamente vai se tornar conhecida por gerar a chamada fonte *Yahwista*. Estas duas vertentes decorrentes dessas duas fases religiosas irão conviver acomodadas

até a conquista de Canaã e o período prévio ao estabelecimento da monarquia na Judéia. Desde a ascensão de Saul, e depois, de Davi ao trono de Israel, a influência das vertentes *Elohista* e *Yahwista* entraram em um conflito irreconciliável de ordem social e política. Esse conflito, por sua vez, gerou a divisão do Reino Unificado de Israel quando este era governado por Roboão, filho de Salomão. Sobre esse conflito entre a tradição antiga tribal *Elohista* e tradição *Yahwista* que se tornou monárquica por influenciada dos povos vizinhos a Israel, Richard A. Horsley e John S. Hanson Hanson registram o seguinte:

[...] as tradições e formas sociais da aliança do antigo Israel não foram imediata e completamente suprimidas pela monarquia. As narrativas bíblicas [...] mostram que profetas, ao mesmo tempo mensageiros e líderes de movimentos, continuaram a existir por longo tempo, período monárquico adentro no reino setentrional de Israel, se não no reino de Judá. Apesar disso alguns profetas se tornaram, periodicamente, “líderes” de movimentos sociais e proféticos com uma base social popular e uma forma social característica. As circunstâncias políticas e a estrutura social haviam mudado consideravelmente desde a época de Moisés ou de Débora. Agora a monarquia fornecia um governo institucionalizado. [...] Efetivamente, as histórias de Elias e Eliseu apresentam esses grupos como movimentos populares contra a monarquia. [...] Contra a opressão e sua poderosa base cultural estrangeira, os profetas Elias e Eliseu e seus seguidores, “os filhos dos profetas”, promoveram uma rebelião popular. [...] No julgamento profético de ambos os reinos, Judá e Israel, o povo, especialmente os poderosos tinham deixado de observar os princípios básicos da política social expressa no decálogo. (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 127-130).

Segundo a pesquisa cronológica de Rodrigues (2001), a divisão do reino de Israel ocorreu por volta do ano 930 a.C., cerca de 210 anos depois da saída do cativo no Egito com Moisés.

Mais tarde, esse conflito interno, entre outras razões, levou a nação de Israel a desaparecer territorialmente, sendo invadida, saqueada e conquistada pelo rei babilônico Nabucodonosor. Aquele período ficou conhecido como o começo da diáspora babilônica ou primeira diáspora, tendo sido marcado, no âmbito religioso, pelo aparecimento das sinagogas e o começo do Judaísmo, caracterizando o início da terceira fase da religião de Israel.

Em cada um desses três períodos, é relevante destacar que houve características sociais e políticas peculiares. No primeiro período (*Elohista*) havia um sistema de governo tribal, onde os clãs eram dirigidos pelos patriarcas num regime familiar comunitário de cooperativismo solidário, possivelmente com algumas

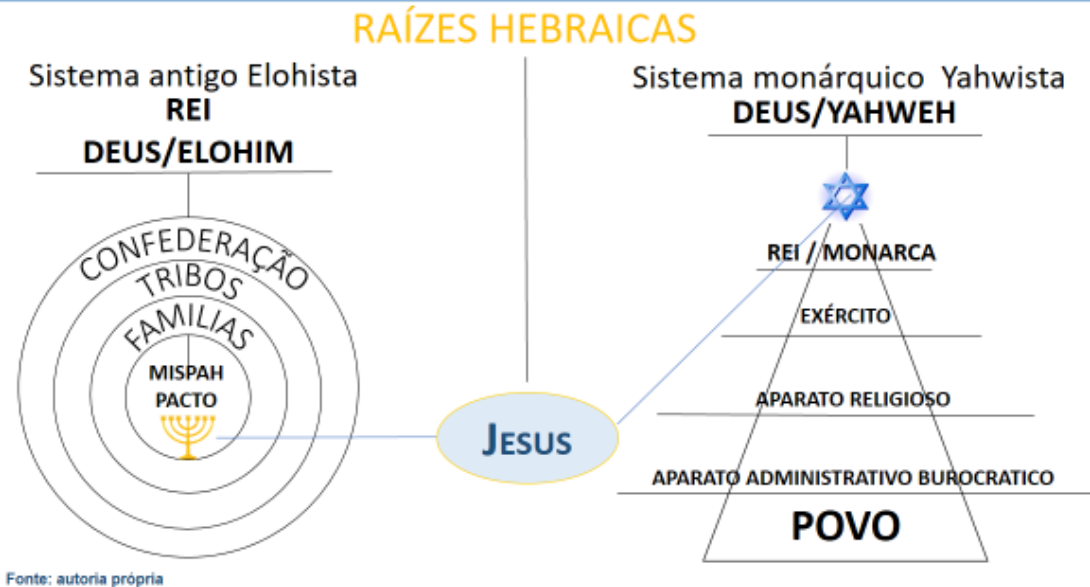
características sociais semelhantes ao sistema dos *Ayllus* incaicos andinos. Nesse sistema, o próprio Deus governava o povo diretamente através da *בְּרִית*, *Mispah* ou Pacto (Aliança), logo era um sistema onde o coletivo e o social tinham um papel central. Sobre isso, Horsley e Hanson afirmam que:

O antigo Israel não tinha instituições estatais estabelecidas. O único governo dos israelitas era a sua aliança com Javé, que dava uma coesão mínima às tribos e clãs israelitas e orientava suas ações comuns necessárias para a sobrevivência. Na verdade, um dos fatores característicos, até constitutivos, de Israel como sociedade foi sua libertação das instituições políticas opressoras do império egípcio e das cidades-estados cananeias. Para os israelitas independentes, Javé era seu único e verdadeiro rei. Todos eles, individual e coletivamente, respondiam diretamente a Deus como servos do Rei divino. (HORSLEY; HANSON, 1995, p. 126).

O segundo período (*Yahwista*) é sobretudo caracterizado pela formação de um aparelho militar e religioso que serviu de base de sustentação para a implantação e a manutenção da monarquia. Esse sistema era mais pragmático. Nele, a importância da economia e das conquistas territoriais prevaleciam sobre as questões sociais. Ali foi onde a *בְּרִית*, *Mispah* ou Pacto (Aliança) com Deus foi transferida do povo para a dinastia real de Davi. No terceiro período, o Judaísmo surgiu durante a diáspora babilônica e especialmente no regresso à Jerusalém em 538 a.C. depois da conquista da Babilônia pelo Imperador Persa Ciro II. Naquela época, Neemias reconstruiu os muros da cidade e Esdras se encarregou de fazer uma reforma religiosa. Durante essa fase do começo do Judaísmo, as primeiras sinagogas apareceram, foram nesses locais onde ocorreram as compilações de fontes das tradições orais *Elohista* e *Yahwista*. Estas fontes compiladas, principalmente o Pentateuco ou Livros da Lei, foram acomodadas e registradas na forma escrita da *Tanakh* Hebraica. Sobre os Livros da Lei, Ernest Renan, em seu livro “A Vida de Jesus”, escreve que: “É preciso ressaltar que essa Lei era inteiramente social e moral. A obra de homens imbuídos de um alto ideal de vida presente e convencidos de terem encontrado os melhores meios para realizá-lo” (RENAN, 2003, p. 93).

Na figura abaixo, e descrito na sequência, ilustra-se um exemplo de como foi configurada politicamente a representação dos sistemas *Elohista* e *Yahwista* no aspecto social e religioso, bem como a relação da influência desses dois sistemas na vida, nas obras e nas palavras de Jesus, e no Cristianismo Original.

## RAIZES HISTÓRICAS DO CRISTIANISMO ORIGINAL



Após a morte de Alexandre Magno (O Grande), que em 330 a.C. conquistou o Império Persa, se estabeleceu entre 323 a 64 a.C. o chamado Império Grego, ou Império Helênico Selêucida.

Em 168 a.C., o rei Selêucida Antíoco IV Epifânio promoveu uma investida contra Jerusalém, e além de profanar o templo e cobrar pesados impostos, impôs a proibição dos costumes religiosos dos judeus, como a leitura e observância da *Tanakh* e a guarda do sábado. Começou ali uma forte resistência a essa dominação helênica, que foi capitaneada principalmente por Judas Macabeu. Ele encabeçou um movimento rebelde armado para resistir ao invasor e dar suporte aos reis judeus Hasmoneanos que governavam a Judéia. Esse movimento foi conhecido como a Revolta dos Macabeus. No aspecto religioso, a revolta foi influenciada pela interpretação apocalíptica e messiânica das profecias de Daniel, que foram escritas durante o exílio Babilônico.

Já na questão social, a Lei de Moisés e os seus conceitos influíram decisivamente sobre a posição da Judéia em jamais se deixar subjugar. Esses dois ingredientes foram decisivos para deflagrar e impulsionar o movimento libertário que a revolta dos Macabeus propunha. Sobre o aspecto social da Lei Mosaica, o filósofo, teólogo e historiador francês do século XIX Ernest Renan, em seu livro *Vida de Jesus*, é peremptório ao afirmar categoricamente que:

Essa Torá nada tem a ver com as “Leis” gregas ou romanas, que se preocupavam unicamente com o direito abstrato, abordando superficialmente as questões de felicidade ou de moralidade privadas. Sente-se de antemão que os efeitos resultantes da Lei judaica serão de ordem social, e não de ordem política, que a obra à qual esse povo se dedica pertence ao reino de Deus, e não a uma república civil: pertence a uma instituição universal, e não a uma nacionalidade ou uma pátria. Em meio a numerosos enfraquecimentos, Israel sustentou admiravelmente essa vocação. Uma série de homens piedosos, Esdras, Neemias, Onias, os Macabeus, consumidos pelo zelo da Lei se sucedem na defesa das antigas instituições. (RENAN, 2003, p. 93)

Desta forma, foi na defesa desses valores sociais basilares da Lei Mosaica que muitos dos Macabeus tombaram no combate contra os opressores Selêucidas. Depois de muitas batalhas, finalmente os Macabeus prevaleceram e legitimaram o controle dos reis judeus *Hasmoneus* sobre a Judéia. No entanto, em 37 a.C., Herodes, cooptado pelos romanos que a essa altura já haviam desbancado os Selêucidas como Império dominante, depôs o último rei da dinastia hasmoneana. Começou então a dinastia dos reis títeres Herodes, e com ela um novo período de subjugação e opressão dos judeus, agora sob a dominação Romana.

Embora nem os *Hasmoneus* e tampouco os Herodes pertencessem à linhagem de Davi, que era a portadora da *בְּרִית מִסְפָּח* *Mispah* ou Pacto (Aliança), no aspecto político havia diferenças fundamentais entre essas duas dinastias. Destaca-se o fato de que os Herodes não foram legitimados por descendência. Além disso, no período herodiano, a lei passou a emanar da mera vontade do monarca, conforme a fundamentação filosófica helênica em antagonismo aos códigos da Lei e da tradição judaica. Na prática, isso investiu o rei Herodes de várias prerrogativas, como nomear o sacerdote, interferir na justiça, e perseguir e matar opositores.

Todo esse turbilhão político e social, gerado pela insatisfação contra a dominação romana e o governo dos Herodes, culminou com a cruel destruição de Jerusalém pelos Romanos e o grande massacre genocida dos hebreus que perdurou até cair o último foco de resistência dos judeus essênios na fortaleza de Massada, já no ano 70 d.C.

## 4.2 O Cristianismo Original nas palavras e nas atitudes de Jesus

Nesse último interim mencionado, em meio a um cataclisma social de dimensão apocalíptica na Judéia, se apresentou finalmente para a História humana o sujeito deste trabalho. Para alguns, o Messias libertador. Para outros, o Cristo Redentor. Para muitos, o filho do Deus Vivo. Contudo aqui, no intuito de focar de forma lúcida o objeto de estudo, Ele é Jesus de Nazaré, o homem.

A compreensão da relevância desse último período mencionado é crucial para a consideração da consciência histórica como instrumento messiânico e redentor, capaz de ressuscitar a todos aqueles que historicamente foram os perdedores no transcorrer dos séculos; e fundamentalmente para que se possa dar fala a todos os que tiveram as suas vozes caladas pela crueldade e covardia da dominação e opressão subjugadora e perversa de alguns homens na História.

Sob esse prisma, Benjamin, considerando que a consciência histórica alcançada pelo Materialismo Histórico é um Messias redentor, observa filosoficamente que:

Só o próprio Messias consuma todo o acontecer histórico, nomeadamente no sentido de que só ele próprio redime, consuma, concretiza a relação desse acontecer com o messiânico. Por isso nada de histórico pode, a partir de si mesmo, pretender entrar em relação com o messiânico. (BENJAMIN, 2021, p. 23).

Quanto às propostas de Jesus, elas sempre foram muito claras por meio das suas atitudes e palavras. Dentro de um conturbado e tenso ambiente político e social, Jesus apareceu na História propondo uma nova ordem social e política. Ele já nasceu afrontando o poder de Herodes, pois segundo a genealogia apresentada por Mateus no primeiro evangelho, Ele era da linhagem de Davi, e, portanto, gerou um risco eminente de legitimar a volta da segunda *בְּרִית*, Mispah (Aliança), que era o pacto de Deus com a linhagem de Davi. A reação do atemorizado Herodes foi decretar e promover um terrível e cruel infanticídio, com a intensão de extirpar a esperança da nação em se libertar da opressão política e social a que o povo estava sendo submetido.

Jesus, com o nome de nascimento Emanuel, nasceu em uma família humilde e pobre. Para escapar do decreto de Herodes, ainda na infância, Ele provou a condição de retirante e refugiado, indo com seus pais se asilar no Egito. Já na idade adulta, quando começou o seu Ministério, gerou uma onda de pavor entre os

poderosos; comparada, guardando-se as devidas proporções, ao chamado “Medo Negro” provocado pela Revolução do Haiti, que assombrou a América, e levou os dominantes a iniciar e conduzir os processos de abolição da escravidão e das independências nas colônias ameríndias.

Herodes, que havia mandado decapitar João Batista tentado fazer calar a voz redentora, libertária e profética que voltava a ressoar, quando ouviu falar sobre Jesus e seus seguidores ficou estarecido, incomodado e atemorizado. Sobre isso, o evangelho de Lucas (Lc 9: 7-9), revela o seguinte:

Ora, o tetrarca Herodes ouviu tudo o que estava sendo feito por ele, e ficou perplexo, porque alguns diziam que João ressuscitara dentre os mortos, e alguns que Elias tinha aparecido, e outros que um profeta dos antigos havia ressuscitado. E disse Herodes: a João decapitei; mas quem é este do qual ouço dizer tais coisas? (BÍBLIA..., 2018, p. 599).

Quando os judeus se referiram a Jesus como sendo um dos profetas antigos ou João Batista ressuscitado, se compreendia o teor de confronto da ordem estabelecida por meio do caráter de denúncia contida nas falas proféticas, tanto dos profetas antigos como também de João Batista. Entretanto, quando se referiram à Elias, suscitaram o ícone referencial do movimento profético na tradição antiga *Elohista*. Por questão de ordem semântica, tanto a sílaba *el* no começo do nome Elias (que significa Deus / *Elohim* é o Senhor), bem como a mesma sílaba *el* no final do nome Emanuel (que significa Deus / *Elohim* conosco), que foi dado a Jesus no seu nascimento, derivam da raiz etimológica da palavra *El* aplicada para o nome *אלוהים* ou *Elohim* (que significa Deus Altíssimo). Assim, esse conjunto de elementos linguísticos tinham muito significado para os judeus e remetiam ao ressurgimento de um movimento social e político redentor antigo, o *Elohismo*, com suas características de comunhão, igualdade, autonomia, cooperativismo, justiça e solidariedade. Essas mesmas características redentoras se fizeram mister na vida, nas obras e nas palavras de Jesus.

Dessa maneira, mesmo se recusando a protagonizar uma revolta armada, Jesus e seus seguidores escandalizaram e incomodaram os detentores do poder militar/econômico/religioso da época. E ainda que se negassem a pegarem em armas, os confrontaram até os limites do insuportável. Jesus, com as suas palavras e atitudes, afrontou e abalou de tal forma a estrutura do poder constituído, que após sofrer uma implacável perseguição política, foi torturado, preso, julgado e condenado a morte,

mesmo sem cometer nenhum crime, e finalmente, depois de ser execrado e humilhado publicamente, foi executado da forma mais cruel e dolorosa na cruz.

O autor Frei Betto, no livro “A Mosca Azul”, faz um esclarecimento elucubrador sobre essa questão, dizendo:

Todas as prisões políticas são igualmente cruéis e ridículas. Sócrates foi prisioneiro político, acusado de corromper os jovens e desacreditar os deuses. Todos os prisioneiros políticos, desde então, receberam a mesma acusação, não há exceção. Mesmo Jesus, andava seduzindo um grupo de jovens com quem partilhou a sua última refeição e ao qual proferiu a mais radical confissão atéia: negou a divindade de César e o caráter sagrado do Império, denunciou a profanação do Templo e proclamou que ele, o pobre de Nazaré era o Messias. (BETTO, 2006, p. 33)

Ele segue seu raciocínio esclarecendo que: “Anunciar um Reino dentro do reino de César era, no mínimo uma ousadia subversiva pela qual, Jesus pagou com a vida” (BETTO, 2006, p. 262). Por essa perspectiva, Frei Betto amplia os horizontes desse pensamento, explicando que:

Já na introdução de seu evangelho, Marcos mostra como as curas operadas por Jesus [...] desestabilizaram de tal modo o sistema ideológico e os interesses vigentes, que levaram dois partidos inimigos – dos fariseus e dos herodianos – a fazerem aliança para conspirar em torno de “planos para matar Jesus” (3, 6). Vê-se assim que as implicações políticas da ação salvífica de Jesus tornaram-se tão graves e ameaçadoras que induziram Caifás, em nome do Sinédrio, a expressar “melhor que morra apenas um homem pelo povo do que deixar que o país todo seja destruído” (João 11, 50). (BETTO, 2006, p. 288).

Isto posto, é importante considerar que o Cristianismo Original, inspirado unicamente na influência redentora de Jesus e seus discípulos, é um paradigma que se nutre na sua fonte de aspectos com cunho eminentemente social e político, especialmente por estar em desconformidade com a desigualdade, a injustiça e a opressão. A abordagem trazida pelo Cristianismo Original se pauta então na postura de Jesus, assumindo o compromisso na defesa dos pobres, dos marginalizados e dos oprimidos pelo sistema historicamente segregador de pessoas e mercantilizador da sociabilidade humana.

Em sua natureza, o Cristianismo Original tem a alteridade e o coletivo como elemento central da sua essência. Nele, a preocupação com o bem-estar e a felicidade do outro ocupa sempre o primeiro lugar, portanto, ele é taxativo em repudiar o individualismo e o egoísmo causados pela acumulação de riquezas geradoras de desigualdade e opressão. Por isso, é certo que Jesus e o Cristianismo Original não

tiveram jamais o propósito de fundar uma instituição religiosa oficial para dar suporte a nenhum Império, Estado ou governo promotor de desigualdade social, exploração dos menos favorecidos, discriminação de minorias, violação dos direitos humanos e devastação da natureza. A respeito disso, são muitas as Palavras de Jesus condenando com veemência tais práticas. Nesse sentido, é possível verificar *ipsis litteris* algumas manifestações do Mestre sobre isso:

Em primeiro lugar, segundo o relato bíblico de Mateus (Mt 22: 37-40), Jesus condensa os Dez Mandamentos e toda a Lei Mosaica em dois únicos artigos carregados de alteridade e compaixão quando afirma: “Tu amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração [...]. Tu amarás o teu próximo como a ti mesmo. [...] Desses dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas”. (BÍBLIA..., 2018, p. 570). Logo em seguida, no capítulo 23: 2-12, Ele expressa com toda a intensidade o seu repúdio e indignação contra o sistema político e religioso opressivo e injusto da época, ao proclamar para a multidão e para os seus discípulos:

Na cadeira de Moisés se assentaram os escribas e os fariseus. Tudo, pois, o que vos disserem, isso observai e fazei; porém não façais segundo as suas obras, porque eles dizem, mas não fazem. Porque eles atam fardos pesados e difíceis de suportar, e os põem nos ombros dos homens; mas eles nem com seus dedos querem movê-los. Mas todas as suas obras eles fazem para serem vistos pelos homens [...] e amam os lugares mais altos nas festas e os principais assentos nas sinagogas, e as saudações nos mercados, e serem chamados pelos homens: Rabi, Rabi. [...] Mas o que for maior dentre vós será o vosso servo. E aquele que a si mesmo se exaltar será humilhado; e aquele que a si mesmo se humilhar será exaltado. (BÍBLIA..., 2018, p. 570).

Corroborando com isso, no evangelho segundo Marcos, capítulo 10, versículos (vs.) 42-45, Jesus dá o exemplo próprio de como deve ser o procedimento e o comportamento de uma pessoa verdadeiramente imbuída de sentimento de amor ao próximo, principalmente tratando-se da conduta do homem público que exerce autoridade, afirmando aos seus discípulos que:

Sabeis que os que são reconhecidos como governadores dos gentios, exercem senhorio sobre eles, e que sobre eles uns dos seus grandes exercem autoridade. Mas não será assim entre vós; antes, qualquer que entre vós quiser tornar-se grande, será o vosso servo, e qualquer que entre vós quiser ser o primeiro, será servo de todos. Porque até mesmo o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir, e para dar a sua vida em resgate de muitos. (BÍBLIA..., 2018, p. 570).

Para Jesus, portanto, não existe hipótese para nenhuma autoridade se servir do povo em interesse próprio ou de pequenos grupos de espoliadores a quem ele de

fato representa. Ao contrário, para Jesus, por exemplo próprio, o ser servo é condicionante primordial e imperativo no caráter de qualquer mandatário na sua relação com o povo e no trato com a coisa pública. Isso, ao menos teoricamente, as teses de Montesquieu e a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), encampam conceitualmente, quando ambas defendem que “todo o poder emana do povo”.

Voltando ao capítulo 23 de Mateus, vs. 13-28, Jesus profere uma suma profética evidenciando e sentenciando a hipocrisia das autoridades que promovem o mal e a injustiça no exercício dos seus cargos:

Mas ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! Porque fechais o reino do céu aos homens; pois nem vós entraís, nem deixais entrar os que estão entrando. Ai de vós escribas e fariseus hipócritas porque devorais a casa das viúvas [...]. Porque pagam o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, e tendes omitido as questões importantes da lei, juízo misericórdia e fé; essas coisas devíeis ter feito, e não deixar as outras por fazer. Guias cegos que coais um mosquito e engolis um camelo. [...] Porque limpais o lado de fora do copo e do prato, mas por dentro estão cheios de extorsão e transgressão. [...] Porque sois semelhante aos sepulcros caiados, que por fora realmente parecem formosos, mas por dentro estão cheios de ossos de homens mortos e de toda a impureza. Assim também vós exteriormente pareceis justos, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e iniquidade. (BÍBLIA..., 2018, p. 570).

Ainda segundo o mesmo capítulo 23 de Mateus, vs. 29-36, Jesus segue entregando a dura mensagem, ao colocar o dedo na ferida naquilo que fazia mais sentido para os judeus naquele momento em que as vozes proféticas da nação, depois de estarem silenciadas por cerca de quatrocentos anos, haviam sido recentemente caladas violentamente na decapitação de João Batista. Naquele momento Jesus disse:

Ai de vos escribas e fariseus, hipócritas! Porque edificais o túmulo dos profetas e enfeitam os sepulcros dos justos; e dizeis: Se existíssemos nos dias de nossos pais, não teríamos sido com eles cúmplices no sangue dos profetas. Assim testificais contra vós mesmo, pois sois filhos dos que mataram os profetas. [...] Serpente, geração de víboras, como podeis escapar da condenação do inferno? Portanto eis que eu vos envio profetas, homens sábios e escribas; a alguns deles matareis e crucificareis; e a outros açoitareis nas vossas sinagogas e os perseguireis de cidade em cidade. Para que sobre vós possa vir todo o sangue justo, que foi derramado sobre a terra, desde o sangue do justo Abel até o sangue de Zacarias, filho de Baraquias, que matastes entre o templo e o altar. Na verdade, eu vos digo que todas essas coisas sobrevirão sobre essa geração. (BÍBLIA..., 2018, p. 571).

Desse modo, os judeus na sua compreensível busca pelo Messias Redentor, possivelmente não imaginavam que era o maior e principal de todos os profetas

hebreus que estava entre eles falando-lhes naquele momento. No tempo final daquela mesma geração, a história registrou para a posteridade o cumprimento daquela profecia quando do cerco dos romanos a Jerusalém, a tomada da cidade, a derrubada do templo e, o genocídio de milhares de judeus ordenado pelo general Tito, comandante das tropas romanas na Judéia. Como prêmio por isso, Tito se tornou mais tarde Imperador de Roma.

A história registra ainda coisas fatídicas para serem interpretadas pelos historiadores no transcurso dos tempos. A respeito dessas coisas singulares, seguindo pelo evangelho de Mateus, agora no capítulo 27, versículos 24-25, chama a atenção um episódio durante a condenação de Jesus à morte de cruz, pois Pilatos antes de sentenciá-lo, reconheceu que estava condenando um inocente. Lavando as suas mãos, ele tentou demover o povo que clamava pela crucificação, incitada pelo conluio entre os fariseus e os herodianos para matar Jesus, dizendo: “Eu sou inocente do sangue desta pessoa justa. Vede vós. E respondendo-lhe todo o povo, disse: O seu sangue seja sobre nós e sobre nossos filhos.” (BÍBLIA..., 2018, p. 571).

Assim, fica a tarefa para os grandes críticos ao longo dos séculos, interpretar se: o massacre de Massada, as inquisições Ibéricas, os *progroms* europeus e os campos de concentração nazistas, vieram também como consequência desse episódio fático, onde os judeus assumiram diante de Pilatos as consequências pelo sangue derramado por aquele Justo.

O poder da Palavra proferida sempre teve forte valor na cultura e na tradição judaica, e segue uma importante trajetória histórica que vem desde o relato mitológico *Elohista* da criação revelado em Genesis, quando tudo se faz existir por meio da *דבּהאר* / *Dabhar* / Palavra de Deus. Por exemplo: no livro de Gênesis (Gn 1:3), quando Deus disse “Haja Luz, houve luz” (BÍBLIA..., 2018, p. 8). Verifica-se assim que a *דבּהאר* / *Dabhar* (Palavra profética) é dinâmica e produz resultado, ou seja, se cumpre.

O conteúdo da mensagem profética em Israel, na mensagem de Jesus, e por extensão no espírito do Cristianismo Original, é pautado por rejeitar toda a forma de violência, e valer-se do poder da *דבּהאר* / *Dabhar* / Palavra. Ele é revelador de um compromisso total com a ética, a honestidade, a retidão de conduta incorruptível e a identificação com os oprimidos e hegemonzados. A ponto de o apóstolo Paulo registrar na epistola aos Gálatas (Gl 5: 14-23), que: “Porque toda a lei é cumprida numa só palavra, nesta: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. [...] Mas o fruto do

espírito é: Amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fé, brandura, temperança; contra essas coisas não há lei.” (BÍBLIA..., 2018, p. 679).

A opção de Jesus e do Cristianismo Original pelos pobres e pelo coletivo se dá de forma perene e uníssona, não nos deixando nenhuma dúvida quanto à sua intenção. Os milagres realizados por Jesus entre os pobres, em contraste com o seu diálogo com os possuidores de riquezas materiais nos dão a medida disso. Nessa dialética, quando dialogavam com Jesus, os ricos tinham sempre a preocupação sobre como alcançar salvação e a vida eterna depois da morte, pois seus problemas nesta vida já estavam solucionados. A estes Jesus sempre lhes deu a opção desagradável de despojar-se dos seus bens acumulados e compartilhar a sua riqueza com os pobres. No Capítulo 19 de Mateus, versículos 16-30, está uma dessas passagens, onde um jovem rico pergunta o seguinte a Jesus:

Bom Mestre, que coisa boa devo eu fazer para ter a vida eterna? [...] Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai e vende o que tu tens, e dá-o aos pobres, e tu terás um tesouro no céu; vem e segue-me. Mas o homem jovem, ouvindo essa palavra, foi embora triste, porque ele tinha muitas posses. Disse, então, Jesus aos seus discípulos: Na verdade eu vos digo que um rico dificilmente entrará no reino do céu. E outra vez eu vos digo, que é mais fácil um camelo passar por um olho de uma agulha, do que um rico entrar no reino de Deus. E, ouvindo isto seus discípulos, ficaram extremamente espantados, dizendo: Quem então poderá ser salvo? [...] Eis que nós deixamos tudo, e te seguimos, o que nós teremos por isso? E Jesus disse-lhes: [...] todo que tiver deixado casas, ou irmãos, ou irmãs, ou pai, ou mãe, ou esposa, ou filhos, ou terras, por causa do meu nome, receberá cem vezes tanto, e herdará a vida eterna. Mas muitos que são os primeiros serão os últimos, e os últimos serão os primeiros. (BÍBLIA..., 2018, p. 571).

Já no diálogo com os pobres, os enfermos, os discriminados e os menos favorecidos relatado pelo evangelista Lucas, (Lc. 18: 35-43). Jesus mostrou toda a sua compaixão e o seu caráter Redentor, ao imediatamente atender-lhes em suas necessidades terrenais antes das transcendentais. Ao socorrer o cego Bartimeu que mendigava a beira do caminho em Jericó, Jesus lhe pergunta: “O que queres que eu te faça? E ele disse: Senhor, que eu possa receber a minha visão. E Jesus lhe disse: Recebe a visão, a tua fé te salvou.” (BÍBLIA..., 2018, p. 608).

Da mesma maneira, em Mateus (Mt. 9:20-22), quando uma mulher que padecia de fluxo hemorrágico há doze anos tocou nas vestes de Jesus, coisa que segundo os ritos judaicos tornaria a pessoa tocada impura, Jesus, ignorando isso, se compadeceu, a chamou de filha, e disse: “[...] a tua fé te curou! E naquela mesma hora

a mulher ficou sã. (BÍBLIA..., 2018, p. 560). Em outro episódio relatado no evangelho de João (Jo 4:7-40), quando encontrou uma mulher samaritana, Jesus rompeu todo o preconceito das proibições judaicas sobre os homens conversarem com mulheres em via pública, e quebrou a discriminação histórica que havia dos judeus para com os samaritanos por considerá-los mestiços e sincréticos. Ali, Jesus legou para a posteridade um tratado de tolerância religiosa, cultural e racial, ao oferecer-lhe a Água da Vida e conversar longamente com ela ao lado do poço de Jacó, lugar sagrado para os judeus [fato que escandalizou os próprios discípulos]. (BÍBLIA..., 2018, p. 616). Há ainda vários outros encontros com pessoas simples e oprimidas que exprimem todo o caráter libertário, misericordioso e revolucionário na personalidade de Jesus.

A mulher adúltera que estava para ser apedrejada, conforme o evangelho de João (Jo. 8: 1-11), não foi somente perdoada e chamada de “filha”, como também os seus acusadores foram envergonhados ao serem instados a jogar a primeira pedra se estivessem sem pecado. (BÍBLIA..., 2018, p. 620). Por esse prisma, existem nos evangelhos uma relação de trinta e cinco milagres, sendo que todos eles, sem exceção, revelam que Jesus rompeu todas as convenções sociais e religiosas geradoras de barreiras, de discriminação e de preconceito entre as pessoas. Ademais, quanto ao aspecto racial, Ele mesmo é (cabe lembrar), senão factualmente de fenótipo e origem árabe negroide, supostamente um não branco europeu. O Frei e teólogo Leonardo Boff, em seu livro “Teologia do Cativo e da Libertação”, se manifesta da seguinte forma ao relacionar as manifestações de Jesus sobre a inclusão de todas as pessoas:

Toma a defesa deles e se solidariza com a prostituta, o herege samaritano, o publicano arrependido, o centurião romano pagão, a estrangeira sírio fenícia, o cego de nascença, a mulher corcunda e adúltera. Desabsolutiza as leis e o culto, colocando no centro de tudo o homem. [...] Não teme as consequências dessa solidariedade; é acusado de louco, possesso, herege, subversivo, comilão e beberrão. Não discrimina ninguém, nem a seus difamadores, pois aceita comer com eles, e jamais deixa de confiar na capacidade de conversão. <<Se alguém vem a mim eu não o mandarei embora>> (Jo 6,37), eis como São João descreve o ser-para-os-outros que foi Jesus Cristo. (BOFF, 1980, p. 192).

Ao assentar com os beberrões e comer com os pecadores (Mt. 11: 19), Ele promoveu, para muito além da questão salvífica e soteriológica, um movimento redentor e de inclusão social sem precedentes na história. Nesse aspecto é que se torna fundamental trazer além da compreensão histórica e exegética, as raízes do

procedimento comportamental e social de Jesus. Essa importância é tão grande que levou Marc Bloch, mencionando uma hipotética contradição de pensamentos entre os escritores e nacionalistas franceses Maurice Barrès e Charles Maurras, e o matemático católico francês Blaise Pascal, juntamente com o teólogo e absolutista francês Jacques-Bénigne Bossuet, a afirmar:

Na história religiosa, o estudo das origens assumiu espontaneamente um lugar preponderante, porque parecia fornecer um critério para o próprio valor das religiões. Designadamente da religião cristã. Bem sei: para alguns neocatólicos [...] a moda atual é zombar dessas preocupações de exegeta. “Não compreendo sua emoção declarava Barrès a um padre que perdera a fé. As discussões de um punhado de eruditos em torno de algumas palavras hebraicas [...]. E Maurras por sua vez: Que importam evangelhos de quatro judeus obscuros?” (“Obscuros quer dizer, imagino, plebeus; pois, em Mateus, Marcos, Lucas e João, parece difícil não reconhecer, pelo menos, uma certa notoriedade literária). Esses engraçadinhos ficam tentando nos convencer, e nem Pascal nem Bossuet teriam certamente falado assim. Sem dúvida pode-se conceber uma experiência religiosa que nada deva à história. Ao puro deísta, basta uma iluminação interior para crer em Deus, não para crer no Deus dos cristãos. Pois o cristianismo [já mencionei isso] é uma religião histórica: vejam bem, cujos dogmas primordiais se baseiam em acontecimentos. Releiam seu Credo: “Creio em Jesus Cristo que foi crucificado sob Pôncio Pilatos... e ressuscitou dentre os mortos no 3º dia.” Também nesse caso os primórdios da fé são seus fundamentos. (BLOCH, 2001, p. 57).

Mesmo assim, é bem verdade, esse regresso às origens da compreensão dos primórdios em si, não se constituem em suma argumentos suficientes em sua raiz histórica para explicar satisfatoriamente um fenômeno tão duradouro e heterogêneo como o Cristianismo. Por isso é necessário enveredar conceitualmente no aspecto social e coletivo que Jesus promoveu, para entender historicamente, como em meio a tantas mudanças e permanências, o Cristianismo segue presente influenciando politicamente (para o bem ou para o mal) uma grande parte do mundo pós-moderno.

Certa ocasião, quando Jesus ensinou aos seus discípulos a orar, ele promulgou um tratado social e religioso incomparável, onde o coletivo ocupa um papel central. Mateus (Mt 6: 9-13) divulga esse tratado presente nessa oração do Pai Nosso, onde se destaca o tempo do verbo sempre na primeira pessoa do plural (nós). O pão Nosso. As Nossas dívidas. Não Nos deixe cair em tentação. Livrai-Nos do mal. (BÍBLIA..., 2018, p. 571). Desse modo, principalmente por esse destaque social e coletivo priorizados por Jesus em seus ensinamentos, tudo o que venha a primar pelo individualismo e o egoísmo dentro da cristandade no transcurso da história, deve ser por princípio

imediatamente rechaçado. Mesmo que este egocentrismo seja ultimamente gerado na pós-modernidade pela aceleração súbita das transformações sociais (presentes na teoria da modernidade líquida, defendida pelo sociólogo judeu polonês, Zygmunt Bauman<sup>11</sup>), pois estão diametralmente em oposição e se chocam frontalmente com a opção social e de alteridade proposta por Jesus e seus seguidores. Assim, ao promover a correlação entre o estudo do passado e as suas diferentes interpretações no presente, Marc Bloch leva em conta a fundamental importância do aspecto social da mensagem de Jesus na história, que necessariamente reflete o contexto social em que o fiel está inserido, quando diz:

Voltemos aos estudos cristãos. Uma coisa é, para a inquieta consciência que busca uma regra para si, fixar sua atitude com relação à religião católica tal como é definida cotidianamente; outra coisa é para o historiador, explicar o catolicismo do presente como fato de observação. Indispensável, é claro, a uma correta percepção dos fenômenos religiosos atuais, o conhecimento dos seus primórdios não basta para explicá-los. A fim de simplificar o problema, chegamos a renunciar a nos perguntar até que ponto sob um nome que não mudou, a fé, em sua substância permaneceu realmente imutável. Por mais intacta que suponhamos uma tradição, faltará sempre apresentar as razões de sua manutenção. Razões humanas, é claro; a hipótese de uma ação providencial escaparia à ciência. [...] O que se trata agora é compreender como é possível que tantos homens ao nosso redor creiam na crucificação e na ressurreição. Ora, a fidelidade a uma crença é apenas, como toda a evidência, um dos aspectos da vida geral do grupo na qual essa característica se manifesta. Ela se situa no nó onde se misturam um punhado de traços convergentes, seja de estrutura social, seja de mentalidade. Ela coloca, em suma, todo um problema de clima humano. (BLOCH, 2001, p. 57).

O primeiro dilema do Cristianismo foi interno, ou seja, ele surgiu quando saiu das fronteiras da Judéia rumo à Damasco, onde se refugiaram muitos discípulos fugindo da perseguição do consórcio romano/herodiano, após a morte de Jesus. Ali se decidiu que a mensagem não seria restrita somente aos judeus, mas se direcionaria a todos (de qualquer nacionalidade) que se dispusessem a conhecê-la. Durante os três primeiros séculos de existência, a mensagem já estava presente em todos os quadrantes do Império Romano, abalando a estrutura aristocrática do poder constituído. Mesmo sob severa perseguição do Estado, o movimento crescia avassaladoramente. O conteúdo revolucionário e libertário da mensagem Cristã, principalmente no primeiro e no segundo século d.C., exercia fascínio principalmente

---

<sup>11</sup> Teoria que requalifica a pós-modernidade, considerando-a como tão rápida quanto as suas transformações no modo de vida das pessoas, devido à aceleração do avanço tecnológico, rompendo as estruturas sociais mais sólidas e previsíveis dos períodos anteriores.

entre os pobres e escravos, que compunham a maioria da população. O livro dos Atos dos Apóstolos (At 2: 42-45), revela que todos tinham tudo em comum.

E Eles continuaram firmemente na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações. [...] E todos os que criam estavam juntos e tinham todas as coisas em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos os homens, conforme cada homem necessitava. (BÍBLIA..., 2018, p. 632).

Na hierarquia estrutural do Cristianismo Original, todos igualmente, independentemente da sua condição social, poderiam ascender a cargos de autoridade. Até sobre a questão de gênero, Jesus ao considerar a opção dos eunucos (Mt. 19: 12), desbanca o preconceito contra a opção sexual. Felipe, discípulo de Jesus, (At. 8: 26-39) ao encontrar um eunuco etíope que aceitou a mensagem do evangelho, o batizou e o integrou ao grupo dos crentes. Afinal, Jesus disse que: “[...] o que vem a mim, de maneira alguma o excluirei (Jo 6: 37). Escrevendo aos Gálatas (Gl 3: 28), o apóstolo Paulo deixa bem claro essa condição de igualdade e unidade entre todos, quando menciona que: “Já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus.” (BÍBLIA..., 2018, p. 678). De acordo com o evangelho de Mateus (Mt. 6: 24), o próprio Jesus, após ensinar a oração do Pai Nosso, disse que: “Nenhum homem pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e as riquezas”. (BÍBLIA..., 2018, p. 558)

Desta maneira, o espírito do Cristianismo Original, paradoxalmente, se assemelha muito mais aos propósitos éticos do Budismo Tibetano do Dalai-lama, aos conceitos filosóficos hinduístas do código *Satyagraha* de Mahatma Gandhi e aos princípios e valores aléiros do *Ubuntu* Sul africano; quando comparado ao cristianismo oficial litúrgico que foi sendo caracterizado através dos séculos, e que respaldou a ganância, a desigualdade, o racismo escravista, a exploração dos mais fracos, a injustiça e a violência. O Arcebispo Anglicano, Desmond Tutu, em seu livro “Deus não é Cristão: e outras provocações”, levanta essa reflexão, quando expressa que:

*Ubuntu* é a essência do ser humano. [...] Essa palavra diz, não como disse Descartes, “Penso, logo existo”, mas, “Existo porque pertenço”. Preciso de outros seres humanos para ser humano. O ser humano autossuficiente é sub-humano. [...] Somos feitos para a complementaridade. Somos criados para uma rede delicada de relacionamentos, de interdependência com os nossos companheiros seres humanos, com o restante da criação. [...] Somos diferentes para entender as necessidades uns dos outros. [...] *Ubuntu* fala de atributos espirituais como, generosidade, hospitalidade, compaixão, dedicação, partilha. [...] Esse conceito fala de como as pessoas são mais

importantes que os objetos, os lucros, as posses materiais. (TUTU, 2012, p. 42).

Em síntese, assim é o Cristianismo Original. Qualquer outro movimento, ou instituição em qualquer época, que não prime por esses valores includentes, ou que entre em conflito com esses ideais de liberdade redentora e de justiça social, está automaticamente se constituindo em perversão e deturpação dos ensinamentos e dos objetivos Originais de Jesus; e desta forma, fatalmente se autocondenando a tornar-se antievangélico desde a sua raiz.

## 5 A TRAJETÓRIA DO CRISTIANISMO OFICIAL

Após essa pequena compreensão anterior sobre o Cristianismo Original quanto à sua natureza, às suas características e aos seus propósitos, é importante posicioná-lo e contrastá-lo frente à trajetória do cristianismo oficial, litúrgico e dogmático. Para tanto, é importante refletir sobre o fato de que: Jesus, por ser igualmente descendente da linhagem real da casa de Davi e ao mesmo tempo da prostituta israelita Raabe, nos dá, nessa aparente ambiguidade, a amplitude da abrangência do seu projeto de inclusão e de igualdade social, que Ele chamou de Reino de Deus. Seu pai adotivo, o humilde carpinteiro José, rompeu barreiras culturais e preconceitos, assumindo a gravidez inexplicável de Maria. Quando ainda era criança, Jesus foi apresentado no Templo. Conforme a tradição judaica da época, seus pais deveriam oferecer animais em sacrifício. Segundo as suas posses, José e Maria, ao invés de cabras ou novilhos, ofereceram duas pombas que atestam a condição de pobreza da família – Lc 1: 24. (BÍBLIA..., 2018, p. 592). Emblematicamente, a pomba, reveladora na história da sua condição de pobreza, foi o animal que pousou nos seus ombros quando João Batista (outro pobre) o batizou no início do seu ministério – Mt 3: 16. (BÍBLIA..., 2018, p. 556). Por essas e por outras razões de ordem social e política, no decorrer da sua vida, e principalmente após a sua morte, Jesus atraiu em torno de si e das suas palavras, um grande grupo de seguidores. Esse grupo cresceu consideravelmente e se expandiu ao serem levados a todos os quadrantes do Império Romano, através da segunda diáspora judaica, após a queda de Jerusalém, no ano 70 d.C.

A partir do segundo século, o movimento dos Cristãos, pese o fato de haver sido considerado como uma superstição por parte dos governantes imperiais, começou a gerar insatisfação nas esferas de poder do Império Romano. Os Cristãos negavam a divindade de Cesar e cultuavam um outro rei, um tal Jesus, que tecnicamente não existia. As peregrinações aos templos das divindades greco-romanas iam sendo progressivamente esvaziadas e geravam prejuízo econômico, enquanto o Cristianismo Original se expandia. Essas razões de ordem econômica, social e política levaram o Império dominante a desencadear uma severa e implacável perseguição ao movimento original dos Cristãos.

## 5.1 A construção dos dogmas do cristianismo oficial

É verdade que Jesus jamais teve o propósito de fundar uma instituição religiosa Oficial, e tampouco existe evidência histórica ou teológica séria que ampare essa teoria. De toda maneira, a perseguição Imperial conseguiu somente inflar ainda mais o movimento redentor revolucionário pacifista proposto por Jesus. Quando, no século III d.C., o risco de ruptura da ordem estabelecida se fazia eminente, por iniciativa do Imperador Constantino e de seus conselheiros, surgiu a ideia de transformar o Cristianismo na religião oficial do Império Romano. A unanimidade dos historiadores do cristianismo menciona que Constantino, ao verificar que não prevaleceria frente ao movimento Cristão Original, decidiu se unir a ele para dominá-lo e hegemonizá-lo. Consta que ele teve a visão de uma cruz com a seguinte inscrição: “*In hoc signo vinces*”, que é a tradução latina da frase grega *ἐν τούτῳ νικά*, transliterada *en touto nika*, que significa "com este sinal [a cruz] vencerás". Constantino, a partir dali, adotou essa frase como lema imperial, e proclamou o cristianismo como a religião oficial do Império Romano.

Dali em diante, com o fracasso da perseguição aos Cristãos, começou uma conspiração que prosseguiu pelos séculos, para desfigurar os conhecimentos e os ensinamentos dos ideais revolucionários de Jesus, adequando-os aos interesses do Estado Imperial. Os templos das divindades greco-romanas, foram tombados por decreto Imperial e transformados em templos cristãos. A adoração dessas divindades foi substituída convenientemente pela veneração à Maria e às imagens dos santos mártires mortos, em uma violação flagrante ao primeiro e ao segundo dos dez mandamentos instituídos por Deus aos hebreus, e que foram entregues a Moisés no monte Sinai, onde reza que:

Não terás outros Deuses diante de mim. Não farás para ti nenhuma imagem esculpida, ou qualquer semelhança de alguma coisa que está em cima no céu, ou que está em baixo na terra, ou que está na água abaixo da terra. Não te curvarás diante delas, nem as servirás – Êxodo 20: 3-4. (BÍBLIA..., 2018, p. 47).

Ainda sobre a questão dos templos, é válido abordar alguns aspectos. Cerca de 1000 anos antes de Jesus, o rei Davi administrou por cerca de 40 anos a contradição entre construir ou não um Templo em Jerusalém. O Templo não era contemplado na tradição solidária antiga *Elohista*, por ser rejeitada por *Elohim* (o Deus Altíssimo), mas ele foi um elemento importante a partir da tradição *Yahwista*. Davi,

habilidoso politicamente, preferiu se abster dessa polêmica e delegar ao seu filho e sucessor Salomão a tarefa da sua construção. Esse fato foi uma das razões, mais tarde, da divisão do Reino Unificado de Israel. Os Cristãos Originais por sua vez, se reuniam sempre em casas, nas ruas, praças e depois nas catacumbas, durante a perseguição imperial. Templos jamais foram concebidos por Jesus e por seus seguidores. Ao contrário, Santo Estevão, referindo-se à profecia de Isaías (Is. 66:1), em episódio relatado nos Atos dos Apóstolos, antes de ser apedrejado pelos judeus, disse:

O Altíssimo não habita em templos feitos por mãos, como diz o profeta: O céu é o meu trono e a terra é o meu escabelo; que casa me edificareis, diz o Senhor, ou qual é o lugar do meu descanso? Não foi a minha mão que fez todas as coisas? Duros de cerviz, e incircuncisos de coração e ouvidos; [...] como fizeram vossos pais, assim fazei vós. A qual dos profetas não perseguiram vossos pais? Até mataram os que anteriormente anunciaram a vinda do Justo, do qual agora vós fostes traidores e assassinos; vós que recebestes a lei [...], e não a guardastes. At 7: 48-53. (BÍBLIA..., 2018, p. 636).

Nesse sentido, é importante distanciar e diferenciar devidamente o Templo (com sua característica centrípeta), da Igreja. A comunidade Cristã Original, estabelecida em Roma, começou a ser chamada de igreja. Sendo que a palavra Igreja deriva etimologicamente da palavra grega *ἐκκλησία*, transliterada *Ekklesia* que significa “convocados para fora”, com um sentido centrífugo. A Epistola de Paulo aos Romanos relata que Priscila e Áquila foram possivelmente os fundadores da comunidade de Cristãos em Roma – Rm 16: 3-4: “Saudai a Priscila e Áquila, meus colaboradores em Jesus Cristo, os quais pela minha vida expuseram seus próprios pescoços; o que não só eu lhes agradeço, mas também todas as igrejas dos gentios”. (BÍBLIA..., 2018, p 661). De fato, não estava sendo estabelecido naquele momento nenhum templo cristão. Sobre isso, Ernest Renan nos dá a devida dimensão quando defende que:

Áquila e Priscila são assim os membros mais antigos que se conhecem da Igreja de Roma. Tem ali uma única lembrança! A lenda sempre injusta porque é sempre dominada pelos motivos políticos, expulsou do monumento cristão esses dois simples trabalhadores, para atribuir a honra da fundação da igreja de Roma a um nome mais ilustre, correspondendo melhor às orgulhosas pretensões de domínio universal de que a capital do Império tornada cristã, não pode abdicar. Para nós, não é na basílica teatral que se consagrou a São Pedro, e sim é na *porta Portese*, nesse gueto antigo que vemos verdadeiramente o berço do cristianismo ocidental. Seriam os vestígios desses pobres judeus, que levavam com eles a toda a parte a religião do mundo, desses homens sofredores, sonhando na sua

miséria o Reino de Deus, que era preciso encontrar e beijar. (RENAN, 2008, p. 120-121).

A palavra católica, utilizada por Santo Inácio de Antioquia a partir do segundo século d.C., passou a ser adotada como nome oficial da igreja estatal do Império Romano depois do Concílio de Calcedônia, em 451 d.C. Esse nome, ao ser empregado para identificar a igreja romana, já nasce com um vício de origem derivado de uma incoerência etimológica. O termo católico é originário da palavra grega *καθολικός*, transliterada *katholikos*, e significa universal. Logo, se é universal, não deve ser somente romana, e se é romana não deve ser universal.

A partir dali, a utilização do Cristianismo na política se constitui uma prática cada vez mais recorrente, e chegou a ser tão absolutizada a ponto de gerar mais tarde o Sacro Império Romano Germânico. Este Império, no auge do seu anômalo projeto expansionista conhecido como As Cruzadas, promoveu um banho de sangue genocida em nome daquele que ordenou que São Pedro embainhasse a espada – Mt 26: 51-52. (BÍBLIA..., 2018, p. 574).

Um cisma importante ocorreu como produto daquele Concílio de Calcedônia, em 451 d.C. A Igreja, sediada na então capital do Império Romano Oriental, Constantinopla, rejeitou as decisões aprovadas e seguiu seu próprio caminho independente de Roma. Assim, surgia ali a Igreja Ortodoxa Oriental. Na parte Ocidental, muitos grupos Cristãos através dos séculos, não se sujeitaram ao controle estatal do Império Romano sobre a fé original. Os Ambrosianos, os Petrobrussianos e os Valdenses foram grupos da resistência Cristã Original, que durante a Idade Média foram perseguidos sob a acusação de serem hereges, profanos e blasfemos, principalmente por não se dobrarem aos ditames dogmáticos da Igreja Romana e rejeitarem a utilização do cristianismo oficial na política.

Após o catolicismo se tornar por decreto a religião oficial do Império Romano Ocidental, a comunidade cristã, que se multiplicava debaixo de perseguição, ao ver-se guindada à condição de religião estatal, passou a se expandir incontrolavelmente. Muitos queriam converter-se cristãos apenas por conveniência e, principalmente para agradar ao Imperador e obter as benesses do Império. As conversões ao cristianismo já não se davam mais por arrependimento e pela aceitação dos princípios revolucionários, sociais e pacifistas do Reino de Deus contidos na mensagem de Jesus e no Cristianismo Original. Esse crescimento incontrolável demandou um sistema de governo e uma capital para ser a sede da Igreja. Já antes do Concílio de

Calcedônia, em 451 d.C., as cidades de Roma, Alexandria e Constantinopla disputavam entre si para transformar-se na sede e capital da Igreja Católica ocidental. Quando Roma foi definida como a escolhida, a preocupação dos Concílios posteriores passou a estar focada na produção de um sistema sacramental e litúrgico, impondo dogmas que objetivaram unicamente a hegemonização e o controle social e político da população.

Desse modo, na Igreja de Roma foi criado um sistema obrigatório exclusivista para se obter a possibilidade da salvação, por meio do cumprimento do esquema litúrgico composto pelos sete sacramentos, sendo cinco deles obrigatórios: batismo infantil por aspersão; confirmação; eucaristia; penitência ou confissão; e extrema unção ou unção dos enfermos; e dois optativos: matrimônio e ordenação. Por essa via, se formou um conjunto de regras religiosas de dominação, controle e subjugação política e social sem precedentes na história. Assim, desde o nascimento, e depois o batismo, passando pela confissão e penitência, e culminando com a extrema unção e as missas após o falecimento, esse sistema possibilitou até o século XX, nos países de maioria católica romana, o controle censitário e absoluto das populações. O único objetivo desse sistema sacramental é moldar os corpos e controlar as mentes para hegemonizar e dominar.

Dentro dessa perspectiva, o sistema sacramental supracitado não encontra abrigo teológico nas Escrituras Sagradas, uma vez que a *Tanakh* Hebraica e o conjunto canônico neotestamentário, não indica nenhuma referência quanto à sua autoridade e à necessidade da sua aplicação. Em relação ao batismo de crianças, ele não traz nenhuma referência a esse respeito, tampouco mostra respaldo para confessar pecados a clérigos e receber deles penitências. Nesse sentido, esse sistema sacramental não traz nenhuma amostragem teofânica que credite realidade à transubstanciação eucarística<sup>12</sup>, e ainda, não demanda nenhuma exigência de encomendar as almas na extrema unção de enfermos terminais. Ao contrário disso, quando Jesus agonizava na cruz, um dos ladrões ao seu lado entendeu e creu na mensagem dele. A ele, Jesus disse: “Verdadeiramente eu te digo: Hoje estarás comigo no paraíso.” – Lc 23: 43 (BÍBLIA..., 2018, p. 612). Este ladrão não passou por nenhuma prática sacramental para adentrar no Reino de Deus (ainda nesta vida).

---

<sup>12</sup> Transubstanciação significa: transformar em outra substância. No caso da Eucaristia, a hóstia e o vinho consagrados pelo sacerdote se transformam sobrenaturalmente em carne e sangue de Cristo, segundo o sistema sacramental Católico Romano.

Na cruz, Jesus exterminou para sempre o exclusivismo religioso, apologizado depois pela Igreja Romana e por outras, que, postulam serem as únicas fornecedoras do passaporte para a salvação. Uma explanação que ilustra magnificamente a amplitude desta questão redentora nos é posta por Desmond Tutu, no livro intitulado “Deus não é cristão: e outras provocações”, ao mencionar a justiça restauradora presente no *Ubuntu* sul-africano, relacionando-a ao episódio da crucificação, onde o ladrão morrendo, redimido ao lado de Jesus, aniquilou na cruz o exclusivismo religioso:

O ubuntu (e, portanto, a justiça restauradora) não abre mão de ninguém. Não existe nenhum só caso de total inutilidade e que não possa ser redimido. [...] o paradigma foi estabelecido com nosso Senhor e com o ladrão penitente na cruz. O ladrão havia levado uma vida de crimes até o momento da sua crucificação. Talvez algumas pessoas se espantem pelo arrependimento e pela conversão do ladrão em seu leito de morte, mas isso não ocorre com Deus, a figura que procuramos imitar. [...] Não podemos afirmar categoricamente que esta ou aquela pessoa já tem um bilhete de ida para o inferno.” (TUTU, 2012, p. 63).

Outras aberrações teológicas como a venda de indulgências e a veneração de relíquias formaram um rosário de práticas que nada tem a ver com Jesus e o Cristianismo Original.

## **5.2 Reforma Protestante, a usura e a autoridade da tradição Católica**

Essas questões passaram a ser mais evidenciadas, principalmente no século XVI, após Gutemberg aprimorar a impressão em papel, tornando as Escrituras acessíveis a alguns letrados. Assim, o sistema dogmático e sacramental do catolicismo foi implodido pelas teses de Lutero na Reforma Protestante. Desse modo, restou ao catolicismo romano a opção de mantê-lo vigente ao proselitizar os povos ágrafos autóctones indígenas das colônias. Ali, ele implantou violentamente a imposição do seu catequismo sacramental hegemônico no movimento chamado de contrarreforma.

Os adventos da invenção da imprensa e da Reforma Protestante, mesmo tendo sido politicamente utilizados para legitimar a acumulação de riquezas e a usura, revelaram naquele momento as aberrações teológicas a que os fiéis eram submetidos, sobretudo durante o período medieval. Práticas como a venda de indulgências, o

purgatório, o celibato (razões da origem da riqueza da Igreja de Roma), a adoração de relíquias, a transubstanciação e a obrigatoriedade salvífica do cumprimento dos sacramentos, foram expostas e confrontadas. Um pequeno exemplo da obrigatoriedade perversa dessas práticas foi registrado por Jacques Le Goff no livro “A Bolsa e a Vida: economia e religião na Idade Média”:

O quarto concílio de Latrão (1215) marca uma grande data. Torna obrigatória a todos os cristãos – isto é, homens e mulheres, a confissão ao menos uma vez por ano, durante a Páscoa. O penitente é obrigado a explicar seu pecado em função de sua situação familiar, social, profissional, das circunstâncias e de sua motivação. O confessor deve levar em conta parâmetros individuais, e tanto quanto a “satisfação”, isto é, a penitência, deve procurar sobretudo a confissão do pecador, recolher sua contrição. [...] É o começo da modernidade psicológica. O Confessor deverá fazer perguntas convenientes que o levem a conhecer seu penitente, a separar, de seu lote de pecados, os graves, mortais sem contrição nem penitência, e os mais leves, ou veniais que podem ser redimidos. (LE GOFF, 1989, p. 12).

A prática da usura, portanto, ocupa um papel de destaque na reflexão destas questões. A sua utilização entre os fiéis foi satanizada pela Igreja Romana Medieval, embora o Clero, por vários meios, a praticasse. Le Goff mostra a posição católica contrária à prática da usura entre os fiéis na Idade Média. Mencionando entre aspas o teólogo inglês do século XII Thomas de Chobham, o historiador Le Goff revela que segundo o catolicismo medieval, o usurário vende o tempo:

Que vende ele, de fato senão o tempo que passa entre o momento em que empresta e aquele que é reembolsado com juros? Ora, o tempo pertence somente a Deus. Todos os contemporâneos o dizem, depois de Santo Anselmo e de Pedro de Lombardo: “O usurário não vende ao devedor nada que lhe pertença, somente o tempo, que pertence a Deus. Ele, portanto, não impede tirar proveito da venda de um bem alheio” (LE GOFF, 1989, p. 39)

Quando veio a Reforma Protestante, ela não se opôs aos usurários e ainda sacralizou a acumulação de riquezas como fruto do trabalho e até mesmo pela prática da usura. Diante disso, o Catolicismo Romano, para enfrentar o poder econômico ascendente nos reinos protestantes, instituiu a doutrina do purgatório. Essa doutrina foi proclamada inicialmente pelo Segundo Concílio de Lyon em 1274, ratificada pelo Concílio de Florença em 1438 e instituída como dogma oficial no Concílio de Trento em 1545. Ela foi estabelecida como forma de não se punir definitivamente os usurários e os acumuladores de riquezas condenando-os diretamente ao inferno. Depois serviu também como meio de o catolicismo romano não se autopunir. Sobre essa questão,

Le Goff menciona que: “A esperança de escapar ao inferno, graças ao Purgatório, permite fazer avançar a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo.” (LE GOFF, 1989, p. 90).

Ora, a doutrina do purgatório é inconsistente em si mesma enquanto Cristã, por entrar em contradição teológica extrema com as explícitas palavras de Jesus a respeito da absoluta inexistência de um estágio alternativo entre a vida terrena e a vida eterna. Sobre isso Jesus, evidenciando essa discordância, afirmou: “Na verdade, na verdade eu vos digo: quem ouve a minha palavra, e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, e não entrará em condenação, mas já passou da morte para a vida.” – Jo 5: 24 (BÍBLIA..., 2018, p. 617). Em outra passagem, Jesus também esclarece que: “Disse-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, ele viverá; e todo aquele que crê em mim nunca morrerá.” – Jo 11: 25-26 (BÍBLIA..., 2018, p. 623).

Uma noção ampla do contexto histórico em que a doutrina do purgatório foi instituída, nos é revelada por Jacques Le Goff em um trecho do livro “O nascimento do Purgatório”. Nele, a descrição daquele ambiente social engendrado pelo pensamento escolástico é o seguinte:

O século XII é o século da organização. A sociedade cristã está cada vez mais enquadrada. No campo econômico aparecem os primeiros tratados de economia rural – a partir da antiguidade – e a regulamentação urbana geralmente tem como objeto o artesanato, as indústrias nascentes, (construção e têxtil), o comércio e o banco. A atividade social está muito mais controlada pelas corporações no campo do trabalho, pelas confrarias no da devoção. As instituições estão cada vez mais opressivas no nível da cidade, no nível sobretudo de Estado monárquico. [...] Esta organização manifesta-se sobretudo no mundo intelectual, onde as universidades das ordens mendicantes e as escolas urbanas canalizam, fixam e organizam a ideologia escolar do século XII, onde a Teologia e o Direito (renovação do Direito Romano e desenvolvimento do Direito Canônico) constroem súmulas, um sistema de discussão, de decisão e de aplicação que organizam o saber e suas utilizações. O purgatório é capturado neste movimento que ao mesmo tempo o entroniza e o controla” (LE GOFF, 2017 p. 359).

Le Goff, também, menciona a relação da doutrina do purgatório com o projeto geopolítico, catequizador, mercantilista e expansionista de exploração e dominação do mundo que foi chancelado pelo cristianismo oficial, quando escreve que:

O purgatório também está ligado às novas concepções do espaço e do tempo. Está associado a uma nova geografia do além que não é mais aquela dos pequenos receptáculos justapostos como as mônadas senhoriais, mas grandes territórios, reinos como os chamará

Dante. Chegou o tempo em que a Cristandade, ao longo das estradas das cruzadas, das estradas missionárias e mercantis, explora o mundo. (LE GOFF, 2017, p. 348).

Por certo, obviamente, nem Jesus e tampouco os seus seguidores originais foram usurários e acumuladores de riquezas. De toda forma, também, a acumulação de riquezas e bens materiais que o protestantismo clássico Luterano e Calvinista do pós-Reforma ajudou a disseminar, não encontra nenhum respaldo nos ensinamentos e nas palavras de Jesus, que disse:

Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem os corroem, e onde os ladrões arrombam e roubam. Mas ajuntai para vós tesouros no céu, onde nem a traça nem a ferrugem corroem, e onde os ladrões não arrombam nem roubam. Pois onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração.” – Mt 6:19-21 (BÍBLIA..., 2018, p 558).

Tanto a acumulação de riquezas como fruto do trabalho, quanto àquela advinda da prática da usura, ambas geradoras de desigualdade social, sempre foram privilégio de uma minoria dominante. O protestantismo clássico, embora sem um sistema sacramental hegemônico de dominação social dos subalternizados, soube criar seus métodos de acomodação das maiorias subalternas nas sociedades, para pacificá-las e enquadrá-las no esquema religioso de subjugação proposto pela classe dominante. O expoente sociólogo alemão Max Weber, no seu clássico livro “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, nos dá uma dimensão dessas relações no pós-Reforma, e de suas raízes, ao afirmar que:

O fenômeno da divisão do trabalho e das ocupações na sociedade tinha, dentre outros, sido interpretada por Tomás de Aquino, a quem podemos, de forma mais conveniente, nos referir como uma consequência do esquema divino das coisas. Mas os lugares atribuídos a cada homem no cosmos seguiam *ex causis naturabilis* e eram fortuitos (ou contingentes, na terminologia escolástica). A diferenciação dos homens em classes e ocupações, estabelecida ao longo do seu desenvolvimento histórico, se tornara para Lutero, como já vimos, um resultado direto da vontade divina. A perseverança do indivíduo no seu lugar, e dentro dos limites que Deus lhe havia designado, era um dever religioso. Essa era a mais certa consequência, uma vez que as relações do luteranismo com o mundo são em geral incertas desde o começo, e assim permaneceram. Princípios éticos para a reforma do mundo não poderiam ser encontrados no corolário de ideias de Lutero; de fato, este nunca se libertou completamente da indiferença paulina. Por conseguinte, o mundo tinha de ser aceito tal como era, e isso por si só poderia tornar-se um dever religioso. (WEBER, 2019, p. 241-242).

A colocação de Weber sobre a posição de Lutero quanto à influência da religião, nas relações sociais e no mundo do trabalho, e a compreensão dos objetivos do sistema litúrgico, dogmático e sacramental do catolicismo romano e o seu processo de formação, nos ajuda a dar resposta sobre como e por que as classes hegemônicas, por questões religiosas, respaldam e referendam políticas que vão contra os seus próprios interesses.

Com a finalidade de ampliar mais a compreensão acerca desse aspecto, é importante mencionar que, por sua vez, o catolicismo romano, para poder ratificar e instituir a doutrina do Purgatório, valeu-se de dois expedientes dogmáticos aberrativos desde a perspectiva das Escrituras vero e neotestamentárias. São eles, a autoridade da Tradição e a infalibilidade Papal.

No primeiro, a partir do Concílio de Trento, em 1546, a tradição oral católica foi instituída como fonte de autoridade para fé e prática, em igualdade com a Bíblia. Oficialmente, a partir daí, o catolicismo romano passou a possuir duas fontes de autoridade: a Bíblia e a tradição católica [embora antes disso, na prática, a única fonte de autoridade católica tinha sido de fato somente a tradição, e não a Bíblia]. Em 1965 o Papa Paulo VI no documento *Dei Verbum* (PAPA PAULO VI, 1965); em 1988 o Papa João Paulo II no documento Carta Apostólica *Ecclesia Dei* (JOÃO PAULO II, 1988) e, em 2006 o Papa Bento XVI em ata da Audiência Geral de 26 de abril de 2006 (PAPA BENTO XVI, 2006), confirmaram a autoridade da tradição católica para fé e prática, que já havia sido também ratificada anteriormente pelo Concílio Vaticano 1º, em 1869.

O segundo, e mais apelativo, é o dogma da infalibilidade papal, que transformou o bispo de Roma em ser humano infalível. Tal argumento já era objeto de debates entre os teólogos desde os primórdios da Idade Média, tendo sido mais utilizado a partir do século XIV, e confirmado oficialmente pelo catolicismo já no século XIX, pelo Concílio Vaticano 1º.

A própria palavra Papa, usada para designar o bispo de Roma, é derivada do latim *pappa*, que significa papai ou pai. Em contraposição à utilização dessa palavra no sentido de investidura de autoridade espiritual, o próprio Jesus foi taxativo ao dizer: “E a nenhum homem na terra chameis de vosso pai, porque um só é o vosso Pai, o qual está no céu.” – Mt 23: 9 (BÍBLIA..., 2018, p. 570). O caso do emprego originalmente equivocado da utilização dessa palavra, encontra nitidamente respaldo somente na autoridade da tradição, e não na Bíblia. Ainda, o bispo de Roma costuma ser tratado pela alcunha de Pontífice. Este termo derivado do termo latim *pontifex*

*maximum*, que significa construtor de pontes, nunca foi utilizado para se referir a Jesus ou a São Pedro, porque essa era a maneira formal pela qual os súditos bajuladores dos Imperadores de Roma se referiam a esses monarcas, por considerá-los uma ponte entre esses divinos Imperadores e os humanos. As diferenças entre as características éticas, morais e comportamentais de Jesus e São Pedro, contrastadas com os Imperadores *Pontifex* de Roma são tão grandes e acentuadas e absurdas que não caberia pontuá-las neste pequeno trabalho.

Em matéria de discrepâncias na história, se torna importante ressaltar as diferenças entre Jesus e os Bispos de Roma, que se reivindicam ser o seu legítimo representante. Para adquirir um caráter didático, passamos a pontuar quatro dessas diferenças entre Jesus e os 264 antecessores de Bergoglio<sup>13</sup> (exceto São Pedro):

- 1) Os Bispos de Roma costumavam ser carregados nos ombros por vários homens em cadeiras voláteis nas suas aparições públicas. No entanto, cabe registrar que, ultimamente, eles utilizam o papamóvel blindado}. Jesus andava a pé sujando as suas sandálias na poeira das estradas da Judéia como pregador itinerante, e na sua aparição mais solene surgiu montado em um jumento – Mt 21: 1-9. (BÍBLIA..., 2018, p. 568-569).
- 2) Os Bispos de Roma habitaram palácios suntuosos com muitos aposentos e contando com inúmeros serviçais. Jesus em seu ministério foi um sem-teto e sem-terra, que não tinha onde reclinar a sua cabeça. Ele nunca teve nenhum serviçal, porque não veio para ser servido, mas para servir – Mc 10: 44-45. (BÍBLIA..., 2018, p. 585).
- 3) Os Bispos de Roma utilizaram uma mitra de ouro valiosíssima cravejada de diamantes e pedras preciosas para coroar as suas cabeças. A única coroa que Jesus utilizou foi de espinhos – Mt 27: 29-30. (BÍBLIA..., 2018, p 575).
- 4) Os Bispos de Roma são chefes de Estado e controladores de um banco, inclusive alguns deles foram até mesmo Imperadores. Jesus proclamou o Reino de Deus, que, segundo ele, não é deste mundo – Jo 18: 36. (BÍBLIA..., 2018, p. 628).

No século XVI, a Inglaterra, no intuito de seguir com o seu projeto político expansionista e hegemônico ultramarino, descolado do Império católico e dos

---

<sup>13</sup> Mario Jorge Bergoglio (Papa Francisco) é o nome do 265º Papa da Igreja Católica Apostólica Romana.

reinos protestantes, iniciou no âmbito religioso um conflituoso cisma com a Igreja Romana para estabelecer o seu próprio catolicismo estatal, e assim promover um respaldo religioso controlado internamente para a política colonizadora dos seus governantes. Surgiu então, a pretexto da legitimação do segundo casamento do rei absolutista Henrique VIII com Ana Bolena, a Igreja da Inglaterra, chamada de Igreja Anglicana. Ela manteve administrativamente um formato de governo eclesiástico episcopal, muito semelhante aos moldes do catolicismo romano, embora na área litúrgica, a ausência do sistema de sacramentos e da veneração de imagens dos santos mortos, a assemelhe nesse aspecto mais ao protestantismo.

A Igreja Ortodoxa seguiu seu curso no Oriente expandindo-se<sup>1</sup> mais tarde até a Rússia. Os Ortodoxos, assim como os Católicos Romanos, reivindicam ambigualmente que ambos os seus líderes são os legítimos sucessores dos apóstolos, além de disporem de um sistema sacramental e litúrgico e de uma forma de governo eclesiástico muito similares. Durante toda a fase de ampliação da conquista territorial e da expansão da sua área de domínio e influência, a Igreja Ortodoxa Oriental também empreendeu cruzadas para promover perseguição e genocídio de grupos de Cristão Originais. Alguns desses grupos remanescentes do Cristianismo Original migraram do Ocidente para o Oriente para escapar da perseguição dos católicos romanos e se depararam com a perseguição da Igreja Oriental. Os Paulicianos, Os Cátaros e os Bogomilos, formavam esses grupos de Cristãos Originais, que desprezaram o sistema sacramental imposto pelo papado católico e pelo patriarcado ortodoxo. Eles se refugiaram entre a Armênia e os Balcãs, pois não encontraram espaço ao norte, sob domínio dos reinos protestantes, e nem ao sul, que estava controlado pelos muçulmanos. Por fim, eles acabaram encurralados ficando literalmente entre a Cruz e a Espada, sendo por fim exterminados. Acabaram tristemente genocidados e riscados da história do cristianismo oficial pelas sucessivas e violentas cruzadas Ortodoxas.

Coincidindo com o começo da expansão colonizadora ultramarina europeia, se deu a completa desfiguração do Cristianismo Original. Isso ocorreu devido ao extermínio genocida total dos grupos que o representaram. Com isso, houve também a aniquilação epistemicida do conhecimento dos reais propósitos libertários e revolucionários de Jesus, que eram transmitidos por estes grupos de Cristãos Originais genocidados. A partir dali, prevaleceu, e somente se fortaleceu

mundialmente o cristianismo oficial litúrgico e dogmático: Protestante, Católico Romano, Anglicano e Ortodoxo.

Desde Constantino e a estatização do cristianismo, o triunfo da estratégia de genocídio e aniquilação do Cristianismo Original deu salvo conduto para os grandes genocídios/epistemicídios ocorridos na História, antes e ao longo do século XVI. Tais fatos são relacionados pelo sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel. Esse autor defende que quatro grandes genocídios/epistemicídios geraram uma estrutura racista e sexista do conhecimento nas universidades ocidentalizadas, que tiveram impacto na formação do sistema-mundo da pós-modernidade: a) O genocídio/epistemicídio contra os muçulmanos e os judeus na reconquista da Andaluzia em nome da pureza de sangue; b) o genocídio/epistemicídio contra os povos indígenas das Américas e depois contra os aborígenes da Ásia; c) o genocídio/epistemicídio contra os africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e d) o genocídio/epistemicídio contra as mulheres indo-europeias. Assim, Grosfoguel registra que:

O racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticos do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (GROSFOGUEL, 2016, p. 25).

Este raciocínio de Grosfoguel é precedido, logo na introdução do seu escrito, pela afirmação de que: “A tese principal deste artigo é a condição de possibilidade para o cartesianismo idolátrico dos anos 1640 que assume o olho de Deus e arroga-se o direito de dizer, ‘penso, logo existo’ é o ‘extermínio, logo existo’”. (GROSFOGUEL, 2016, p. 25). A tese de Grosfoguel é perfeita quando se parte do princípio de que cada um desses genocídios/epistemicídios geraram um fato histórico que repercutiu psicologicamente na conduta das sociedades. Sobre esse fenômeno psicológico que os fatos históricos de grande impacto geram nas sociedades, exercendo uma certa força coercitiva sobre elas, Marc Bloch diz que:

Os fatos Históricos são por essência, fatos psicológicos. É, portanto, em outros fatos psicológicos que encontram geralmente seus antecedentes. Sem dúvida, os destinos humanos inserem-se no mundo físico e sofrem suas influências, Aí mesmo, porém, onde a intrusão dessas forças exteriores parece mais brutal, sua ação não é exercida senão orientada pelo homem e seu espírito. O vírus da Peste Negra foi a causa primordial do despovoamento da Europa. Mas a epidemia só se propagou tão rapidamente em razão de certas condições sociais, portanto, em sua natureza profunda, mentais, e seus efeitos morais explicam-se apenas pelas predisposições particulares da sensibilidade coletiva. (BLOCH, 2001, p. 157).

A respeito da geração do fenômeno psicológico social decorrente do fato histórico, Le Goff também já o havia mencionado em citação anterior, quando disse que a aplicação obrigatória do sacramento da confissão: “É o começo da modernidade psicológica.” (LE GOFF, 1989, p.12).

Dessa forma, é plausível relacionar a perseguição e o genocídio/epistemicídio dos Cristãos Originais, que não obteve importância e lugar na tese de Grosfoguel, como um fato histórico viabilizador (além de outras razões) do desencadeamento de um fenômeno psicológico social, que possibilitou todos os outros genocídios/epistemicídios posteriores, tão bem relatados por ele em sua tese.

Depois de Descartes, o pensamento escolástico começou a ser questionado pelo movimento renascentista. No século XVIII, o Iluminismo veio estabelecer a influência do racionalismo e da cientificidade legitimadora do racismo na produção do conhecimento, incidindo no declínio do absolutismo e no estabelecimento de um novo sistema mundo, principalmente conduzido a partir da parte mais ao norte da Europa. Enquanto isso, no Brasil o método *Ratio Studiorum* dos Jesuítas para a alfabetização dos filhos da elite e a catequização dos indígenas promoveu um genocídio cultural, com o extermínio das línguas locais para impor o idioma hegemônico do colonizador.

A ciência europeia, previamente à partilha da África, instituiu no âmbito acadêmico as cátedras de Sociologia e Antropologia, que contribuíram para a compreensão detalhada dos povos africanos e suas sociedades a serem hegemônicas. Na esfera política, as guerras napoleônicas promoveram devastação na Europa e derrocaram o ideal de fraternidade de Robspierre, imposto pela guilhotina na revolução burguesa da França. No campo ideológico, Hegel e as teses de Marx contribuíram para uma nova esperança de igualdade e justiça social, mas quando foram aplicadas na prática, produziram o Stalinismo genocida na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As barbáries genocidas da Primeira

Grande Guerra produziram outras barbáries na forma da institucionalização dos Estados Fascistas europeus e do Nazismo genocida alemão; este, por sua vez, produziu outra barbárie ainda maior: a Segunda Grande Guerra.

Nos Estados Unidos da América (EUA), o século XX chegou com as populações autóctones sendo genocidadas na conquista do oeste e com a aplicação das leis racistas Jim Crow<sup>14</sup>. Esses fatos revelaram que a pátria americana do suposto Império da Liberdade é de fato, reacionária, discriminadora e segregadora. Desde esse aspecto, o século XX terminou explicitando que o humanismo e o racionalismo de certa forma contribuíram para a desumanização do mundo. Não se trata aqui de defender uma evolução teleológica dos fatos históricos aqui descritos, mas sim somente constatar que as consequências de um fato histórico exercem impacto psicossocial com força geradora capaz de produzir outro fato histórico, como pela lei de ação e reação de Isaac Newton. Por todos esses e outros episódios históricos tristes e brutais, se pode deduzir que Eça de Queiroz tinha razão ao dizer que “Os males se repetem.” (QUEIROZ, 1991, p. 116).

Depois do século XVI, alguns movimentos dentro do protestantismo fizeram a tentativa de ressuscitar o Cristianismo Original. Na Morávia<sup>15</sup>, o pietismo questionou o ortodoxismo luterano. Em alguns aspectos, esse movimento se assemelhou ao Cristianismo Original, porém, o seu caráter, supra espiritualista e centrípeto, valorizou sobretudo as experiências individuais com Deus, e o afastou do questionamento social, coletivo e crítico característico dos Cristãos Originais. Possivelmente essa razão viabilizou o seu não extermínio e a sua subsistência até o século XXI, estando presente inclusive em algumas ramificações de confissão Luterana no Brasil.

Outro movimento importante que seguiu na mesma proposta de tentar se assemelhar ao Cristianismo Original, este a partir do século XVII e XVIII, foi o metodismo, nascido com a proposta de reavivar a Igreja Anglicana Inglesa. A Igreja da Inglaterra já não estava correspondendo às demandas das transformações sociais ocorridas no período prévio e inicial da Revolução Industrial. O teólogo inglês John Wesley foi o principal influenciador desse movimento ultra valorizador da sobrenaturalização dos dons espirituais e principalmente da defesa e prática teológica

---

<sup>14</sup> Nome dado às leis estaduais segregacionistas dos Estados Unidos, vigentes durante o século XX. Jim Crow era um personagem fictício, criado pelo ator e humorista Thomas D. Rice no final do século XIX, para satirizar e ridicularizar os negros americanos.

<sup>15</sup> Antigo Reino na região da Europa central cortada pelo Rio Morava, atualmente situada geograficamente no perímetro que abrange o território da República Theca.

do Arminianismo contrário à predestinação Calvinista. Justamente por ter o seu foco central mais estabelecido nessas questões teológicas geradoras de polêmicas e contendas com os demais ramos da cristandade, o metodismo, diferente dos proféticos Cristãos Originais, deixou em segundo plano a questão social. Os seus líderes não priorizaram o levantamento de bandeiras contra a acumulação de riquezas geradoras de desigualdade e injustiça social. De tal modo, o metodismo (presente no Brasil por meio da Igreja Metodista e Metodista Wesleyana) chegou ao século XXI, no aspecto social, muito mais próximo do protestantismo clássico fomentador do espírito do capitalismo, do que da proposta social Original revolucionária de Jesus e do Reino de Deus.

Assim, esses dois movimentos (puritanismo luterano morávio e metodismo anglicano wesleyano) foram os grandes inspiradores nos EUA do surgimento do pentecostalismo moderno no início do século XX, que será abordado no capítulo seguinte.

## 6 A UTILIZAÇÃO DO CRISTIANISMO NA POLÍTICA BRASILEIRA NOS GOLPES DE 1964 E 2016

O historiador búlgaro Nicolau Sevchenko, retrata que a virada do século XIX para o século XX trouxe a Revolução Científico-Tecnológica, e com ela, grandes alterações, que mudaram substancialmente o ritmo do cotidiano e da vida privada:

Essas transformações drásticas no modo de vida ocorreram concentradamente em especial entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX entre os países mais desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos. [...] Mas é desse ponto em diante, quando o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações, e do trabalho. [...] Seus potenciais são medidos em escalas técnicas abstratas de estrito valor matemático, como os volts, watts, amperes, hertz, roentgen, march. É já o mundo moderno no qual vivemos. Outra característica marcante da Revolução Científico-Tecnológica é o impulso extraordinário que ela deu para a consolidação da unidade global do mercado capitalista [...]. (SEVCHENKO, 1998, p.10-11).

Essas transformações drásticas na primeira metade do século XX, demandaram, no aspecto do âmbito psicossocial religioso, outras respostas das denominações cristãs frente aos questionamentos que os novos tempos trouxeram. As mudanças na vida privada foram significativas e, sem dúvida, impactaram profundamente as sociedades. Sevchenko inclusive relaciona os itens repaginadores do cotidiano que a Revolução Científico-Tecnológica produziu:

No curso dos seus breves desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, a radio difusão, a televisão, os arranha céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas gigantes, as montanhas-russas, as seringas hipodérmicas, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora. E não era só uma questão de variedade dos novos equipamentos, produtos e processos que entravam para o cotidiano, mas o mais perturbador, era o ritmo com que essas inovações invadiam o dia a dia das pessoas. (SEVCHENKO, 1998, p. 9-10).

Mesmo com a chegada de tantos avanços Científico-Tecnológicos, supostamente para entregar melhores condições de vida para as populações habitantes do planeta terra, o Século XX vai se mostrar o século mais genocida da história humana conhecida. Segundo Hobsbawm (2002, s. p.):

O século 20 foi o mais assassino na história registrada. O número total de mortes causadas por ou associadas a suas guerras foi estimado em 187 milhões, o equivalente a mais de 10% da população mundial em 1913. Entendido como tendo se iniciado em 1914, foi um século de guerra quase ininterrupta, com poucos e breves períodos sem conflito armado organizado em algum lugar. Foi dominado por guerras mundiais: quer dizer, por guerras entre Estados territoriais ou alianças de Estados.

Sobre esse começo de século XX, período de intensas mudanças tecnológicas, políticas, econômicas e sociais, Hobsbawm pontua que em meio a tantas inovações, até mesmo as razões que motivaram as nações para a guerra sofreram alterações, mencionando que:

O motivo era que essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travava-se por metas ilimitadas. Na era dos Impérios a política e a economia haviam se fundido. A rivalidade política internacional se modelava ao crescimento e competição econômica, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites. (HOBBSAWM, 1995, p. 37)

Em meio a esse caldeirão de grandes e rápidas transformações, onde até mesmo os motivos para guerrear foram alterados, as questões sociorreligiosas também foram alcançadas pela imperatividade de se promover mudanças. Assim, para atender à demanda de novas respostas espirituais para os novos tempos, nasceu nos EUA (de maioria religiosa protestante) o pentecostalismo, repaginando carismaticamente o protestantismo clássico. Esse por sua vez já não estava dando respostas às demandas psicossociais, espirituais e religiosas que a Revolução Científico-Tecnológica impôs ao mundo da cristandade. O grande incremento que o pentecostalismo acrescentou no espectro fenomenológico do cristianismo foi o reavivamento apostólico da doutrina do Batismo no Espírito Santo e sua manifestação no dom de línguas estranhas.

A Fenomenologia da Religião explica que, principalmente depois de São Tomé, foi necessário ver para crer. Isso produziu a necessidade de haver um fenômeno visível, quer seja ele material (a exemplo da adoração de imagens), ou imaterial, como em muitos casos das manifestações psico-espirituais emotivas do pentecostalismo. Isso ocorre até como forma de estimular a fé por meio de algo palpável e/ou

perceptível. Ocorre, porém, que a definição neotestamentária de fé é justamente o contrário disso, ou seja, a fé é não ver e mesmo assim crer. O Novo Testamento em sua definição de fé, na Epístola do autor desconhecido aos Hebreus explicita que: “Ora, a fé é a substância das coisas pelas quais esperamos, a evidência das coisas não vistas.” – Hb 11: 1 (BÍBLIA..., 2018, p. 702).

## 6.1 Surgimento do Pentecostalismo

Derivado de uma nova necessidade fenomenológica espiritual advinda das transformações sociais geradas pelo contexto do início do século XX, é que o pentecostalismo, antecessor do neopentecostalismo, se estabeleceu e se expandiu. Essa expansão se deu primeiramente a partir dos EUA, para mais tarde chegar à América Latina, África e Ásia. Nesse sentido, é possível compreender esse movimento de estabelecimento e expansão, a partir da explanação do Teólogo e Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, Leonildo Silveira Campos, no artigo denominado “As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada”:

Foi, contudo, na segunda metade do século XIX, que vários movimentos e pregadores norte-americanos, de inspiração *holiness* [16] tornaram mais exacerbada a busca da “santificação” ou de uma prática devocional lastreada na crença de que há uma espécie de “segunda bênção”, que complementaria a “primeira bênção”, isto é, após a conversão começaria uma fase de aperfeiçoamento moral, chamado de “processo de santificação”. Estava aberto o caminho para a crença em uma “terceira bênção”, que seria o “batismo com o Espírito Santo”. Na pregação da “primeira” e da “segunda” bênção se destacou o iniciador do movimento metodista, John Wesley (1703- 91), que, à luz da tradição mística católica e do pietismo protestante alemão, apresentou métodos práticos e formas devocionais para se obter o aperfeiçoamento espiritual após a conversão. Os seguidores de Wesley receberam o nome de “metodistas”, exatamente por causa dos métodos propostos para o aperfeiçoamento da vida espiritual. Assim, o pentecostalismo pode ser visto com o olhar da continuidade, pois nos EUA seguiu por picadas abertas por outros movimentos religiosos cristãos que os antecederam: o pietismo alemão, o reavivacionismo anglo-saxão e os movimentos de santidade. Por sua vez, em sua expansão, particularmente, na América Latina, o pentecostalismo seguiu caminhos batidos pela religiosidade popular católica, beneficiando-se, por outro lado, da inserção do protestantismo na América Latina, África e Ásia. Em outras palavras,

---

<sup>16</sup> *Holiness* é um movimento teológico espiritualista de valorização da santidade dos cristãos, fortalecido mais vigorosamente sobretudo durante e depois da Reforma Protestante.

em sua primeira fase de expansão, o pentecostalismo pescou em aquários onde estavam os peixes colhidos pelo protestantismo histórico. (CAMPOS, 2005, p. 110).

Esse processo sectário de busca prioritária pela santidade que o pentecostalismo trouxe, principalmente nos EUA, separando o cristão batizado no Espírito Santo do mundo pecador, exacerbou o importante aspecto meramente espiritual da religião. Isso de fato gerou um aspecto ascético ao movimento, e ocorreu em detrimento de um posicionamento social objetivamente crítico e profético sobre a redenção e sua função libertadora presentes no Cristianismo Original. Assim, de certa forma, esse super espiritualismo anestesiou aqueles cristãos, servindo de cortina de fumaça para mascarar a necessidade de um eminente posicionamento de resistência cristã naquele contexto, em oposição à segregação racial, à desigualdade e à injustiça social impetradas no modelo de mundo capitalista.

Uma exceção a isso veio somente depois de décadas na América, quando, em 1963, o Reverendo Martin Luther King, emblematicamente aos pés da estátua do presidente abolicionista Abraham Lincoln, proferiu o histórico discurso “*I have a dream*”. Ali, momentaneamente se resgatou o legítimo sentido do Cristianismo Original, e se demonstrou ao mundo que a verdadeira *Pedut* / Redenção proposta por Jesus está ressuscitada e viva na História, prestes a combater, vencer e sepultar eternamente a tirania do Anticristo déspota, materialista e genocida, personificado pelo sistema-mundo consumista, colonialista, racista, injusto e explorador. As grandes manifestações mundiais ocorridas depois da morte de George Floyd em 2020, atestam que a semente da esperança plantada por Luther King segue ressuscitada e viva.

Quanto especificamente ao pentecostalismo brasileiro, os pesquisadores do tema em sua maioria concordam que ele se originou nos EUA. Sobre isso, Campos registra que:

O movimento pentecostal que chegou ao Brasil em 1910-11 veio dos Estados Unidos, tratando-se então de uma expansão de um campo religioso em direção a outros que ainda não conheciam a sua mensagem. Esse “novo” movimento não era tão novo assim, pois dava continuidade aos movimentos de reavivamento espiritual, santidade e fundamentalismo, que dariam a feição e fisionomia para o evangelismo daquele país durante todo o século seguinte. (CAMPOS, 2005, p. 110).

O processo de estabelecimento do pentecostalismo na cristandade brasileira foi atribulado e conflitivo desde o seu nascimento. Para uma compreensão mais

depurada desse fenômeno religioso social, e sobretudo da atratividade que ele exerceu principalmente nas camadas mais pobres da população, os estudiosos o classificam em 3 ondas. O pedagogo e Mestre em Ciências Sociais, Francisco Jean Carlos da Silva, na introdução de seu ensaio “Pentecostalismo e pós-pentecostalismo”, se refere a essas 3 ondas, dividindo-as em três momentos:

A trajetória do movimento pentecostal assume novas configurações no atual quadro da religiosidade brasileira. Possivelmente, o pentecostalismo surgiu com a ocorrência do “falar em línguas”, em Topeka, na virada do século ou em Los Angeles, em 1906. A cura divina, batismo do Espírito Santo, doutrina do pré-milenismo e a chama do “falar em línguas” constituíram as principais marcas deste movimento, sendo a última uma marca distintiva para promoção ardente de suas doutrinas. Este ensaio tenta compreender a tipologia do pentecostalismo fundamentado na ideia de que esse movimento configura três momentos: o pentecostalismo clássico; deuteropentecostalismo, e o pós pentecostalismo. (SILVA, 2007, p. 1).

Por sua vez, de forma semelhante, embora com uma insignificante diferença, Mariano afirma que:

[...] considerando as mudanças ocorridas na mensagem religiosa – concomitante ao contínuo processo de aculturação das teologias importadas –, em comportamento desses religiosos (ruptura com o ascetismo) e no seu modo de inserção na sociedade (dessectarização e acomodação social) [...], será trabalhada a classificação do pentecostalismo em três vertentes: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo. (MARIANO, 2014, p. 23).

Assim, tanto para Mariano, como também para Freston (1993), o pós-pentecostalismo definido por Silva, por mera questão de nomenclatura, passa a ser nominado como neopentecostalismo.

Antes de compreender essas três ondas, é importante destacar que no cenário brasileiro, esse novo fenômeno espiritual surgiu carregando nele também uma possibilidade de mascarar e de atenuar um contexto social, onde se tentava hegemonizar o falso conceito de que aqui se vivia harmonicamente e com cidadania plena, em uma democracia racial exemplar para o mundo. Por isso, a ideia de associar o pentecostalismo hiper espiritualista brasileiro ao ressurgimento do Cristianismo Original nos trópicos é uma possibilidade natimorta desde a sua raiz.

Quanto ao surgimento e principalmente ao estabelecimento do Pentecostalismo no Brasil, Mariano (2014) considera que houve mudanças na mensagem religiosa concomitante ao contínuo processo de aculturação das teologias importadas no seu modo de inserção na sociedade. Esse autor afirma que o

Pentecostalismo brasileiro sempre esteve longe de ser homogêneo. Assim mesmo, é importante aqui mencionar a existência, por outro lado, de razões que o caracterizaram, nas suas três fases, como um movimento que guarda características comuns em todas as suas vertentes. Nesse aspecto, é importante começar mencionando o registro de Frestom, a respeito do estabelecimento das três ondas pentecostais no Brasil.

O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ondas de implantação de igrejas. A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembléia de Deus (1911) [...]. A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e traz grandes grupos (em meio a dezenas de menores) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é amor (1962). O contexto dessa pulverização é *paulista*. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja internacional da Graça de Deus (1980) [...]. O contexto é fundamentalmente *carioca*. (FRESTON, 1993, p. 66).

A Congregação Cristã e as Assembleias de Deus foram as primeiras representantes do pentecostalismo clássico da primeira onda. Elas trouxeram no seu cabedal de regras, costumes e práticas, um código rígido de condutas e proibições que caracterizavam os seguidores, centrifugamente, como ascéticos e separados do mundo. Desse modo, ao ignorar a interpretação e aplicação contextual das escrituras, o pentecostalismo clássico valeu-se de uma leitura literal dos textos sagrados para impor aos fiéis restrições, que variam desde o tipo de vestimentas e cortes de cabelo permitidos, até mais recentemente ao tipo de aparelhos eletrodomésticos que poderiam ou não ser adquiridos. A observação rígida desse conjunto de normas conferiu ao movimento um caráter fenomenológico que reivindica alçar os seus praticantes a uma condição de separados do mundo condenado pelo pecado. Esse panorama atribuiu aos participantes do movimento um caráter de exclusivismo espiritual. Tudo isso se estabeleceu agregando um forte conteúdo de comportamento moral valorizador do trabalho e da família tradicional, que foi herdado do protestantismo clássico.

Sobre a trajetória do pentecostalismo clássico, representado principalmente pelas Assembleias de Deus e pela Congregação Cristã, Mariano esclarece que:

Ele reina absoluto de 1910 a 1950, período que vai da implantação desta religião no país [...] até sua difusão para todo o território nacional. No início, compostas por pessoas majoritariamente pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e

perseguidas pela Igreja Católica, ambas caracterizaram-se por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta eminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição ao mundo exterior. Hoje seu perfil social mudou parcialmente. Embora continuem a abrigar sobretudo as camadas pobres e pouco escolarizadas, também contam com setores de classe média, profissionais liberais e empresários. Não obstante suas quase nove décadas de existência, ambas ainda mantêm bem vivos a postura sectária e o ideário ascético. (MARIANO, 2014, p. 29-30).

O período do estabelecimento e da expansão do pentecostalismo clássico da primeira onda pentecostal no Brasil, entre 1910 e 1950, coincide no contexto internacional geopolítico com as duas grandes guerras mundiais, e no panorama religioso mundial cristão, com a associação entre o Catolicismo Romano e o Fascismo Italiano, estabelecido no Tratado de Latrão, em 1929, firmado pelo ditador Benito Mussolini e o representante do Papa Pio XI. Esse acordo possibilitou a criação do Estado do Vaticano. Assim, o Catolicismo Romano voltou a ser reconhecido como Estado independente territorialmente depois da extinção do Sacro Império Romano Germânico.

Voltando às ondas do estabelecimento e da expansão do pentecostalismo brasileiro, o segundo movimento ou onda, chamada pelos estudiosos de deuterpentecostalismo, começou a partir da década de 1950. Nele, a opção fenomenológica é expressa na forma da exaltação das curas divinas, como meio de difusão proselitista e da valorização do movimento junto às várias camadas sociais da população. Esse movimento, como anteriormente mencionado, se estabelece por meio da Igreja Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é Amor.

Enquanto o protestantismo clássico ficou estagnado e restrito ao extrato social mais elitizado da população brasileira, o pentecostalismo nessa segunda fase se expandiu, inclusive mundialmente, principalmente nos EUA, por meio de campanhas evangelísticas massivas (onde as curas divinas ocupavam o centro da pregação), influenciando muitos ramos da cristandade. Isso causou muitas divisões, sobretudo dentro do próprio movimento pentecostal. Assim, o pentecostalismo brasileiro chegou às décadas de 1980 e 1990 bastante fragmentado, dando margem ao surgimento de muitas Igrejas locais independentes e não denominacionais. Essas divisões e subdivisões denominacionais, originadoras das interpretações teológicas mais variadas, serviram como impulso para que na virada do século XX para o século XXI,

o pentecostalismo tenha obtido um crescimento fenomenal traduzido em número de templos e fiéis.

Outro dado esclarecedor, dentro do escopo fenomenológico, litúrgico e principalmente político heterogêneo e multifacetário das variadas vertentes do cristianismo oficial, é contemplado na pesquisa da Doutora em Antropologia Social pela USP Regina Reyes Novaes intitulada “Os Escolhidos de Deus: pentecostais trabalhadores e cidadania”. Nele, essa autora afirma que:

No interior do próprio catolicismo – religião oficial -, apesar da qualificação homogênea do seu corpo eclesiástico, existem diversas sub-religiões que correspondem a ideologias diferentes de grupos que formam a massa dos fiéis. Neste sentido, pode-se inferir que o “pentecostalismo” permitirá apropriações ainda mais diversas, pois nem mesmo conta com instrumentos e mecanismos que promovam uma unidade aparente. (NOVAES, 1985, p. 19).

Essa constatação explica as muitas diversidades de práticas, comportamentos e formas de participação presentes nos cultos cristãos, sobretudo neopentecostais. Essa diversidade incide sem dúvida nos procedimentos sociopolíticos dos fiéis.

De maneira geral, principalmente impulsionado pelo neopentecostalismo, a totalidade do cristianismo oficial obteve um crescimento vigoroso na virada do século XX para o século XXI. Isso é atestado por uma importante revelação trazida na pesquisa do Cientista Político Matheus Cavalcanti Pestana nominada “As religiões no Brasil”. Resumidamente, os resultados da pesquisa indicaram (segundo dados do IBGE e pesquisas do instituto Data-Folha em 2020) que os Cristãos são o maior grupo religioso do Brasil. Segundo a pesquisa, 81% da população brasileira se declara cristã (PESTANA, 2021). Os estudos mostram que, depois do advento do Neopentecostalismo, o Cristianismo em geral seguiu em franca expansão e crescimento no Brasil.

Em outro aspecto, deve-se mencionar que este trabalho não desacredita em absoluto na existência do transcendental, dos milagres, das curas sobrenaturais e tampouco tem como foco o negacionismo das manifestações fenomenológicas de espiritualidade observadas principalmente no pentecostalismo. É imprescindível registrar que o objetivo aqui é estudar o processo pelo qual esses fenômenos são inseridos no contexto social brasileiro, sendo depois capitalizados politicamente por grupos político-religiosos, defensores de causas em benefício próprio, e contrários ao interesse público coletivo e ao estado de bem-estar social.

## 6.2 Relação entre o Cristianismo e a Política no Golpe Militar de 1964

Começa aqui o primeiro recorte histórico a ser analisado (referente ao Golpe de 1964 e o período da Ditadura Militar no Brasil), onde se buscará responder como o Cristianismo foi utilizado na política brasileira daquela época.

Em caráter introdutório para a compreensão desse período a ser analisado, é importante registrar que na década de 1960, o deuteropentecostalismo da segunda onda pentecostal ainda estava se estabelecendo, e o protestantismo como um todo ainda não tinha um número tão significativo de fiéis no Brasil. Naquele momento, ocorreu uma grande batalha política que foi travada decisivamente dentro do cristianismo no Brasil (também em toda a América Latina). O Catolicismo Romano de então, entrou em um dilema teológico interno, que selou o destino político do Brasil. Tratava-se do conflito entre a Teologia da Libertação, considerada por parte do clero católico como sendo de inspiração Marxista, e o movimento laico católico, chancelado por setores conservadores do clero, chamado de Tradição, Família e Propriedade (TFP).

As lutas internas pelo poder político dentro da cristandade oficial litúrgica e dogmática não são novidade na história. Desde que o Cristianismo se tornou a Religião Imperial no começo da Idade Média, elas ocorrem incessantemente. Se poderia produzir uma grande pesquisa sobre esse assunto, porém, esse não é o foco central deste trabalho. Contudo, um exemplo emblemático foi a guerra dos 30 anos, travada no século XVII na Europa, entre os reinos protestantes e católicos. Os Historiadores são praticamente unânimes ao descrever que esse conflito foi um dos mais sangrentos que se tem registro e, terminou exterminando mais de 8 milhões de pessoas.

No Brasil, da década de 1960, o ex-Deputado, Advogado, Escritor e Professor de História, Plínio Corrêa de Oliveira (paulista), encabeçou a criação de um movimento conservador dentro do catolicismo romano, exaltando o civismo e o nacionalismo, sobretudo em defesa da propriedade privada, contra a reforma agrária e a expansão do comunismo na América Latina. O movimento foi engendrado no final da década de 1940, mas somente a partir de 1960 adotou a forma estatutária de entidade de sociedade civil, com o nome de Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade. Com a atuação mais vigorosa durante o governo do Presidente João

Goulart, a entidade tinha Plínio Corrêa de Oliveira como líder e presidente vitalício. Esse grupo religioso foi um dos principais agentes na tentativa de convencer politicamente os brasileiros a apoiar o Golpe Militar em 1964. Depois de 1964, essa entidade fundou sucursais em quase todos os países Latino-Americanos. Por meio dessas sucursais, a TFP foi também decisiva para o triunfo de todos os golpes e ditaduras militares que ocorreram na América do Sul entre as décadas de 1960 a 1980.

O grande embate religioso-político da TFP e dos seus simpatizantes foi contra um movimento teológico nascido no âmbito da inspiração do Concílio Vaticano II e da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Em suma, nesses dois eventos, foi constatada a importância de uma readequação da Igreja Romana em face às já mencionadas transformações ocorridas no mundo do século XX. Assim, algumas inovações litúrgicas foram implantadas. A principal, e que teve mais visibilidade, foi a abolição da obrigatoriedade da celebração da missa em latim na América Latina. No campo social, a oposição à pobreza e à desigualdade ocuparam um lugar relevante na proposta do catolicismo, na busca de identificar a Igreja com as necessidades da população, que se via em grande número evadida para o protestantismo deuteropentecostal, atraída pela pregação das curas divinas e da valorização da espiritualidade. Sobre isso, o Teólogo Católico belga, Johan Verstraeten, em entrevista concedida a Graziela Wolfart e Luiz Marcos Sander, mencionando cartas encíclicas dos papas Papa Pio XI e Paulo VI, e também um documento manifesto eclesialístico produzido pelo Concílio Vaticano II, revela que:

O Vaticano II como tal e, particularmente, a *Gaudium et Spes* ainda não propuseram uma espécie de teologia da libertação. Por outro lado, a abordagem segundo a qual se deveriam “perscrutar os sinais dos tempos” e a atenção dada a ela por alguns bispos do (então) Terceiro Mundo abriram caminho para uma abordagem mais crítica em relação às injustiças da sociedade. Foi o espírito do Vaticano II e a nova colegialidade entre os bispos que, também depois de *Populorum Progressio* (1967), tornou possível uma conferência dos bispos latino-americanos como a de Medellín em 1968 (opção pelos pobres, atenção às estruturas opressoras e libertação). Foi também o espírito do Vaticano II que inspirou o Sínodo Geral dos Bispos sobre a justiça (1971) a proclamar que a “ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do evangelho”. Para o Vaticano II – como já foi o caso na encíclica *Quadragesimo anno, de 1931* –, justiça social significa que os pobres deveriam receber a parte que lhes cabe nos bens da terra e no crescimento econômico. O ensino social da igreja sempre proclamou que um abismo grande demais em termos de renda entre ricos e pobres é contra o bem comum. Com

efeito, ele trata de uma sociedade participativa em que todas as pessoas sejam capacitadas a se tornar participantes plenos na sociedade, incluindo as pessoas marginalizadas e os indígenas, cujo interesse é muitas vezes negligenciado. (WOLFART; ROSA, 2012, s. p.).

O entrevistado segue seu esclarecimento sobre a posição da Igreja Católica, inclusive admitindo que prosseguiram as discordâncias internas no seio da Igreja, visto que alguns (leia-se a TFP no Brasil) preferiram uma reclericalização da Igreja e se mantiveram avessos a qualquer tipo de avanços progressistas. Sobre isso, Johan Verstraeten menciona que:

O problema atualmente é que nós temos os textos do Vaticano II, mas o espírito de colegialidade e de diálogo aberto quase desapareceu. Os aspectos realmente inovadores do Vaticano II são negados na perspectiva da “continuidade” com o passado. A eclesiologia integral e a teologia do povo de Deus e da *communio* se tornaram uma espécie de unidade doutrinária e disciplinar rigorosa. A perspectiva da justiça voltou a ser de novo mais uma questão de caridade. Há uma reclericalização da Igreja Católica que é alheia ao espírito do Vaticano II. (WOLFART; ROSA, 2012, s. p.)

Um dos personagens que viu e viveu de dentro esse conflito político-religioso decisivo, travado dentro do cristianismo católico no Brasil da década de 1960 foi o Teólogo Dominicano Frei Betto. Com a autoridade de quem participou ativamente da resistência ao golpe militar de 1964, ele descreveu com detalhes a trajetória dos novos ventos inspiradores que sopraram no catolicismo emanados do Concílio Vaticano II:

O Papa João XXIII varreu, como ele mesmo disse, a poeira acumulada no trono de São Pedro. Seu breve pontificado (1958-1962) abalou os alicerces da Igreja Católica. [...] O Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado por ele, foi o desaguadouro do movimento de renovação fermentado no interior da Igreja ao longo da primeira metade do século XX. Na Bélgica, o padre Joseph Cardijn fundara a JOC [Juventude Operária Católica] em 1925 e, em consequência a Ação Católica. O apostolado perdia o ranço devotivo da Congregação Mariana e adquiria uma dimensão social que levaria militantes cristãos a atuarem dentro do mundo operário, cuja perda para a Igreja fora lamentada por Pio XI (1922-1939). Os padres-operários trocavam a batina pelo macacão da fábrica, o borrifador de água benta pela ferramenta, as loções formais do catecismo pelos valores do evangelho. (BETTO, 2021, p. 69).

A trajetória da inspiração dominicana em favor das causas sociais que contagiou Frei Betto e outros religiosos dessa ordem, foi assim descrita por ele:

As novas vocações dominicanas brasileiras eram enviadas à França para estudar Filosofia e Teologia. À semelhança dos jovens de Vila Rica remetidos no século XVIII, à Universidade de Coimbra, retornavam com a cabeça prenhe de ideias progressistas. Imbuíam-se

da Filosofia de Maritain e da Teologia do Padre Congar; do pensamento militante de Emmanuel Mounier e dos exemplos da ação conjunta de Marxistas e cristãos na Resistência francesa. Esse influxo renovador encontrou, no Brasil, a terra fértil arada pela atuação pioneira de Dom Helder Câmara, fundador da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] e incentivador da Ação Católica, [...]. Os jovens dominicanos retornados da França do pós-guerra já não se destinavam ao mundo indígena, prioridade dos primeiros frades aqui aportados em fins do século XIX, [...]. Agora se envolviam com o mundo operário e o movimento estudantil, interessados em formar lideranças leigas impregnadas de valores evangélicos. (BETTO, 2021, p. 69).

A participação de uma parcela da ordem dominicana brasileira na resistência, da qual Frei Betto participou ativamente, segundo relato dele próprio em seu livro “Batismo de Sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella”, foi mais de caráter logístico e estratégico. Entretanto, o atenuante dele e daqueles dominicanos brasileiros que apoiaram a luta armada, conforme ele expõe, veio principalmente da interpretação das influências do Concílio Vaticano II:

Tínhamos a chancela da renovação eclesial suscitada pelo Concílio; o exemplo na Colômbia do padre-guerrilheiro Camilo Torres; a vitória vietnamita sobre as tropas dos EUA; a *Popularum Progressio* reconhecendo a legitimidade da luta armada em seu número 31. Onde Paulo VI, ao referir-se aos danos engendrados por insurreições e revoluções, ressalva serem lícitas “em caso de tirania evidente e prolongada que ameace os direitos fundamentais da pessoa e prejudique perigosamente o bem comum do país”. (BETTO, 2021, p. 71).

Restaram duas opções dentro do catolicismo romano brasileiro para dirimir esse embate político: ou os líderes da teologia da libertação reformariam o catolicismo romano; ou o catolicismo romano expurgaria os líderes da teologia da libertação. Infelizmente, por razões que a trajetória histórica do cristianismo oficial litúrgico e dogmático já resumida anteriormente neste trabalho descreveu, prevaleceu a última opção. No Brasil, os líderes da Teologia da Libertação foram condenados, respectivamente em 1984 e 1986, pela Igreja Católica Romana em processo na Sagrada Congregação para Doutrina e Fé (órgão da Cúria Romana sucessor do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição). Na época, o Cardeal conservador Joseph Ratzinger (que mais tarde se tornaria o Papa Bento XVI), como prefeito desse órgão mencionado, assinou o documento eclesialístico “*Libertatis Conscientia*”<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Em audiência com Joseph Ratzinger, então Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, o Papa João Paulo II aprovou essa Instrução Normativa produzida por aquele órgão da Cúria Romana, e ordenou a sua publicação em 22 de março de 1986.

(RATZINGER, 1986), que relaciona no seu artigo 2ª a instrução normativa intitulada *Libertatis Nuntius*, onde a Igreja Católica relaciona os motivos da rejeição da Teologia da Libertação. Para não correr o risco de excomunhão, o líder do movimento no Brasil Frei Leonardo Boff, renunciou ao sacerdócio. Na Colômbia, em 1965, o Frei Camilo Torres, um dos pioneiros da Teologia da Libertação, foi morto na região de Bucaramanga, no nordeste daquele país. Assim, o movimento foi sendo paulatinamente esvaziado dentro do Catolicismo Romano Latino-americano.

Embora abraçando com denodo as causas sociais em defesa dos pobres e dos injustiçados presentes no Cristianismo Original, a Teologia da Libertação, ao defender a luta armada, se aproximou, *a priori*, mais dos métodos violentos do cristianismo oficial litúrgico e dogmático, indo no sentido contrário dos métodos pacifistas de Jesus, que sempre rejeitou totalmente à violência e “ofereceu a outra face” – Mt 5: 39. (BÍBLIA..., 2018, p.557).

No protestantismo, em bem menor proporção, esse embate político-religioso também ocorreu no Brasil, na década de 1960. Uma amostragem disso, nos é revelada por meio das pesquisas da Historiadora Luciane Silva de Almeida. A autora revela uma pequena estratificação desse dilema entre o progressismo e o conservadorismo ocorrida entre Igrejas Batistas baianas naquela época:

Após o golpe de 1964 os batistas, em geral, demonstraram sua lealdade ao Estado, na medida em que apoiavam irrestritamente o governo ditatorial e os membros que conseguiam eleger-se em cargos políticos. Contavam para isso com a prática da denúncia dos membros da denominação que mostravam-se simpáticos a qualquer projeto social fosse ele progressista, comunista ou ecumenista, que, aos olhos das lideranças, eram iguais por serem carregados de “subversão”. Na Bahia, essa reação conservadora atingiu seu auge na questão que envolveu a Igreja Batista Dois de Julho e a Igreja Batista Nazaré que foi criada durante o início dos anos 70 por ex-membros da União de Mocidade da Igreja Dois de Julho, excluídos devido a suas ideias progressistas baseadas no Evangelho Social e as suas práticas ecumênicas. (ALMEIDA, 2009, p. 1)

Esse relato também corrobora como demonstrativo de que a batalha decisiva, na política brasileira daquele período, foi travada (em maior ou em menor grau) em todo o Cristianismo de forma geral. Ao fim, o lado vencedor desse confronto fica implícito no final deste primeiro recorte temporal analisado. Eles (os vencedores) foram os avalistas religiosos das mais de duas décadas de perseguições, assassinatos e torturas que a Ditadura do regime militar impôs ao Brasil.

Durante o transcorrer desse período ditatorial aqui analisado, na avaliação de Frei Betto, alguns fatores começaram a abrir caminhos para a redemocratização do Brasil e começavam a mostrar os efeitos negativos das políticas impostas logo pelos primeiros Presidentes Gerais e seu séquito de legitimadores políticos:

O ano de 1968 foi um período de aguda crise no país. Rompeu-se o pacto dominante, fortalecendo a oposição burguesa, e os militares marginalizaram as lideranças civis que patrocinaram o golpe de 64. Acentuou-se a luta interna entre as facções interessadas em deter o controle do Estado. A classe média que apoiara a quartelada, viu-se ameaçada pela política econômica do governo. Multiplicaram-se as falências das pequenas e médias empresas, aumentou a concentração de terras em mãos de poucos proprietários, mantiveram-se os trabalhadores sob o arrocho salarial, enquanto se consolidava a aliança entre o empresariado brasileiro e as multinacionais. A intromissão estrangeira atingiu inclusive o sistema educacional, através do sistema MEC-Usaid [Ministério da Educação-United States Agency for International Development]<sup>18</sup>. Às restrições legais impostas sempre mais pelo governo, em nome da segurança nacional contrapunham-se nas ruas, o movimento de massas, oriundo principalmente da classe média. Estudantes, artistas e intelectuais promoviam passeatas e atos públicos, divulgavam manifestos, enfrentavam a polícia, improvisando barricadas e incendiando viaturas. [...] Em Osasco (SP) e Contagem (MG), as greves operárias seguidas de ocupações de fábricas foram duramente reprimidas. (BETTO, 2021, p. 72-73)

Findo o período analisado neste primeiro recorte, o Brasil da redemocratização surge numa nova era, onde o consumo se firma definitivamente como o sumo bem dentre os valores da sociedade rumo à globalização total. As transformações sociais começaram a ser tão aceleradamente rápidas e mutantes que até a própria sociologia responsável por esquadrihá-las já não conseguia mais interpretá-las da forma convencional. Até mesmo o tempo também já havia começado a tornar-se virtual. As verdades absolutas foram totalmente relativizadas. Logo, tornou-se mais importante ser consumidor que ser cidadão. As lógicas do mercado haviam influenciado todos os espectros dos relacionamentos humanos. O próprio pastoreio em algumas Igrejas pentecostais passou a ser terceirizado, e muitos pastores fizeram fortuna ao empregar essa lógica de mercado na administração das suas Igrejas.

Como constatado anteriormente, grandes transformações sociais demandam transformações religiosas correspondentes para amortecer e reposicionar o indivíduo abalado ante o coletivo transformado. Em especial, quando as transformações sociais

---

<sup>18</sup> Acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), implantado no Brasil pela lei nº 5.540/68, que reformou o sistema educacional brasileiro, colocando-o em alinhamento com os interesses geopolíticos dos EUA.

são abruptas, elas causam intermitências de comportamentos anteriores que precisam ser adequados às novas realidades. Isso traz como reflexo a necessidade da readequação do comportamento religioso. Émile Durkheim expressou como as mudanças nos ciclos sociais demandam paralelamente respostas religiosas correspondentes à essas transformações:

As intermitências da vida psíquica só não afetam as crenças religiosas quando as religiões ainda não saíram do seu invólucro cósmico. As intermitências da vida social são, ao contrário, inevitáveis; inclusive as religiões mais idealistas não poderiam escapar a elas. Aliás, é graças a esse estado de dependência, em que se encontram os deuses em relação ao pensamento do homem, que este pode acreditar que a sua assistência seja eficaz. A única maneira de renovar as representações coletivas que se referem aos seres sagrados é retemperá-los na própria fonte da vida religiosa, ou seja, nos grupos reunidos. Ora, as emoções suscitadas pelas crises periódicas por que passam as coisas exteriores levam os homens que as testemunham a se reunirem, a fim de poder decidir o que convém fazer. Mas apenas pelo fato de estarem reunidos eles se reconfortam mutuamente; encontram o remédio porque o procuram juntos. A fé comum reanima-se naturalmente no seio da coletividade reconstituída; ela renasce porque se vê nas mesmas condições em que nascera primitivamente. Uma vez restaurada, ela triunfa facilmente de todas as dúvidas privadas que puderam surgir nos espíritos. (DURKHEIM, 2008, p. 415)

Dessa maneira, como decorrência do impacto das transformações sociais, surge uma reanimação que faz brotar um renascimento religioso traduzido na aparição do neopentecostalismo no cenário espiritual Cristão. Assim, ele começa a sua trajetória de inserção na relação da utilização do cristianismo na política, objeto principal deste estudo.

As principais características do Neopentecostalismo são: a prosperidade e os exorcismos, difundidos pela grande mídia televisiva. As curas, apesar de seguirem sendo importantes, passaram a ocupar um papel paralelo aos exorcismos, e se configuraram como os principais elementos espirituais fenomenológicos. Algumas práticas como o sopro para ministrar a unção divina e fazer o fiel cair ao chão foram utilizadas como forma de demonstração de espiritualidade, em uma evidente contraposição aos procedimentos de Jesus, que muitas vezes “levantou os caídos” ao invés de derrubá-los – Mt 9: 6; Mc 5: 41-42; Lc 5: 24; Lc 7: 14; Lc 8: 54; Jo 5: 8 (BÍBLIA..., 2018).

No âmbito teológico, a Teologia da Prosperidade veio a se encaixar perfeitamente na lógica da nova ordem mundial consumista, egoísta e individualista

formalmente estabelecida no Consenso de Washington<sup>19</sup>. Como nas suas duas ondas ancestrais, o movimento neopentecostal chegou ao Brasil com cidadania norte-americana. Inclusive, a utilização desse movimento na política é importada. Assim bem descreve Frei Betto ao constatar que:

Nos *Documentos da Santa Sé*, que estabeleceram as diretrizes das políticas externas dos governos Reagan e Bush pai, em 1980 e 1989, a teologia da libertação é considerada a maior ameaça aos interesses norte-americanos no Continente. Em resposta a esta ameaça surgiu a Igreja Eletrônica, de perfil pentecostalista, que dispõe de ampla rede de satélites, emissoras de TV e rádios, revistas e jornais. (BETTO, 1994, p. 305).

A História, aqui neste estudo, entra em cena para constatar que essa preocupação dos conservadores republicanos dos EUA, na década de 1980, tinha real fundamento. Esse período foi estupendamente percebido e antevisto por Raul Seixas, quando em parceria com Dedé Caiano na composição da canção “Anos 80”, descreve essa década em que as rédeas do poder estavam escapando das mãos dos ditadores militares no Brasil. No seu refrão, a letra diz: “Hey anos 80, charrete que perdeu o condutor”. (SEIXAS; CAIANO, 1980, s. p.).

Enquanto o Brasil ainda despertava do pesadelo imposto pela ditadura, nos primeiros governos do início da redemocratização, a CNBB e a influência da Teologia da Libertação estruturaram no catolicismo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as Comissões Pastorais (com destaque para a Comissão Pastoral da Terra – CPT). Além do seu caráter eminentemente social e político, essas entidades também se imbuíram de caráter ecumênico. Isso permitiu o engajamento de setores importantes do Protestantismo clássico, como Presbiterianos, Batistas, Metodistas e Luteranos. As forças políticas representantes desse amalgamento progressista se mobilizaram e se organizaram. Neste entretempo, o conservadorismo político cristão reacionário ainda estava entorpecido e adormecido pelo sono que os anos da ditadura lhes havia imposto. Quando ele despertou atrasado, já era tarde. O pluripartidarismo, que possibilitou a volta a legalidade dos partidos de esquerda e a fundação do Partido dos

---

<sup>19</sup> O Consenso de Washington (como ficou conhecido) foi uma convenção das organizações financeiras internacionais realizada em 1899 nos EUA, que orientou as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), estabelecendo diretrizes para a cooperação econômica e condições de empréstimos para os países em desenvolvimento em todo o mundo.

Trabalhadores (PT), já estava em vigor desde 1982<sup>20</sup>, e as forças progressistas já haviam promulgado a Constituição Cidadã de 1988.

No entanto, a resposta reacionária do conservadorismo cristão começou a ser construída. No âmbito político-religioso, os representantes da TFP e dos protestantes conservadores que apoiaram o golpe de 1964 já estavam politicamente em óbito, sepultados junto com os milhares de mortos e desaparecidos que a ditadura militar levou para a tumba. Desse modo, a organização política de uma reação no âmbito religioso conservador foi tomando outra forma e se instituiu de fato quando da organização de Frentes Parlamentares e Bancadas Religiosas, sobretudo a partir de 1994. Essas frentes, na prática, abarcavam todos os setores reacionários conservadores do cristianismo oficial litúrgico e dogmático. Assim, as antigas forças cristãs político-partidárias reacionárias da direita e os representantes parlamentares da funesta TFP, que jaziam mortos nas trevas do purgatório político, saíram dos seus sepulcros sombrios e reencarnaram no corpo das Frentes Parlamentares e Bancadas religiosas no Congresso Nacional.

Por outro lado, no início de século XXI, a eleição de Lula à presidência trouxe uma nova esperança nas reformas que possibilitariam uma diminuição da desigualdade e maior inclusão das classes sociais mais desfavorecidas no Brasil. Até mesmo dentro da esquerda, a ascensão de Lula e do PT causou reboiço e perplexidade. Frei Betto, sobre isso, dá seu testemunho dizendo que:

Presenciei um dirigente comunista, intelectual, renomado, arrancar os cabelos, indagando: “Por que um sindicalista almeja ser a vanguarda do proletariado? Será que não conhece a História? Não sabe que os partidos de vanguarda quase sempre foram dirigidos por intelectuais (Lênin, Stalin, Mao, Fidel, etc.)?” Encarar Lula pela ótica ideológica, antes de focar-lhe a extração social, é inverter os termos da equação política. Ele procede do sindicalismo que desafiou a ditadura; das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação; da esquerda (des)armada e das oposições sindicais; da CUT [Central Única dos Trabalhadores] e do MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra]; e do agravamento da crise social brasileira. Lula é o que restou da esquerda orgânica após a queda do Muro de Berlim que, em 1989, derrubou também o mundo bipolar. (BETTO, 1994, p. 81).

A derrubada do mundo bipolar, mencionada por Frei Betto, e o que ela trouxe como consequência, gerou como fenômeno a cultura do consumismo, que pese ao

---

<sup>20</sup> A implantação do pluripartidarismo, no final do regime militar, foi uma estratégia política do governo brasileiro (pressionado pela sociedade para promover a abertura política e o fim da ditadura), que teve o objetivo de dividir e enfraquecer a oposição no Congresso Nacional.

fato de não ser ela aqui o foco de estudo, se torna um componente importante para a compreensão do objeto desta pesquisa. Isso devido ao fato de que a Teologia da Prosperidade, fundamental no entendimento do segundo período recortado a estudar, foi alicerçada dentro dos valores que permeiam esse fenômeno ultra consumista. Pois bem, desde a década de 1980, a Guerra Fria iniciou o seu processo de desarticulação e o surgimento da rede mundial de computadores começou a se estabelecer, Esses fatos favoreceram uma globalização total do capitalismo e dos seus métodos neoliberais. Com a internet, o salto da informática produziu uma aceleração nas transformações da própria realidade social e da noção de tempo e espaço. A vida humana que passou a ser dimensionada entre o ambiente real e o virtual, gerou uma situação comportamental diferente, transformando totalmente as relações sociais. O Sociólogo judeu-polonês Zygmunt Bauman revolucionou os conceitos sociológicos sólidos até então construídos, ao definir esse novo período chamando-o de “Modernidade Líquida”. No seu livro do mesmo nome, Bauman afirma sobre esses novos tempos que:

Se todas as partes do espaço podem ser alcançadas a qualquer momento, não há razão para alcançar qualquer uma delas num dado momento e nem tampouco razão para se preocupar em garantir o direito de acesso a qualquer uma delas. Se soubermos que podemos visitar um lugar a qualquer momento que quisermos, não haverá urgência em visitá-lo, nem em gastar dinheiro em uma passagem válida para sempre. (BAUMAN, 2021, p. 150).

A era da modernidade líquida construiu um novo formato social, onde as pessoas passaram do status de consumidoras na Revolução Científico-Tecnológica, para se tornarem elas próprias as mercadorias consumidoras em disputa pelos grandes conglomerados cibernéticos multinacionais. Somente a título de lembrança, pessoas tratadas como mercadoria constituíram o cerne da ideologia escravocrata. Esta nova condição humana impôs ao mundo globalizado real e virtual a cultura do consumismo. Em seu livro “Vida para Consumo: a transformação de pessoas em mercadoria”, Bauman explana esse assunto com maestria:

Se a cultura consumista é o modo peculiar pelo qual os membros de uma sociedade de consumidores pensam em seus comportamentos ou pelo qual se comportam de “forma irrefletida” – ou, em outras palavras, sem pensar no que consideram ser seu objetivo de vida e o que acreditam ser os meios corretos de alcançá-los [...], então a sociedade de consumidores representa um conjunto peculiar de condições existenciais em que é elevada a probabilidade de que a maioria dos homens e das mulheres venha a abraçar a cultura consumista em vez de qualquer outra, e de que na maior parte do

tempo obedecem os preceitos dela com máxima dedicação. (BAUMAN, 2008, p. 70).

Todavia, Bauman segue ampliando ainda mais o entendimento dessa questão tão importante para a compreensão do consumismo como terreno social fértil, onde a semente da Teologia da Prosperidade fez germinar seus frutos egoístas e individualistas. Em outra constatação, ele exprime que:

A sociedade de consumidores, em outras palavras, representa o tipo de sociedade que promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções culturais alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação. Essa é uma guinada notável no curso da história moderna, um verdadeiro divisor de águas. (BAUMAN, 2008, p. 70).

Esse histórico divisor de águas no comportamento humano, metaforicamente mencionado por Bauman, produziu uma intermitência sociorreligiosa já mencionada na citação anterior de Durkheim. Como resultado, para atender a essa nova demanda social no campo religioso, se fortaleceram os arautos da Teologia da Prosperidade Neopentecostal. Justamente porque essa doutrina se nutre do instantâneo e do imediatismo que a cultura gerada pela sociedade consumista produziu. Verifica-se, segundo Bauman, que:

O tempo instantâneo e sem substância do mundo do *software* é também um tempo sem consequências. “Instantaneidade” significa realização imediata, “no ato” – mas também exaustão e desaparecimento do interesse. A distância em tempo que separa o começo do fim está diminuindo ou mesmo desaparecendo; as duas noções, que outrora eram usadas para marcar a passagem do tempo, e, portanto, calcular seu “valor perdido” perderam muito de seu significado – que, como todos os significados, deriva de sua rígida oposição. Há apenas “momentos” – pontos sem dimensões. (BAUMAN, 2021, p. 150).

De toda maneira, referindo-se ao surgimento e estabelecimento da Teologia da Prosperidade neopentecostal, Mariano faz ressonância no campo da fenomenologia religiosa às teorias sociológicas de Bauman, sobre a modernidade líquida e, de Durkheim, sobre a influência das intermitências sociocomportamentais no mundo religioso. Assim, ele afirma que:

Com promessas de que o mundo seria *locus* de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, herdeiros das promessas divinas, a Teologia da Prosperidade veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação ao mundo de várias

igrejas pentecostais aos valores e interesses do “mundo”, isto é, à sociedade de consumo. Essa doutrina reinterpretando ensinamentos e mandamentos do Evangelho, encaixou-se como uma luva tanto para a demanda imediatista de resolução ritual dos problemas financeiros e de satisfação de desejos de consumo dos fiéis mais pobres, a grande maioria, como para a demanda (infinitamente menor) dos que almejavam legitimar seu modo de vida, sua fortuna e felicidade. Esses, agora, podiam se escudar nas novas concepções bíblicas da Teologia da Prosperidade em vez de terem de recorrer, para seu tormento, à teologia (cf. Mateus 19,24; Marcos 10,25; e Lucas 18,25) que discorria a respeito da impossibilidade de o rico entrar no reino dos céus tal como a de um camelo atravessar o buraco de uma agulha. (MARIANO, 2014, p. 149).

É neste contexto de novas e intensas transformações sociais e religiosas no Brasil, que se insere o segundo recorte temporal proposto para este estudo. Esse referido período a ser focado, abarca desde a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 até a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

### **6.3 O Neopentecostalismo, o Golpe de 2016 e as Eleições de 2018**

A título introdutório desse período, é importante resgatar algumas percepções. Começando com a constatação de que a mobilidade social, ocasionada por uma melhor redistribuição de renda, que inegavelmente ocorreu no período dos dois governos do Presidente Lula, por mais incrível que isso pareça, foi um elemento econômico que favoreceu e forneceu argumentos ao neopentecostalismo e à sua Teologia da Prosperidade. Até mesmo esse aumento da renda da população, certamente foi capitalizado politicamente pelo grupo reacionário político liberal que se organizava nos bastidores da política, municiando-se de argumentos religiosos junto aos fiéis, para contra-atacar e promover a reconquista do território perdido com o finado regime militar. Nisso, Mariano foi perspicaz ao relatar que:

Diante da mobilidade social de parte dos fiéis, das promessas da sociedade de consumo, dos serviços de crédito ao consumidor, dos sedutores apelos do mundo da moda, do lazer e das opções de entretenimento criadas pela indústria cultural, essa religião, ou se mantinha sectária e ascética [como na primeira onda pentecostal], aumentando a sua defasagem em relação à sociedade e aos interesses ideais e materiais dos crentes, ou fazia concessões. Diante das mudanças na sociedade e das novas demandas do mercado religioso, diversas lideranças pentecostais optaram por ajustar gradativamente sua mensagem e suas exigências religiosas à disposição e às possibilidades de cumprimento por parte dos fiéis e

adeptos. O sectarismo e o ascetismo cederam lugar à acomodação ao mundo, acompanhando o processo de institucionalização, ou a rotinização do carisma, do pentecostalismo. (MARIANO, 2014, p. 148).

É certo que, tanto o ascetismo exacerbado e a opção espiritual por manter-se afastado dos valores do mundo carnal presentes na primeira onda pentecostal, quanto, por outro lado, a imersão despudorada na sociedade de consumo mundana capitalista verificada na terceira onda neopentecostal, colocou de fato o pentecostalismo (nesses dois extremos) em rota de colisão frontal com o Cristianismo Original e, por extensão, com os ensinamentos de Jesus, que disse aos seus seguidores: “Vós estais neste mundo, mas não sois deste mundo.” – Jo 15: 19. (BÍBLIA..., 2018, p. 626).

É verdade que o Neopentecostalismo<sup>21</sup> já estava estabelecido no Brasil, desde o final do século XX, e fincou gradativamente sólidas raízes desde então no protestantismo brasileiro. Constata-se o fato de que o protestantismo, em geral, cresceu vigorosamente no Brasil, à medida em que o Catolicismo Romano (embora em menor escala) decresceu numericamente. Esse fator sem dúvida foi refletido proporcionalmente enquanto à sua respectiva representatividade política. Quanto a esse crescimento, Mariano em sua pesquisa, apresentando dados coletados pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), concluiu que: “na década de 1980, os evangélicos cresceram 67,3%, 2,8 vezes mais que a população brasileira, e no censo seguinte cujos dados foram divulgados em 1996, os pentecostais representavam 65,1% do protestantismo.” (MARIANO, 2014, p. 10).

Os principais atores responsáveis por esse crescimento neopentecostal foram a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus. Quanto ao sistema eclesiástico de governo, diferente do episcopalismo e do congregacionalismo adotados na maioria das Igrejas de confissão protestante clássica, o neopentecostalismo empregou o sistema ditatorial. Enquanto os seus líderes fundadores possuem formação teológica, os pastores subalternos normalmente fazem apenas um pequeno curso de formação doutrinária denominacional. Administrativamente, além da terceirização do pastoreio, é empregado (principalmente nas grandes denominações neopentecostais) um sistema de rodízio entre os pastores. Isso ocorre para que o Pastor local não fixe vínculos

---

<sup>21</sup> Os neopentecostais são identificados como simplesmente “pentecostais”, uma vez que assim se referem a si próprios, pois não se auto reconhecem como neopentecostais e rejeitam essa subdivisão.

duradouros com os fiéis, que venham ofuscar a importância do líder ditador. Devido ao grande crescimento desse movimento, várias divisões e subdivisões ocorreram, derivando na formação de inúmeras comunidades neopentecostais locais por todo o Brasil. Nelas, a maioria dos pastores possui muito pouca ou nenhuma formação teológica e o governo da Igreja é também na imensa maioria dos casos ditatorial. Quanto às razões desse explosivo crescimento, Mariano explica que:

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os extratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos –, tem optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material. A correlação existente entre pobreza e neopentecostalismo, entretanto, não explica os motivos da expansão desta religião, nem muito menos as razões do crescimento desigual das diferentes igrejas. Pesquisas aprofundadas a esse respeito ainda estão por fazer. (MARIANO, 2014, p. 12)

Do lado católico do cristianismo brasileiro, a estratégia para fazer frente ao crescimento neopentecostal, foi a renovação carismática. Esse movimento valorizador da espiritualidade e suas manifestações foi especialmente estimulado durante o papado conservador de Joseph Aloisius Ratzinger (Bento XVI). Um detalhe importante é que, coincidentemente, no decorrer de quase todo o período dos dois governos de Dilma Roussef, o conservador Bento XVI, que havia no passado condenado a Teologia da Libertação, exerceu o seu papado. Ao longo desse período, ficou evidente que ele, especialmente no caso do Brasil, buscou influenciar no sentido de fazer com que a Igreja se alinhasse com as forças políticas católicas conservadoras de direita.

Outro aspecto introdutório da compreensão da utilização do Cristianismo na política e suas consequências para o segundo governo de Dilma, e depois na eleição de Jair Bolsonaro, é a importância política crescente que o Protestantismo começou a adquirir desde a redemocratização do Brasil, após a ditadura Militar. Frestom nos dá uma medida disso, quando menciona em sua pesquisa de doutoramento que a medida da importância política do protestantismo no Brasil desde a redemocratização era constatada no fato de que: várias pessoas de destaque na Nova República, como por exemplo: o organizador do Best Seller “Brasil: Nunca Mais”, Jaime Wright; o candidato da esquerda à presidência da Constituinte de 1988, Lysâneas Maciel; o

ministro da Agricultura do Governo Sarney, Iris Resende; o autor da emenda que deu cinco anos ao presidente Sarney, Mateus Ivens; o candidato à presidente, que teria negociado sua vaga com Silvio Santos, Armando Corrêa; o Deputado cassado por supostas ligações com o narcotráfico, Jabes Rabelo; o Ministro da Educação no Governo Collor, Eraldo Tinôco; a primeira mulher negra no congresso brasileiro, Benedita da Silva; o líder indígena fundador da União das Nações Indígenas, Marcos Terena; e a figura religiosa, cuja prisão mereceu a visita de Lula, Edir Macedo: todas essas pessoas tem em comum o fato de serem evangélicos. (FRESTON, 1993). É mais impressionante ainda a questão que Freston explana sobre esse crescimento político dos protestantes no Brasil, ao dizer que:

Tudo isso foi surpresa até para os especialistas em religião e política, os quais ainda pensavam que a grande figura política do Brasil redemocratizado seria a ala progressista da Igreja Católica. Quando em lugar das CEBs apareceram pastores pentecostais, a esperança era de que não passassem de momento fugaz no caminho para a maturidade. (FRESTON, 1993, p. 1).

Muitos fatos ocorridos nos 25 anos subsequentes a essa explanação de Freston, principalmente o golpe parlamentar de 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, ambos apoiados na esfera política-religiosa, sobretudo pelos pastores pentecostais, mostraram que a incursão neopentecostal na política não foi somente um mero momento fugaz.

Para compreender mais amplamente a utilização do cristianismo (especialmente o neopentecostal), na derrubada de Dilma Roussef e na ascensão de Jair Bolsonaro, é necessário focar os anos de governo do Presidente Lula, desde a sua campanha presidencial. E ainda fazer esse percurso desde a ótica dos possíveis equívocos de cálculo da base político-partidária, que sustentava o seu governo. Sobre isso, Frei Betto, com a faculdade de quem participou do alto escalão de governo do Presidente Lula, e conheceu os bastidores do Palácio do Planalto pelo lado de dentro dos seus gabinetes, diz o seguinte:

A eleição presidencial de Lula não foi propriamente uma vitória do PT, e sim de uma engenharia política que, cacifada por pelo menos 30% do eleitorado, construiu uma coligação partidária que aparentemente daria ensejo a um pacto social. Se bem funcionou no período eleitoral, a coligação não obteve, no Congresso, a representação necessária para assegurar maioria no apoio às propostas do Executivo. E este desconsiderou, como fator importante de governabilidade, seu maior capital político: os movimentos sociais. “O povo fica tranquilo quando tem parte no poder”, lembra Aristóteles. O frágil apoio parlamentar abriu caminho aos operadores da política de resultados, que lançaram

mão de práticas que, trazidas à luz, macularam gravemente o caráter ético do partido. (BETTO, 2006, p. 254).

Ao refletir sobre os possíveis equívocos do PT na sua trajetória durante os Governos do Presidente Lula, Frei Betto constata que:

Talvez o principal erro do PT, uma vez no governo, tenha sido abandonar o que possuía de mais precioso: a rede de apoio dos movimentos populares. Foram eles que construíram o partido e deram-lhe legitimidade e representação; deles veio a maioria dos eleitos pelo PT; neles se alinhava a capilaridade que tornava o partido quase onipresente no território nacional e, ao mesmo tempo, imprimia-lhe autoridade política e poder de mobilização jamais encontrada em qualquer outra agremiação partidária brasileira. (BETTO, 2006, p. 204).

Entretanto, a opção do PT foi no sentido contrário à participação das bases populares (sindicatos e CEBs, tão bem identificadas com o partido) no governo. A direção partidária, na prática, preferiu seguir no rumo das alianças políticas arriscadas e perigosas, com representantes das retrógradas oligarquias políticas de direita remanescentes da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Enquanto isso, duas mulheres evangélicas, pentecostais, oriundas das camadas econômicas mais desfavorecidas, construíram carreiras política ascendentes pelo PT. Ambas, tornaram-se parlamentares experientes, com vários mandatos consecutivos exercidos sempre com atuação destacada, e chegaram, no Governo Lula, a ocupar cargos de Ministras de Estado no primeiro escalão da República.

A primeira é Benedita da Silva, negra e militante do Movimento Negro, feminista, casada com o ator Antônio Pitanga e madrasta da atriz Camila Pitanga. Filha da Lavadeira, Maria da Conceição Souza da Silva, e do Pedreiro e Lavador de carros, José Tobias da Silva. Benedita foi criada na favela da praia do Pinto, no Rio de Janeiro, trabalhou como vendedora ambulante e se formou em Serviço Social, em 1982. Os cargos públicos exercidos por ela foram: Vereadora; Deputada Federal; Senadora (com 2 milhões e quatrocentos mil votos); Governadora do Estado do Rio de Janeiro e Ministra de Estado do Trabalho e Assistência Social, entre 2003 e 2007.

A segunda, Marina Silva, Historiadora, nascida em um seringal no interior do Acre, mãe de quatro filhos, casada com o Técnico Agrícola, Fabio Vaz de Lima, filha da Dona de Casa, Maria Augusta da Silva, e do Seringueiro, Pedro Augusto da Silva. Marina foi alfabetizada somente aos 16 anos. Ela trabalhou como Empregada Doméstica em Rio Branco, no Acre, e se formou em História, pela Universidade

Federal do Acre, em 1984. Ademais, ela exerceu mandatos eletivos de Vereadora, Deputada Estadual e Senadora (a mais jovem da história do Brasil, eleita para o Senado Federal, aos 36 anos de idade, em 1994). Além disso, Marina foi Ministra de Estado do Meio Ambiente, entre 2003 e 2008. Ela foi também militante do Partido Revolucionário Comunista, e quando se filiou ao PT, no início da sua carreira política, fundou a Central Única dos Trabalhadores do Acre, juntamente com Chico Mendes, em 1985.

Benedita da Silva e Marina Silva, pelas suas biografias e experiência política e, ambas com boa circulação no meio político evangélico, eram nomes teoricamente importantes dentro do PT para concorrer à sucessão do Presidente Lula. Benedita da Silva não teve seu nome sequer cogitado para concorrer às prévias do partido. Marina Silva teve sua candidatura à Presidência República inviabilizada pela cúpula do PT, que nos bastidores de Brasília trabalhou para que ela fosse fritada<sup>22</sup> enquanto era ministra de Lula. A escolhida foi Dilma Rousseff.

Embora Dilma tenha exercido diversos cargos públicos no Executivo, sendo inclusive Ministra de Estado da Casa Civil e de Minas e Energia, entre 2003 e 2010, ela nunca havia disputado cargo eletivo, antes de ter sido escolhida pelo PT como a candidata do partido à Presidência da República.

A relação de Dilma Rousseff com a cristandade sempre foi marcada por desconfianças. Dilma e Marina tiveram desentendimentos públicos, enquanto eram Ministras de Estado (Dilma, na pasta das Minas e Energia, e Marina, na do Meio Ambiente), sobre a concessão da licença ambiental para a construção da usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia. Marina Silva disse que não cederia às pressões para se manter no ministério, às custas da liberação apressada da licença para a construção de Jirau, além de se opor às obras de construção de Angra 3. Em 2009, Marina Silva em matéria publicada pela Folha de São Paulo, disse o seguinte:

"A ministra Dilma [Rousseff, da Casa Civil] tem os pontos de vista dela, os defende. Tenho os meus. Sempre encontrei na sociedade o respaldo suficiente para manter a coerência e até mesmo o pescoço", disse, em referência às pressões que sofreu no comando do Meio Ambiente. Na época, chegou a afirmar que "perdia o pescoço, mas não perdia o juízo". (SALOMON, 2009, s. p.).

---

<sup>22</sup> Palavra derivada do substantivo feminino fritura, utilizada informalmente. Ação ou conjunto de ações para dificultar o trabalho ou desprestigiar a reputação de alguém que ocupa um cargo ou uma função (ex.: fritura pública; prepararam a fritura do ministro). (FRITURA, 2008-2021).

Como resultado dessa queda de braço entre as duas, Marina foi ignorada por Lula, inclusive nas pressões que sofreu do agronegócio na questão do desmatamento da Amazônia e da lei dos transgênicos. Isolada, ela renunciou ao Ministério do Meio Ambiente e saiu do PT pela porta da frente, após mais de trinta anos de militância, e se lançou candidata à presidência pelo Partido Verde. Nas duas eleições presidenciais que Marina Silva disputou, contra a máquina do Estado que trabalhou por Dilma Roussef, ela obteve 19.636.359 votos em 2010, e 22.154.707 votos em 2014, tendo terminado ambas as disputas em terceiro lugar. Nesses dois peitos eleitorais referidos, principalmente no de 2014, Marina Silva teve o apoio de intelectuais e artistas influentes e formadores de opinião, como: Caetano Veloso, Marco Nanini, Ferreira Gullar, Gilberto Gil, Marcos Palmeira, Thiago de Mello e Moraes Moreira. O site Negritude Socialista Brasileira registrou o apoio de Gilberto Gil a Marina Silva feito na forma de uma canção, dizendo o seguinte:

“Marinar vou, votar na Marina, Marinar. Marinar vou eu, sonhar que a menina vai chegar. Vai chegar pra tomar conta da gente, e a gente vai contar, com a benção de Jesus Nazareno, o axé de Oxalá”. A letra é de Gilberto Gil e foi cantada por ele na Escola de Cinema Darcy Ribeiro, no Centro do Rio, e acompanhada por palmas do público na noite de quarta-feira. Foi um momento de emoção para Marina Silva, candidata à Presidência pela Coligação Unidos pelo Brasil, que teve intensa agenda na cidade e recebeu o apoio do cantor. (NEGRITUDE SOCIALISTA, 2014, s. p.).

Em 2014, Caetano Veloso, em matéria veiculada pelo jornal O Globo, afirmou o seguinte sobre seu apoio a Marina Silva:

“MARINA PRESIDENTE. Quanta coisa se mexe com esse grito! A segunda mulher presidente e – detalhe de grande força que não tem sido lembrado – o primeiro postulante de pele escura. Com seus elegantes traços, resultado óbvio da mistura de cafusos com mamelucos, Marina, além de vir do coração da Amazônia (onde a lei faz quase desesperados esforços para instalar seu império), da luta ao lado de Chico Mendes, da fase heroica do PT, ela significará a chegada de evidentes fenótipos negros no posto da Presidência da República. Isso não é pouco. Sentirei orgulho (todos sentiremos coisas diferentes sobre o Brasil) ao ver seu rosto representando nosso país nas imagens que se espalharem pelo mundo. Mas há mais. Muito mais. O tom digno com que Marina mantém, desde sua última tentativa eleitoral majoritária, a determinação de levar à frente os avanços conquistados por FH [Fernando Henrique] e Lula. A coerência íntima com que ela se manifesta ao longo dos anos (que é diferente do mero repetir a mesma coisa). Sou dos que sempre quiseram que o país aproveitasse o que essa sucessão de lutadores pela democracia nos legou. [...] Vou votar em Marina como votei em Lula em 2002. E, mais, como votei em Marina em 2010. Chorei na cabine no momento Lula (havia toda a simbologia da chegada dele à presidência e demasiadas complexidades em minha vida). Senti felicidade ao votar em Marina

em 2010: saber que contribuía para fazer forte a marca de sua presença no imaginário nacional. Agora, vejo o momento Marina. Irresistível. Cheio de promessas e insinuações. É a sociedade brasileira se movimentando para crescer com dores suportáveis. O que está à nossa frente é a nossa respeitabilidade como nação. Recusar isso seria estar cego para toda luz”. (FERNANDES, 2014, s. p.).

Não cabe aqui conjecturar sobre como seria o resultado das eleições de 2010 e de 2014 se com a máquina do Estado trabalhando a favor de Marina Silva, que contava com a simpatia de grande parte da cristandade e da intelectualidade. Cabe sim investigar e interpretar fatos do passado. Um deles, é o de que a não indicação da evangélica Marina Silva como candidata do PT à sucessão de Lula, de certa forma abriu caminho para que, em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, a pastora evangélica Damares Alves começasse a ocupar papel de proeminência no meio político-religioso, sobretudo neopentecostal. O papel deste trabalho é tentar decifrar, por meio da investigação da utilização do Cristianismo na política, como isso acabou de fato acontecendo.

Um dos caminhos dessa investigação está nas interpretações da sessão do Congresso Nacional, que debateu a admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Esse tema, abordado especialmente desde a análise do teor das palavras contidas nos discursos proferidos pelos parlamentares naquela sessão do dia 17 de abril de 2016; e ainda focado também quanto à composição religiosa das bancadas parlamentares representantes da cristandade naquela fatídica data, foi o objeto da magistral e reveladora pesquisa do Antropólogo e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Dias Duarte, intitulada: “Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República”. Logo de início, esse pesquisador registra que:

Espicaçado pela grande recorrência de referências à religião e às suas famílias (ou à família em geral) nas manifestações orais individuais dos Deputados Federais que justificaram seus votos na sessão da Câmara dedicada à decisão sobre a admissibilidade de um processo de impeachment da Presidente da República Dilma Rousseff, resolvi debruçar-me sobre os registros da sessão, de modo a produzir uma apreensão mais sistemática dos valores presentes nos discursos dos Deputados federais brasileiros em um momento público e político de mais alta intensidade. (DUARTE, 2017, p. 145).

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que no âmbito das palavras, depois traduzidas em votos, o foco principal da oratória não era a preocupação social

com uma melhor e mais justa distribuição da renda e nem tampouco com a probabilidade do risco eminente de ser rifado o patrimônio estatal do povo brasileiro por meio das privatizações neoliberais. Ao contrário disso, o levantamento de Duarte registrou a ocorrência de falas referentes à preocupação com valores da religião e da família no discurso da grande maioria dos 551 votantes representantes do povo brasileiro naquela ocasião. Todavia, é obvio registrar que o que estava em jogo naquele momento ia muito além das questões morais e religiosas utilizadas nos discursos, e tão caras à imensa maioria da população cristã brasileira.

De certa forma, o resultado conhecido daquela votação histórica, que abriu caminho para o Golpe Parlamentar contra Dilma, responde sobre como e por quais eventuais causas religiosas, prevaleceu historicamente o sucesso político hegemônico de um discurso de apelo popular, que levou o capitalismo liberal a adentrar com êxito no espectro da democracia brasileira, especialmente por meio da sua influência e atuação no meio político, promovendo o Golpe Militar de 1964 e o Golpe Parlamentar de 2016. Da mesma forma também, este estudo buscou por meio dessas revelações, alcançar o objetivo proposto de explicar que batalha política entre o neoliberalismo e o socialismo no Brasil das últimas décadas, se travou decisivamente dentro da cristandade.

Para ampliar ainda mais a constatação dos resultados deste trabalho, a pesquisa de Duarte é fundamental quando dimensiona as composições das bancadas parlamentares ligadas aos interesses de temas religiosos, fundamentalmente aferindo o tamanho e a conseqüente força política delas. Nesse aspecto, as revelações da pesquisa de Duarte à época do impeachment de Dilma Roussef são ainda mais esclarecedoras:

A presença dessa nova dimensão religiosa no parlamento vem se afirmando sob a forma de poderosos grupos de pressão, organizados informalmente em “bancadas” e formalmente em “frentes” bem estruturadas. A legislatura atual já conta com 142 Frentes Parlamentares, dedicadas a uma miríade de assuntos de interesse político ou administrativo. Dentre elas, são quatro as únicas que se destinam a fins morais: a “Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana”, composta por 209 deputados e cinco senadores; a “Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional”, composta por 199 deputados e quatro senadores; a “Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família”, composta por 236 deputados, e a “Frente Parlamentar para a Liberdade Religiosa do Congresso”, composta por 208 deputados e 12 senadores. Ao constatar o quão volumosos são os números dessas vinculações morais de matiz religiosa, o que é surpreendente das referências religiosas e familiares na votação do impeachment é que não tenham sido afinal muito mais

numerosas. (DUARTE, 2017, p. 160).

Vale ainda mencionar que é emblemático e, diz muito quanto ao aspecto religioso, o fato de que o processo de impeachment ou Golpe Parlamentar contra Dilma Roussef foi decisivamente deflagrado por um parlamentar protestante evangélico pentecostal da Assembleia de Deus, o então Deputado Federal Eduardo Cunha. Além disso, agora já no aspecto estritamente político, constatou-se que a aliança que resultou na manutenção da Chapa Dilma Roussef e Michel Temer para concorrer às eleições presidenciais em 2014, mostrou não ter sido a melhor opção para o PT.

Durante todo o Governo de Michel Temer, as bancadas representantes da cristandade se estruturaram ainda mais para aglutinar forças em torno de uma candidatura presidencial que, no discurso, desse resposta à sua pauta moral e religiosa demandada pela cristandade, e, na prática, também possibilitasse um mandato neoliberal para o Brasil. Para isso, contaram com manobras jurídicas coordenadas, que tiraram Lula da disputa presidencial de 2018. Primeiro, com a aprovação da lei da prisão em segunda instância, ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por 6 votos a 5, em outubro de 2016 (Michel Temer já era o Presidente da República desde agosto de 2016). Depois, em janeiro de 2018, com a condenação de Lula em 2ª instância, pela 8ª turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região; em abril de 2018, Lula foi preso pela Polícia Federal; logo após, teve a sua candidatura impugnada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela lei da ficha limpa. Em agosto de 2018, por 6 votos a 1; depois, em novembro de 2019, o STF, por 6 votos a 5, decidiu que prisões só podem ocorrer após o trânsito em julgado, revogando assim a prisão em segunda instância. Naquela mesma semana, Lula foi solto da prisão. Já era tarde. Jair Messias Bolsonaro estava eleito, empossado e ocupando a Presidência da República. O Cristianismo Oficial, agora encarnado no Neopentecostalismo, mostrou a força das suas garras políticas e ascendeu (agora pelo voto popular) novamente ao poder no Brasil.

Cabe ainda aqui avaliar que houve uma adequação diferente da utilização do Cristianismo brasileiro na política para o Golpe Militar de 1964 e, para o Golpe Parlamentar de 2016 que abriu caminho para o neoliberalismo ocupar o poder em 2018. No primeiro caso, em 1964, houve uma intensidade maior da participação direta do Cristianismo Oficial junto à população, na forma de organização de marchas por

todo o país, do discurso de convencimento anticomunista feito junto aos fiéis e, com pouca intensidade indireta via intervenção parlamentar no Congresso Nacional. Isso ocorreu porque naquele episódio, as baionetas dos militares saíram às ruas, prontas para disparar e fazer calar qualquer voz divergente que ousasse manifestar-se em contrário. Já no segundo caso, em 2016, a participação indireta do Cristianismo Oficial via atuação parlamentar foi muito mais intensa que em 1964. Isso porque a conjuntura sociopolítica do Brasil daquele período, ainda traumatizado pelos anos de truculência repressora da ditadura militar, demandou uma intervenção institucional muito mais intensa, para dar legitimidade e legalidade ao Golpe que realmente estava em curso naquele momento. A participação mais direta do cristianismo, nesse caso, se deu de forma mais intensa na campanha presidencial de 2018, quando os Cristãos Oficiais, (mais ardorosamente os neopentecostais) abraçaram a bandeira neoliberal, que por fim, foi o fiel da balança para o resultado da eleição majoritária daquele ano.

Finalmente, vale afirmar, que em ambos os casos descritos no parágrafo anterior (e em outros), fica mais que obvia a constatação da indissolúvel associação entre a religião e a política no Brasil.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação da religião com a política é muito antiga, e seus elos se remontam a tempos inefáveis em que a humanidade nos primórdios da história, passou a se organizar em grupos e a viver em sociedade. Por mais que as sociedades (ocidentais) busquem a laicidade do Estado, no máximo conseguem separar a religião da política no campo teórico das legislações e seus códigos. Na prática, a religiosidade está imbricada nas culturas e se expressa por meio das condutas sociais, imprimido nas sociedades a sua identidade moral e ética. Dessa forma, torna-se impossível para o homem, delimitar concretamente as fronteiras entre religião e política, até mesmo onde elas legalmente existem. Sobre isso, Max Weber, em: “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, ao finalizar a sua dissertação sociológica, concluiu que: “O homem moderno é em geral, inapto a dar a ideias religiosas uma significação que elas mereçam para a cultura e o caráter nacional.” (WEBER, 2013, p. 260).

No caso do Cristianismo, a indissolubilidade da ligação entre a religião, a história e a política está presente desde o seu nascimento. Ao referir-se a esse tema, aplicando-o sobretudo ao contexto dos países latino-americanos, o Teólogo Frei Betto disse o seguinte:

Na América Latina, não se pode separar fé e política, assim como não seria possível fazê-lo na Palestina do século I. Na terra de Jesus, detinha o poder político quem tinha em mãos também o religioso. E vice-versa. Talvez soasse estranho, hoje, a certos ouvidos introduzir a leitura do Evangelho falando dos atuais chefes de Estado. No entanto, ao iniciar o relato da prática de Jesus, Lucas primeiro a situa no contexto político e informa que “já fazia quinze anos que Tibério era imperador Romano. Pôncio Pilatos era governador da Judéia, Herodes governava a Galiléia e seu irmão Felipe, a região da Ituréia e Traconites. Lisânias era governador de Abilene. Anás e Caifás eram os presidentes dos sacerdotes” – Lc 3: 1-2. (BETTO, 2006, p. 286).

Sobre a atuação do Cristianismo Oficial associado à política no processo de colonização da América, Frei Betto, bem antes das conclusões do sociólogo Ramón Grosfoguel sobre as teorias históricas dos quatro genocídios/epistemicídios anteriormente mencionados neste trabalho, afirmou que:

Foi sob o símbolo da cruz que a colonização ibérica da América Latina promoveu o genocídio de milhares de indígenas e o saque das riquezas naturais. Sob a silenciosa cumplicidade da Igreja Católica, negros foram trazidos da África como escravos. Com a convivência

das Igrejas cristãs, instalou-se em nossos países o sistema burguês de dominação capitalista. (BETTO, 2006, p. 285 286).

Quanto à percepção da sacralização do sistema burguês de dominação capitalista, conferido a este um status de religião, portanto sedimentando a junção filosófica entre religião e política, Walter Benjamin constatou que “o capitalismo é uma pura religião de relação extrema com o culto, dispensando dogmas ou teologia” (BENJAMIN, 2021, p. 35). Nesse sistema de culto ao consumo, a *Pidyon* / Redenção (no sentido material) e a *Pedut* / Redenção (no sentido espiritual), não conseguem cumprir o seu propósito de redimir. Por isso Benjamin assinala que:

O capitalismo é provavelmente o primeiro caso de culto que não redime, mas deixa um sentimento de culpa. Nesse aspecto, esse sistema religioso acompanha a queda de um movimento colossal. Uma imensa consciência de culpa, incapaz de redenção, apodera-se desse culto, e, nele, a culpa, em vez de ser redimida, é universalizada, [...]. É a expansão do desespero até o ponto em que ele se transforma em estado religioso universal do qual se espera que venha a salvação. [...] O capitalismo desenvolveu-se no Ocidente de forma parasitária sobre o cristianismo[...]. De tal forma que a história do cristianismo se tornou essencialmente a do seu parasita, o capitalismo. [...] Comparação entre as imagens dos santos em várias religiões e as notas de banco de vários Estados. [...] O cristianismo na época da Reforma não favoreceu a emergência do capitalismo – transformou-se em capitalismo. (BENJAMIN, 2021, p. 35-38).

O Cristianismo Oficial, dogmático e litúrgico, encarnado filosoficamente no capitalismo, tão bem ilustrado, mesmo que levado ao extremo por Benjamin, definitivamente impossibilita que se encontre os limites onde termina a religião e começa a política. Essa indivisibilidade encontrou a sua apoteose na Teologia da Prosperidade Neopentecostal. Nessa perspectiva sincrônica, de um lado, o capitalismo consumista é a parte política da religião; e a Teologia da Prosperidade consumista Neopentecostal é a parte religiosa da política.

Dando um real sentido ao Cristianismo Original na sua conjunção com a política, e ao mesmo tempo confirmando ainda mais a indivisibilidade entre política e religião, Frei Betto, explicitando teologicamente a oposição indissolúvel que separa o Cristianismo Original, cooperativo e solidário, do Cristianismo Oficial, egoísta e individualista, afirma que:

O fato de a fé e política estarem sempre associadas em nossas vidas concretas, como seres sociais que somos – ou animais políticos – na expressão de Aristóteles –, não deve constituir uma novidade senão para aqueles que se deixam iludir por uma leitura fundamentalista da Bíblia, que pretende desencarnar o que Deus quis encarnado. [...] A fé é um dom divino a quem vive neste mundo. [...] Mesmo que na

consciência de Jesus houvesse apenas motivações religiosas, sua aliança com os oprimidos, seu projeto de vida para todos (*João 10, 10*) tiveram objetivas implicações políticas. Por isso, não morreu numa cama, mas na cruz, condenado por dois processos políticos. (BETTO. 2006, p. 287-288).

No caso brasileiro, nos períodos analisados, tanto o Golpe Militar de 1964, quanto o Golpe Parlamentar de 2016, puderam exemplificar o quanto o componente religioso joga papel decisivo no embate político. Isso torna explícito, que os grupos políticos que disputaram o poder naquelas duas ocasiões, ao adaptarem-se e moverem-se mais adequadamente no terreno religioso, conseguiram respectivamente fazer triunfar os seus projetos, a despeito das reais necessidades sociais e das expectativas econômicas da maioria população brasileira.

Então, por fim, em última instância, considerando sempre a verificação já abordada de que na História “os males se repetem”, a contribuição deste trabalho vai no sentido de, ao se fazer essa constatação, possibilitar que se possa dela subtrair lições desses males repetidos para originarem um aprendizado. Principalmente, porque caso brasileiro, a população cuja imensa maioria, se define e se assume como sendo Cristã. Desconsiderar essa massa religiosa populacional amplamente majoritária e pretender ignorá-la como força política decisiva, é no mínimo um erro crasso. Por isso, vai nesse sentido o cuidado deste trabalho em trazer o paradigma do Cristianismo Original, confrontando-o ao largo da História com o Cristianismo litúrgico e dogmático, sempre estabelecendo conexões entre a religião e a política.

Assim, por meio desses contrastes e comparações, este trabalho propõe a importância e a necessidade de se estudar e conhecer o próprio Jesus e os seus propósitos sociais que os Cristãos oficiais, em sua imensa maioria desconhecem. Desse modo, torná-lo conhecido pode efetivamente produzir resultados no campo político, ao invés do reducionismo intelectual que opta por diminuir, ridicularizar e desdenhar os Cristãos. Tanto os Cristãos oficiais como os não Cristãos que desconhecem o Cristianismo Original e os propósitos sociais e políticos de Jesus para redimir as pessoas da opressão e da injustiça dos poderosos, são vítimas do epistemicídio histórico que impediu que o verdadeiro caráter redentor e libertador de Jesus se tornasse conhecido. Os mesmos religiosos e políticos epistemicidas, que assassinaram durante séculos a propagação do conhecimento redentor e libertador produzido por Jesus, são os mesmo que intencionalmente deturpam e entorpeceram a religião Cristã através dos séculos, utilizando-a politicamente sempre

na defesa dos seus próprios interesses. Os que fizeram isso e ainda fazem, e consciente e sem culpa o praticam, são como os falsificadores de diplomas (documentos religiosos falsos) da Idade Média. Sobre esses, Marc Bloch diz:

Decerto, a maioria dos falsos diplomas, dos falsos decretos pontificiais, das falsas capitulares, então forjados em grande número, o foi por interesse. Assegurar a uma igreja um bem contestado, apoiar a autoridade da Sé romana, [...] o papa contra os soberanos temporais, [...]. O fato característico não deixa de ser que personagens de uma piedade e, não raro de uma virtude incontestáveis não hesitam em lançar mão desses embustes. Visivelmente não ofuscam a moralidade comum. (BLOCH, 2001, p. 99).

Os epistemicidas embusteiros da fé, através dos séculos, para atrapar os incautos, criaram armadilhas teológicas, dogmáticas e litúrgicas, que visivelmente não ofuscavam a moralidade comum, pois vêm carregadas e disfarçadas de um simbolismo piedoso e religioso como pano de fundo, mas por dentro são ardilosas e sorradeiras. Tal como havia dito Marc Bloch, quando se referiu aos estelionatários religiosos da Idade Média.

Ao finalizar este trabalho, é importante enumerar essas arapucas armadas pelos lobos políticos embusteiros, falsificadores da fé e travestidos em pele de cordeiro religioso: 1) Exclusivismo religioso; 2) Líder em posição messiânica; 3) Livro sagrado complementar; 4) Mudança de revelação; 5) Exploração do tempo; e 6) Exploração do dinheiro.

É necessário aqui esclarecer que a intenção deste trabalho não é enquadrar nenhuma denominação, religião, entidade, associação ou agremiação política especificamente, mesmo que a carapuça esteja posta e, nela possa caber a cabeça daquele que por desventura queira vesti-la.

Ainda, é importante mencionar que a inserção constante da expressão “utilização do cristianismo” na política, é uma consideração importante deste trabalho. Ela é intencional, e vem no sentido de diferenciar o termo utilização na política, de participação na política. Isso se deu porque, conforme a argumentação deste trabalho demonstrou, o Cristianismo (Original) proposto por Jesus, foi literalmente usado (utilizado) para abonar projetos de grupos políticos, voltados unicamente para a obtenção de poder e lucro a qualquer custo, favorecendo uma minoria inescrupulosa, em detrimento de uma imensa maioria (que desconhece o Cristianismo Original), que inconsequentemente aceita, se submete, e até mesmo defende essa utilização.

Enfim, mesmo com os males se repetindo sucessivamente na História, os exemplos estão para ser analisados e assimilados. No caso do Brasil, que emblematicamente tem como principal cartão postal a imagem do Cristo “Redentor” na montanha do Corcovado do Rio de Janeiro, as lições da história precisam ser aprendidas. Este trabalho prima para que o caráter redentor simbolizado na estátua do Cristo carioca, saia do campo apenas estático e figurativo, para assumir o seu verdadeiro papel de Redimir a alma do povo brasileiro. Que a “*Pedut / Pidyon – Redenção*” realmente alcance a todos, principalmente os brasileiros, libertando a nação dos séculos de males repetidos. Assim então, que a Redenção proposta por Jesus se estabeleça no Brasil e resplandeça para o mundo de maneira perene, na forma de amor, inclusão, igualdade, e justiça social.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciane Silva. “Ecumenismo, Vergonhosa Capitulação”: Conflitos Entre Conservadores E Progressistas No Meio Batista Baiano (1964-1980). **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

\_\_\_\_\_. **Vida para Consumo**: a transformação de pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BETTO Frei. **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

\_\_\_\_\_. **A Mosca Azul**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fidel e a Religião**: Conversas com Frei Betto. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Tradução autorizada da edição francesa, 1997. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 1980.

CAMPOS, Leonildo Silveira. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: Observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 100-115, set./nov. 2005

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

\_\_\_\_\_. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. 3. ed. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

ESPIRITO SANTO, Alexandre do. **Delineamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

FRESTON, Paul, **Protestantes e política no Brasil**: da Constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH, Unicamp. Campinas, São Paulo, 1993.

FRITURA. *In*: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/fritura>. Acesso em: 01 jun. 2022.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

HERMANN, Jaqueline. Canudos: a terra dos homens de Deus. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 16-34, 9 out. 1997.

HOBBSAWM, Eric J. A epidemia da guerra. **Jornal Folha de São Paulo**, 14 abr. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1404200204.htm>. Acesso em: 18 maio 2022.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX**. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORSLEY, Richard A.; HANSON, John S. **Bandidos, Profetas e Messias: movimentos populares no tempo de Jesus**. São Paulo: Paulus, 1995.

JOSEFO, Flavio. **História dos Hebreus**. Tradução de Vicente Pedroso. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2018.

LE GOFF, Jaques. **O nascimento do purgatório**. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Bolsa e a Vida: economia e religião na Idade Média**. Tradução de Rogério Silvino Maio. Revisão técnica de Hilário Branco Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

NOVAES, Regina Reyes. **Os Escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania**. São Paulo: Editora Marco Zero. 1985.

QUEIROZ, Eça. **A Cidade e as Serras**. Lisboa, PT: Lello & Irmão, 1991.

RENAN, Ernest. **Paulo o 13º apóstolo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vida de Jesus**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

RODRIGUES, Indaléssio Costa, **Cronologia Bíblica Comentada com datas exatas Desde a Criação do Mundo**. Presidente Prudente, SP: Fundação Biblioteca Nacional, 2001.

SEVCHENKO, Nicolau (org.). O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão de progresso. *In: História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

SILVA, Francisco Jean Carlos da. Pentecostalismo e pós-pentecostalismo. **Revista Eletrônica Inter-Legere**, n. 2, p 1-7. jul./dez. 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUTU, Desmond. **Deus não é cristão**: e outras provocações. Tradução de Lilian Jenkino. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução de Mário Moraes. São Paulo: Editora Martin Claret, 2013.

## FONTES

BÍBLIA Sagrada em português. **Versão Bíblia King James** – BKJ 1611: Antigo e Novo Testamentos. China: BV Books Editora, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC%20122.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20122.pdf). Acesso em: 24 jun. 2022

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da Presidente da República. **Artigos do Fluxo Relig. Soc.** 37, n. 1, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap08>. Acesso em: 21 maio 2022.

FERNANDES, Leticia. Caetano Veloso declara apoio a Marina Silva e é criticado nas redes sociais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 ago. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/caetano-veloso-declara-apoio-marina-silva-e-criticado-nas-redes-sociais-1-13783700> Acesso em: 01 jun. 2022.

JOÃO PAULO II. Carta Apostólica "*Ecclesia Dei*" do Sumo Pontífice João Paulo II, sob forma de "Motu Próprio". Roma, 2 jul. 1988. Disponível em: [https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/ecclsdei/documents/hf\\_jp-ii\\_motu-proprio\\_02071988\\_ecclesia-dei\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/ecclsdei/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_02071988_ecclesia-dei_po.html). Acesso em: 07 jun. 2022.

NEGRITUDE SOCIALISTA. Marina ganha música de Gilberto Gil e defende investimento em cultura. **Negritude Socialista Brasileira**, 18 set. 2014. Disponível em: <https://www.negritudesocialista.org.br/marina-ganha-musica-de-gilberto-gil-e-defende-investimento-em-cultura/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

PAPA BENTO XVI. **Audiência Geral**. [Roma], 26 abr. 2006. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2006/documents/hf\\_ben-xvi\\_aud\\_20060426.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20060426.html). Acesso em: 07 jun. 2022.

PAPA PAULO VI. Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina. Roma, 18 nov. 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html). Acesso em: 07 jun. 2022.

PESTANA, Mateus. As religiões no Brasil. **Plataforma Religião e Poder**, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/a-influencia-das-religioes-no-brasil/>. Acesso em: 23 maio 2022.

RATZINGER, Joseph Card (Prefeito). **Instrução Libertatis Conscientia sobre a Liberdade Cristã e a Libertação**. Roma, 22 mar. 1986. Disponível em:

[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19860322\\_freedom-liberation\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860322_freedom-liberation_po.html). Acesso em: 08 jun. 2022.

SALOMON, Marta. Marina deixa PT e diz não ter mais ilusão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 ago. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2008200908.htm>. Acesso em: 22 maio 2022.

SEIXAS, Raul; CAIANO, Dedé. **Canção “Anos 80: LP Abre-te Sésamo”**. Rio de Janeiro: Gravadora CBS, 1980 (1 disco vinil). Disponível em: [https://www.discogs.com/pt\\_BR/release/4375828-Raul-Seixas-Abre-te-S%C3%A9samo](https://www.discogs.com/pt_BR/release/4375828-Raul-Seixas-Abre-te-S%C3%A9samo). Acesso em: 21 maio 2022.

WOLFART, Graziela; ROSA, Luis Carlos Dalla. O princípio social central do Vaticano II é a justiça. Tradução de Luís Marcos Sander. **Revista do Instituto Humanitas**, Unisinos, ed. 401, 03 set. 2012. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4612-johan-verstraeten>. Acesso em: 18 maio 2022.